

**A ENUNCIÇÃO NARRATIVA E A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS*
DE PAULO HONÓRIO**

por

Regina Celia Pereira Werneck de Freitas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-UFRJ

Rio de Janeiro, segundo semestre de 2009.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**A ENUNCIÇÃO NARRATIVA E A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS*
DE PAULO HONÓRIO**

por

Regina Celia Pereira Werneck de Freitas

Tese de Doutorado apresentada à Banca de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Maria Aparecida Lino Pauliukonis.

Linha de Pesquisa: Língua e Discurso.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-UFRJ

Rio de Janeiro, segundo semestre de 2009.

FREITAS, Regina Celia Pereira Werneck de.

A enunciação narrativa e a construção do *ethos* de Paulo Honório.

Regina Celia Pereira Werneck de Freitas. Tese de Doutorado sob orientação da Professora Doutora Maria Aparecida Lino Pauliukonis.

Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, 204 p.

Marcas linguístico-discursivas; construção; *ethos*.

DEFESA DE TESE

FREITAS, Regina Celia Pereira Werneck de. A enunciação
narrativa e a construção do *ethos* de Paulo Honório.

Faculdade de Letras/ UFRJ - Rio de Janeiro: 2009.

Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Maria Aparecida Lino Pauliukonis - UFRJ (orientadora).

Professora Doutora Regina Celia Cabral Angelin - UFRJ.

Professor Doutor Godofredo de Oliveira Neto – UFRJ.

Professor Doutor André Crim Valente – UERJ.

Professora Doutora Maria Tereza Gonçalves Pereira - UERJ.

Professora Doutora Elódia Xavier – UFRJ.

Professora Doutora Sigrid Gavazzi - UFF.

Defendida a Tese:

Em: 03 / 03 / 2010.

DEDICATÓRIA

Esta Tese - e tudo o que para mim ela representa – eu dedico:

Aos meus pais, Irene e João, primeiros mestres, pela firmeza e confiança nos caminhos que eu trilharia.

Ao meu irmão Jocélio, cúmplice e credor das minhas possibilidades.

À minha família, especialmente ao meu marido José Guilherme, pela vivência do compromisso solidário, pela presença e amor constantes e, sobretudo, compreensão nas minhas tantas horas de estudo.

Às minhas filhas Flávia, Renata e Paula e às minhas netas Júlia e Luísa, porque acredito no futuro e porque acredito também que elas terão orgulho pelas minhas conquistas.

Aos meus alunos de ontem, de hoje e de amanhã, pelo estímulo, despertando-me o desejo de um constante aperfeiçoamento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primordialmente a Deus, meu principal e constante orientador.

A Maria Aparecida Lino Pauliukonis, pela orientação objetiva e segura e pela compreensão e amizade durante a realização deste prazeroso trabalho. Amizade que ficará para sempre. Meu maior ganho nesta caminhada.

Aos meus amigos de todas as horas, Carminha e Luiz Augusto, pelo apoio incondicional e pela amizade sincera.

“Acontece que esse caçanje, esses pronomes mal postos, essa língua que lhes revolta o ouvido é o nosso modo normal de expressão e - ousar dizer - a nossa língua literária e artística. Já não temos outra e voltar ao modelo inflexível da fala de Portugal seria, para nós, a esta altura, uma contrafação impossível e ridícula.” Rachel de Queiroz.

SINOPSE

Estudo do papel de itens lexicais e de outras marcas linguísticas a serviço da construção metaenunciativa do romance e do *ethos* de Paulo Honório, personagem principal e narrador do texto literário São Bernardo de Graciliano Ramos. Levantamento do uso de tempos verbais; advérbios (-mente); substantivos, adjetivos afetivos e avaliativos, expressões nacionais, e sua utilização para a definição do *ethos*.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	18
2.1. ENUNCIÇÃO	
2.1.1. A ENUNCIÇÃO – PRIMEIRAS REFERÊNCIAS	18
2.1.2. TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA DE BASE ENUNCIATIVA	26
2.1.3. REFERÊNCIAS BÁSICAS: DISCURSIVIZAÇÃO	28
2.1.4. O CENÁRIO DE ENUNCIÇÃO	42
2.1.5. SUJEITOS ENUNCIADORES E CONTRATO COMUNICATIVO.....	54
2.2. MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO	60
2.2.1. MODO ENUNCIATIVO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.....	62
2.2.2. MODO DESCRITIVO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.....	72
2.2.3. MODO NARRATIVO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.....	84
2.2.4. MODO ARGUMENTATIVO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.....	95
2.3. A CONSTRUÇÃO DO <i>ETHOS</i> DO SUJEITO ENUNCIADOR	104
2.3.1. DE PLATÃO A SANTO AGOSTINHO: UM DIÁLOGO ENTRE AS IDÉIAS---	104
2.3.2. A LINGUAGEM CRIANDO O <i>ETHOS</i> E O <i>ETHOS</i> CRIANDO A IDENTIDADE DE PAULO HONÓRIO.....	108
2.3.2.1. IDENTIDADE SOCIAL E IDENTIDADE DISCURSIVA.....	109
2.3.2.2. CONTRATO COMUNICATIVO.....	115

2.3.2.3. ETHOS: UMA ESTRATÉGIA DO DISCURSO -----	120
3. MARCAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS PRESENTES NA ENUNCIÇÃO -----	134
3.1. Tempos verbais dos mundos comentado e narrado -----	136
3.2. Modalizadores: Advérbios (-mente), -----	146
3.3. Seleção lexical: -----	162
3.3.1. Substantivos-----	162
3.3.2. Adjetivos afetivos e avaliativos -----	165
3.3.3. Expressões regionais -----	174
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	192
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	197
6. RESUMO -----	203
7. RÉSUMÉ -----	204

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho dedica-se, mais proximamente, à investigação de itens lexicais e de outras marcas linguísticas a serviço da construção do *ethos* de Paulo Honório, narrador em primeira pessoa e personagem principal do romance *São Bernardo* de Graciliano Ramos, bem como da construção metaenunciativa do romance que se constrói de um fazer na e pela linguagem. O *corpus* constitui-se do texto literário de um de nossos escritores - Graciliano Ramos, focalizando o modo enunciativo de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2008). Organiza-se a partir de índices da subjetividade tais como: levantamento de tempos verbais do mundo narrado e do mundo comentado, de advérbios (em -mente), substantivos, adjetivos afetivos e avaliativos, expressões nacionais e sua utilização para a definição do *ethos* desse personagem.

É um estudo das marcas da enunciação e seu papel no discurso literário, bem como a construção do *ethos* dos sujeitos enunciadores com base nas propostas da Análise do Discurso de cunho interacional, a partir dos estudos teóricos de BAKHTIN (1970, 1977, 1984), de CHARAUDEAU (1983, 1989, 1992, 1996, 2008), de MAINGUENEAU (1995, 1996 a, 1996 b) e de AMOSSY (1999, 2005).

Dentro dessa visão, indagam-se quais seriam as estratégias linguísticas que o enunciador presente na obra de Graciliano Ramos utiliza para ora revelar-se, ora ocultar-se no discurso. Colocam-se, assim, algumas questões:

- É possível reconhecer a imagem que o enunciador faz de si a partir de suas escolhas linguísticas?

- É possível reconhecer a construção do texto metadiscursivo literário pelas escolhas linguísticas de seu enunciador?

- Como essas estratégias podem ser descritas sob uma perspectiva linguístico-dicursiva?
- Como as concepções contemporâneas do *ethos* esclarecem o bom funcionamento das interações verbais no texto literário?

Durante o processo de interação, imagina-se que os recursos linguísticos utilizados pelo enunciador podem aparecer sob diversas estruturas, as quais podem ser detectadas na análise dos textos. Supõe-se que as estratégias linguísticas para a manifestação do *ethos* na obra de Graciliano Ramos não sejam as mesmas para as diferentes vozes em interação, ainda que possa haver uma convergência para um único enunciador concreto. Desse modo, é possível apropriar-se das abordagens linguístico-dicursivas como ferramentas auxiliares para o estudo e análise dos textos.

Portanto, a **hipótese** que se delinea é a de que o enunciador deixa marcas reveladoras de sua presença em seu texto e essas podem ser detectadas por meio de uma análise do discurso de cunho semiolinguístico.

Este trabalho tem, então, por **objetivo geral** a investigação das marcas linguísticas que comprovem a presença do enunciador no texto e o próprio fazer literário na obra de Graciliano Ramos. Além disso, objetiva-se fornecer para alunos e professores subsídios que lhes permitam analisar textos, dentro de um recorte enunciativo, e utilizar os recursos em produções textuais.

O **objetivo específico** é focalizar as marcas linguísticas da enunciação e seu papel na identificação do *ethos* e na construção do texto. Busca-se, assim registrar uma tipologia desses indícios linguísticos.

A pesquisa orienta-se do seguinte modo: na Introdução, especificam-se os referenciais teóricos que estão divididos nas seguintes partes: o primeiro segmento trata da Enunciação, uma vez que essa é o centro da relação entre a língua e o mundo: seja representando fatos no enunciado, seja constituindo-se, ela mesma, um acontecimento único, preciso no tempo e no espaço. Em linguística, o termo Enunciação foi empregado pela primeira vez em 1932, por Bally (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004: p.193), mas as primeiras referências sobre enunciação devem-se a Bakhtin. Em seguida, cita-se a Semiologia, teoria resultante de diferentes conceitos fundadores de teóricos franceses e ingleses, mas, principalmente, dos conceitos inovadores de Bakhtin; importa o estudo da discursivização, ou seja, a passagem da língua ao discurso; o cenário de enunciação ou a cenografia em São Bernardo; e sujeitos enunciadores e contrato comunicativo.

A segunda parte ocupa-se dos modos de organização do discurso, focalizando separadamente o modo enunciativo, cuja orientação básica é posicionar o enunciador em relação ao enunciatário, em relação a si mesmo e em relação aos outros; os modos descritivo, o narrativo e o argumentativo, uma vez que o texto literário focalizado é um romance, gênero discursivo redigido no modo narrativo de organização do discurso, entretido com partes organizadas no modo descritivo para elaboração de

cenários e/ou de personagens indispensáveis à história e no modo argumentativo em que o enunciador busca a adesão do enunciatário ao seu ponto de vista, e, ainda, todos esses modos são perpassados pelo enunciativo, ou seja, pela presença de um autor que constantemente monitora o seu texto.

A terceira parte é dedicada aos estudos sobre o *ethos* e à forma como se constrói pela linguagem a imagem de si no discurso. A partir de estudos sobre subjetividade e identidades sociais e discursivas, até pesquisas mais recentes sobre *ethos* e linguagem, procurou-se compreender a construção dos possíveis *ethos* de Paulo Honório.

A quarta parte analisa as marcas linguístico-discursivas presentes na enunciação, pelo exame de recursos presentes, pela importância dos tempos verbais do mundo comentado e do mundo narrado e a modalização que se efetua por meio dos advérbios (-mente); e por meio da seleção lexical, notadamente substantivos, adjetivos e expressões nacionais.

Para a concretização dos objetivos desta pesquisa, a **metodologia** adotada compreendeu a leitura de textos teóricos que fundamentaram a análise do texto literário e de textos que tratam dos principais conceitos referentes à Análise do Discurso. Posteriormente, releituras do texto de Graciliano Ramos, com vistas à investigação linguística. A análise do *corpus* abrange todo o romance *São Bernardo* e focaliza os processos enunciativos; consistiu no levantamento e classificação dos índices de

subjetividade, já citados, devidamente contextualizados. A análise dos recursos é pautada pelos princípios da Semiologia e de teorias sobre *ethos* discursivo. Para o seu desenvolvimento, fez-se um levantamento dos procedimentos de construção da enunciação de ordem linguística, aquela que se mostra por meio dos processos de modalização do dizer. A análise qualitativa ancora-se no levantamento quantitativo de índices de subjetividade sobretudo dos advérbios em *-mente*. Os capítulos e as páginas indicadas em cada um dos exemplos correspondem à edição de São Bernardo (RAMOS, 1978).

Desse modo, opta-se pela abordagem de alguns elementos que marcam a presença do enunciador no discurso e que são responsáveis pela construção de sua imagem. Tais mecanismos são elementos comprobatórios da importância de se considerar como se realiza a inserção do sujeito enunciador no discurso.

Como foi dito, o embasamento teórico do trabalho compreende os estudos de Análise do Discurso, de cunho comunicacional, uma vez que esta se apresenta com o objetivo de romper com a visão reducionista que enfoca a língua ora como reprodutora da realidade ora como mero instrumento de comunicação. A Análise do Discurso preocupa-se com o sentido discursivo implícito nos textos, co-construído na interação autor/leitor.

Parte-se do princípio de que o signo linguístico não apresenta um conteúdo referencial, mas valores contextuais e situacionais. Nesse sentido, Charaudeau aponta para a ilusão de transparência do signo, no sentido de que as palavras não são etiquetas colocadas sobre as realidades do mundo, mas possuem múltiplas funções: “*ora*

descrevem referentes, ora sugerem implícitos, ora veiculam valores sociais, ora revelam a identidade dos falantes.” (CARNEIRO, 1997).

A fundamentação teórica desta pesquisa, portanto, compreende o conceito de Enunciação, segundo BAKHTIN (1970, 1977, 1984), conceitos básicos da Teoria Semiolinguística (CHARAUDEAU, 1983), como a Teoria sobre *os sujeitos enunciadore*s e *o contrato comunicativo* (CHARAUDEAU, 1997) e os conceitos de MAINGUENEAU (1996), sobre *ethos*, cenografia e enunciação. As teorias sobre os *sujeitos enunciadore*s e sobre o *contrato comunicativo* tratam do jogo enunciativo entre os protagonistas do discurso, conforme princípios e regras codificadas para cada gênero textual; e os conceitos sobre *ethos* vão além da noção retórica que designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer influência sobre seu alocutário.

Segundo a teoria semiolinguística do discurso, o projeto de fala do sujeito encerra uma condição essencial ao ato comunicativo: o modo de organização do discurso. CHARAUDEAU (2008) defende que, dependendo da finalidade comunicativa, o sujeito organizará a matéria linguageira numa estrutura determinada, com vistas à enunciação, à narração, à descrição, ou à argumentação. Assim, o linguista aponta quatro modos de organização das mecânicas discursivas, que correspondem aos seguintes princípios: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo.

Utilizam-se também conceitos apresentados por AMOSSY (2005) sobre a imagem de si no discurso, ou seja, o processo de construção do *ethos*. Amossy afirma que a representação do locutor se depreende não somente pelo que enuncia, mas também pelas modalidades de sua enunciação, pelas posturas que adota, por seu estilo.

Oportunidade ímpar analisar-se o texto de Graciliano Ramos sob esse enfoque.

Este trabalho insere-se na linha de pesquisa *Língua e Discurso* do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, da Faculdade de Letras da UFRJ. Vincula-se ao projeto *Análise do Discurso e Ensino de Português* cuja base teórica se prende à Análise Semiolinguística do Discurso e aos conceitos de cenografia e *ethos* discursivo. Os fundamentos desta análise se concretizam em exames linguísticos que pretendem desvendar como o social se estrutura discursivamente.

2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS:

2.1. ENUNCIÇÃO

2.1.1. A ENUNCIÇÃO - PRIMEIRAS REFERÊNCIAS:

É bastante motivador refletir sobre a importância e a contribuição da obra de Mikhail Bakhtin para os trabalhos de investigação linguística, particularmente neste estudo sobre **enunciação**. Logo, não se pode falar em Enunciação sem referir-se inicialmente a Mikhail Bakhtin, o precursor desta Teoria. Os temas que caracterizam as particularidades do pensamento bakhtiniano constituem um diálogo estimulador e contínuo entre o pesquisador das teorias da linguagem e as idéias desse estudioso.

Na Rússia, os seus livros só foram publicados na década de 1960 e, apesar de a possibilidade de alcançar seus textos fosse muito difícil, os estudiosos de literatura do Ocidente já se referiam a ele como profundo conhecedor da obra dostoiévskiana. No mundo ocidental, na mesma década de sessenta, o valor das reflexões de M. Bakhtin sobre o texto literário era reconhecido. Seus textos, a partir dessa época, tornaram-se aceitos por pesquisadores num dado momento histórico.

Em 1964, um ano particular para a História recente do Brasil, as obras russas, tanto literárias quanto teóricas, foram retiradas de circulação e incineradas pelo aparato militar. Obras clássicas da literatura soviética, romances e poesias, consideradas

perturbadoras, eram devolvidas aos remetentes. Acontecia na vida cultural brasileira o que Bakhtin já vivenciara em seu país e registrara em seus escritos, afirmando que “*a linguagem autoritária reduz tudo a uma única voz, sufocando a variedade e riqueza que existe na comunicação humana*”. (BRAITH, 1997: p.16).

Após esses primeiros anos de regime totalitário, os títulos russos continuaram chegando, mas o acesso aos escritos do mestre ainda era muito difícil. Seria, entretanto, o momento preciso para que os leitores brasileiros se apropriassem das teorias bakhtinianas, sobretudo aquelas que se referiam à multiplicidade de vozes nos textos do cotidiano. Acredita-se que em Bakhtin coexistiram a religiosidade e o marxismo dialogando entre si. É o mesmo dialogismo decisivo na vida de quem teorizou sobre o mesmo e para quem o fundamental é a expressão de múltiplas vozes.

Filósofo ou estudioso da linguagem? Talvez, compreendendo o dialogismo como próprio do mundo e pela impossibilidade de discutir questões filosóficas em seu país, o mestre tenha-se voltado para os temas literários, observando esses temas sob um viés de concepções filosóficas. É possível, assim, interessar-se pelas abordagens da dialogia bakhtiniana na análise de obras da literatura brasileira. Aqui também a voz do narrador, sujeito emissor-produtor de um ato de linguagem, ou EUc, EU comunicante, dirige-se frequentemente a um interlocutor, sujeito receptor-destinatário desse ato de linguagem, ou TUd, TU destinatário, desconhecido e surge, então, uma expectativa em relação a esse leitor idealizado. Há um jogo enunciativo entre enunciador e enunciatário e a voz do primeiro assume uma multiplicidade de tons que variam entre piedoso, autossuficiente e empreendedor.

ANGELIN (2003), sobre polifonia, afirma-a como “*a multiplicidade de sujeitos responsáveis pelo ponto de vista das falas. E acrescenta: a polifonia reflete a interação do homem, como ser social, na troca de informações, nas tomadas de posição, enfim, no fenômeno de aculturação do ser humano, no decorrer de sua existência.*”

São Bernardo, obra de Graciliano Ramos, publicada em 1934, é um romance que narra a história de Paulo Honório, um homem simples que, movido por uma ambição sem limites, acaba transformando-se em um grande fazendeiro do sertão de Alagoas. Casa-se com Madalena para conseguir um herdeiro. Incapaz de entender a forma humanitária pela qual a mulher vê o mundo, ele tenta anulá-la com seu autoritarismo. Por meio desse personagem, Ramos traça o perfil da vida e do caráter de um homem rude e egoísta, do jogo de poder e do vazio da solidão, em que não há espaço nem para a amizade, nem para o amor. Mas, São Bernardo é também um romance metaenunciativo, uma vez que se utiliza da língua escrita para demonstrar a dificuldade em expressar-se por meio dessa mesma língua.

Exemplifica-se, na obra em análise, São Bernardo, o jogo enunciativo polifônico referido anteriormente no momento em que Paulo Honório reflete:

*Estive uma semana bastante animado, em conferências com os principais colaboradores, e já via os volumes expostos, um milheiro vendido graças aos elogios que, agora com a morte de Costa Brito, eu meteria na esfomeada **Gazeta**, mediante lambujem. (Capítulo I: p. 07).*

Ou ainda um tom dominador, no momento em que o EU enunciador, ou EUE, debate com seu oponente:

_Tenha paciência, Seu Paulo. Com barulho ninguém se entende. Eu pago. Espere uns dias. A dívida só é ruim para quem deve.

_ *Não espero nem uma hora. Estou falando sério. E você com tolices! Despropósito não! Quer resolver o caso amigavelmente? Faça preço na propriedade.*

(Capítulo IV: p. 22).

Bakhtin considera, em suas obras, a importância do dialogismo nos textos literários e discorre, ainda, sobre a noção de intertextualidade (nomenclatura também adotada por Júlia Kristeva, apud BRAITH, Beth, 1997: p.20), uma vez que toda obra está em permanente diálogo com outras obras.

Vê-se em São Bernardo como é fecunda a noção de intertexto, no exemplo, a seguir:

João Nogueira queria o romance em língua de Camões, com períodos formados de trás para diante. Calculem. (Capítulo I: p. 07).

Até mesmo quando a personagem Margarida faz menção à oração Salve Rainha: “... *gemendo e chorando neste vale de lágrimas.*”:

Encontrei Margarida sentada numa esteira, riscando os tijolos com carvões.

_ Mãe Margarida, como vai a senhora?

Tentou endireitar o espinhaço emperrado e, antes de lançar-me os olhos brancos, reconheceu-me pela voz.

_ Aqui, gemendo e chorando, meu filho, cheia de pecados. (Capítulo X: p.52).

A ideia de um discurso que é permanentemente atravessado pelo discurso do outro, que traz no seu interior o alheio, é um dos pontos fundamentais do pensamento de Bakhtin e o alicerce de sua concepção dialógica da linguagem. Interessa destacar a interferência de aspectos polifônicos no fazer da comunicação, ou seja, emprego de estratégias por meio de técnicas variadas: citação de discurso relatado, frases feitas, uso de expressões já conhecidas, falas de outro Autor no fazer da comunicação.

A concepção dialógica desse filósofo vai além de seus estudos sobre a linguagem; também as suas ideias sobre o homem e a vida são assinaladas pelo princípio dialógico: a alteridade constrói a subjetividade, pois, pelas palavras desse autor: “*a vida é dialógica por natureza*” (BRAIT, 1997: p.30).

Bakhtin direcionou seus estudos para os aspectos sociais da linguagem e precedeu as principais orientações teóricas sobre o texto e o discurso. Nesse sentido, as ciências humanas voltam-se para o homem como produtor de textos. Este se constrói

como objeto de estudos no ou por meio dos textos. M. Bakhtin, por conseguinte, apresenta um objeto textual específico para cada ciência humana, porque pontos de vista diferentes constroem não só textos, como também objetos diferentes. A linguística, a teoria do discurso e a pragmática seriam algumas dessas perspectivas.

Ainda sobre o efeito das observações desse filósofo da linguagem sobre a especificidade do texto literário, refere-se neste estudo, principalmente à Enunciação. Entende-se Enunciação como unidade básica da língua, seja no discurso interior, em que o enunciador dialoga consigo mesmo, seja no diálogo exterior, em que o enunciador dialoga com seus enunciatários. A Enunciação é de natureza social e não existe fora de um contexto. Cada enunciador ocupa, em determinado momento, um lugar no espaço próprio de uma comunidade, ele articula seus pensamentos e se dirige a um auditório bem definido, onde também se situa um (ou mais de um) enunciatário. A Enunciação, como realidade da língua e como estrutura socioideológica, situa-se no alicerce dos estudos sociais da linguagem.

Dentre autores mais recentes, Koch (1994: p.13) assevera que a enunciação é um “*evento único e jamais repetido de produção do enunciado*”, outros estudiosos da linguagem ratificam as condições de produção – tais como tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens recíprocas, relações sociais – objetivos visados na interlocução, fatores que constroem o sentido do enunciado, além, da descrição dos elementos da língua que constituem os próprios enunciados.

Embora os linguistas em geral estejam de acordo quanto ao sentido próprio que se convém atribuir a esse termo “enunciação”, ORECCHIONNI (1997: p.38/39) vai além, indaga não só o que é, mas qual deve ser, qual pode ser o objeto de uma

linguística da enunciação e reconhece a distância entre o poder e o dever e a ambigüidade ligada ao conceito do termo enunciação. Há, portanto, que se considerarem dois desvios semânticos do conceito do termo enunciação, segundo Orecchionni: o primeiro, de caráter metonímico. Dá-se pela impossibilidade metodológica de tratar-se a enunciação como sentido próprio e, ainda, pela motivação do significante que, polissemicamente designa o ato e o produto do ato - já que, em sua origem, a enunciação se opõe ao enunciado como um ato ao seu produto, um processo dinâmico a um resultado estático.

Porém o significado denotativo do termo cristalizou-se progressivamente. Assim, um texto é tratado como “enunciação”, e esta será reconhecida como “o ato da enunciação”. Não se podendo estudar diretamente o ato da produção, é necessário identificar e descobrir as marcas do ato no produto, ou seja, os lugares onde se demarcam os diferentes constituintes do marco enunciativo. Constitui-se esse um dos objetivos deste estudo da obra *São Bernardo*.

Para BENVENISTE (1970, p.2), “a enunciação é a língua posta em funcionamento por um ato individual de utilização”.

Considera-se hoje, o termo *enunciação* sob dois aspectos: num sentido mais abrangente, há o estudo que compreende os protagonistas do discurso; as situações de comunicação; as circunstâncias espaço-temporais; as condições gerais de produção e recepção da mensagem; a natureza do canal utilizada; o contexto sócio-histórico e a construção dos imaginários sociais via emissor/receptor; e as restrições estilístico-retóricas do universo do discurso. Num sentido mais restrito, utiliza-se a análise das

marcas enunciativas linguisticamente assinaladas para se detectar a presença dos enunciadores.

Desse modo, a *enunciação* seria, em princípio, um conjunto de fenômenos observáveis quando se põe em movimento, durante um ato particular de comunicação, o conjunto dos elementos que previamente se esquematizam. De forma ampliada, a linguística da enunciação tem por objetivo descrever as relações existentes entre o enunciado e os diferentes constituintes do marco enunciativo; são eles:

- Protagonistas do discurso > enunciador e enunciatário;
- Situação comunicativa:
 - Circunstâncias espaço-temporais;
 - Condições gerais de produção/ recepção da mensagem:
 - >>natureza do canal,
 - >>contexto sócio-histórico,
 - >>restrições do universo do discurso.

Neste trabalho, a enunciação pode ser compreendida como o estudo da presença do sujeito falante/escritor no discurso por meio das marcas linguístico-enunciativas presentes no enunciado, a *enunciação* em sentido restrito, portanto.

Inúmeros são os recursos linguísticos disponíveis para a identificação do sujeito enunciador. De acordo com KOCH (1999), poderia citar: o uso dos pronomes; os tempos verbais no discurso; o enunciado inicial; o paradigma específico de determinados verbos; os indicadores de modalidade; os de atitude do falante; os índices

de avaliação; e os de distanciamento ou adesão do locutor ao seu discurso, ou seja, todos os tipos de “modalizadores” ou marcas linguísticas da enunciação. Também dentre os diversos recursos existentes na língua, como marcas de subjetividade, citam-se o inter-relacionamento de campos lexicais; a seleção lexical; o uso da argumentação subjetiva; da exclamação e das expressões de valor interjetivo. O recorte deste trabalho atém-se a quantificar, analisar os aspectos enunciativos do discurso.

2.1.2. TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA DE BASE ENUNCIATIVA

A Teoria Semiolingüística - relativamente recente - dedica-se aos estudos linguísticos que tratam do fenômeno da linguagem – aspectos externos (lógicas das ações e influência social), outros internos (construção do sentido e construção do texto), numa perspectiva linguística, de base enunciativa, em sentido amplo.

Consiste no estudo da comunicação, mas uma comunicação particular: aquela que evidencia a construção do sentido, que se realiza pelas formas verbais e a construção de um texto que depende de regras de “ordenamento” do verbal, ou seja, toda a “*mise-en-scène*” discursiva.

Eis porque essa posição na análise do discurso pode ser chamada de Semiolingüística, cujo nome revela aquilo de que trata a teoria, uma vez que se constitui de **Sémio** que se origina de *sémiosis*; **lingüística** para realçar que a forma de ação pretendida pelo sujeito comunicante é constituída principalmente pelo material linguageiro originário das línguas naturais. Entende-se que a construção do sentido e

sua configuração se fazem por meio de uma relação **forma-sentido** (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação em que se destaca a matéria principal da forma em questão que são as línguas.

A partir dessa concepção, configura-se a obra *São Bernardo* como exemplo de relação forma-sentido, uma vez que, não apenas um, mas dois sujeitos intencionais - o EUc - EU comunicante e o EUe - EU enunciador - possuem um projeto de influência social, colocam-se num determinado quadro de ação e destacam a matéria principal da forma em questão por meio da língua.

Embora seja um personagem, nele próprio fundem-se os dois sujeitos - comunicante e enunciador -, Paulo Honório, EUc e Paulo Honório, EUe, uma vez que se trata de uma narrativa, mas em primeira pessoa. E utilizam-se da língua para discutir com seus TUD (leitor virtual) e TUI (leitor real) questões que os incomodam.

Compreendendo-se Enunciação como a presença de um sujeito falante/escritor no discurso por meio das marcas linguístico-enunciativas manifestas no enunciado, é oportuno referir-se à Semiotização - processo em que a construção de sentido se faz sob a responsabilidade de um sujeito social, com um projeto de influência sobre outro sujeito social, por meio das unidades linguísticas em diferentes níveis: palavra, frase, períodos, textos.

O processo de semiotização do mundo dá-se textualmente através da nomeação das entidades, da atribuição e determinação dessas entidades, da representação de fatos e ações, das relações entre estes elementos, assim como da

modalização. Para que haja semiotização, ou seja, para que ocorra a passagem do mundo a ser significado ao mundo significado pela linguagem, é necessária a participação de um sujeito comunicante e de um sujeito interpretante, que possuam saberes compartilhados. A semiotização, assim, ocorrerá em duplo processo:

> um de **transformação** - processo em que, por meio da linguagem, o mundo a ser significado passa ao mundo significado

> outro de **transação** – processo que depende da intercompreensão entre os sujeitos.

Dá-se a esse duplo processo o nome de discursivização, tema do próximo item:

2.1.3. REFERÊNCIAS BÁSICAS: DISCURSIVIZAÇÃO

Dá-se o nome de discursivização à passagem da língua ao discurso, melhor dizendo, à passagem do “mundo a significar” ao “mundo significado” (CHARAUDEAU, 1999) linguisticamente. Para que isso ocorra são necessárias operações linguísticas que envolvem pelo menos dois processos que se realizam em duas instâncias:

1 – por meio da seleção do material linguístico – operação de semiotização;

2 – por meio da organização desse material – organização dos elementos discursivos em textos.

O processo de seleção do material linguístico compreende as seguintes operações discursivas:

O primeiro - processo de **transformação** - parte de um “mundo a significar” e o transforma em “mundo significado”, sob a ação de um sujeito enunciatário.

O segundo - processo **de transação** - faz desse mundo significado um objeto de troca com outro sujeito que desempenha o papel de enunciatário deste objeto por se referir ao processo textual - de expressão. A matéria linguística se apresenta em modos de organização do discurso que refletem uma intenção discursiva.

➤ O **processo de transformação** compreende quatro tipos de operações:

a) operação de **identificação**: trata da nomeação e classificação dos seres discursivos ou processo de **substantivação** que constitui as denominações, pois é necessário apreender no mundo fenomênico os seres materiais ou ideais, reais ou imaginários, conceitualizá-los e nomeá-los para que se possa falar deles. Os seres do mundo são transformados em “identidades nominais”.

Para exemplificar essa operação, cita-se o seguinte parágrafo em que aparecem sublinhados seres identificados por substantivos:

Trabalhamos alguns dias. À tardinha Azevedo Gondim entregava a redação ao Arquimedes, trancava a gaveta onde guarda os níqueis e as pratas, tomava a bicicleta e, pedalandando meia hora pela estrada de rodagem que ultimamente Casimiro

*Lopes andava a consertar com dois ou três homens, alcançava S. Bernardo. Comentava os telegramas dos jornais, atacava o Governo, bebia um copo de conhaque que Maria das Dores lhe trazia e, sentindo-se necessário, comandava sua submissão:
(Capítulo I: p. 08).*

b) operação de **qualificação**: atribui características, propriedades e/ou informações a respeito dos seres ou processo de **adjetivação**, que pode constituir as identificações, as qualificações ou atributos subjetivos e as informações, pois esses seres têm propriedades, características que, a um só tempo, os discriminam, os especificam e motivam sua maneira de ser. Os seres do mundo são transformados em “identidades descritivas”.

Exemplifica-se essa operação, sublinhando-se alguns adjetivos no fragmento a seguir:

O que é certo é que, a respeito de letras, sou versado em estatística, pecuária, agricultura, escrituração mercantil, conhecimentos inúteis neste gênero. Recorrendo a eles, arrisco-me a usar expressões técnicas, desconhecidas do público, e a ser tido por pedante. (Capítulo II: p.10).

c) ação – operação de **processualização**: engloba a representação dos fatos e ações ou processo de **verbalização**, inscrevendo-se em esquemas de ação conceitualizados que lhes conferem uma razão de ser, *ao fazer* alguma coisa. Os seres do mundo são transformados em “identidades narrativas”.

A seguinte sequência narrativa demonstra a operação de processualização, por meio das formas verbais:

Sofri sede e fome, dormi na areia dos rios secos, briguei com gente que fala aos berros e efetuei transações comerciais de armas engatilhadas. Está um exemplo. O Dr. Sampaio comprou-me uma boiada, e na hora da onça beber água deu-me com o cotovelo, ficou palitando os dentes. Andei, virei, mexi, procurei empenhos - e ele duro como beira de sino. Chorei as minhas desgraças: tinha obrigações em penca, aquilo não era trato, e tal, enfim, etc. o safado do velhaco, turuna, homem de facão grande no município dele, passou-me um esbregue. Não desanimei: escolhi uns rapazes em Cancalancó e quando o doutor ia para a fazenda, caí-lhe em cima, de supetão. Amarrei-o, meti-me com ele na capoeira, estraguei-lhe os couros nos espinhos dos mandacarus, quipás, alaistrados e rabos-de-raposa. (Capítulo III: p.14).

d) **causação**: pois esses seres, com suas qualidades, agem ou sofrem a ação em razão de certos motivos (humanos ou não humanos) que os inscrevem numa cadeia de

causalidade. A sucessão dos fatos do mundo é transformada (explicada) em “relações de causalidade”.

Observa-se:

Sou, pois, o iniciador de uma família, o que, se por um lado me causa alguma decepção, por outro lado me livra da maçada de suportar parentes pobres, indivíduos que de ordinário escorregam com uma sem-vergonheza da peste na intimidade dos que vão trepando. (Capítulo III: p. 12).

Levam-se ainda em conta as operações de **modalização/explicação** que manifestam as razões de ser e fazer do emissor ou processo de **modalização**:

Recebeu-me friamente (Capítulo I: p.07);

[...] *confie suficientemente*. (Capítulo II: p.10);

Para falar com franqueza. (Capítulo I: p.10);

... *Numa sentinela, que acabou em furdunço, abrequi a Germana, cabritinha sarará danadamente assanhada [...]*. (Capítulo I: p.13).

E também uma operação de **relação** que aponta as regras de combinação e de hierarquização em níveis sintáticos e semânticos através da conectividade.

Não tornei a aparecer por aquelas bandas. Se tornasse, era um tiro de pé de pau na certa, a cara esfolada para não ser reconhecido quando me encontrassem com os dentes de fora, fazendo munganga ao sol, e a supressão da minha fortuna, que eu conduzia dentro de um chocalho grande, arrolhado com folhas e pendurado no arção da sela. Ali estava em segurança: se o dinheiro e as folhas caíssem, o chocalho tocava.
(Capítulo III: p.15).

Assim, o processo de semiotização do mundo se dá textualmente por intermédio da nomeação das entidades, da qualificação e ação e causação dessas entidades, da representação de fatos e ações, das relações entre estes elementos, assim como da modalização. Esse processo é interdependente do segundo, ou processo da transação.

➤ O **processo de transação** se realiza de acordo com quatro princípios:

a) **princípio da alteridade**: todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros (quer estejam diante um do outro ou não) que devem reconhecer-se como semelhantes e diferentes. São semelhantes porque, para que a troca se realize, é

necessário que tenham em comum *universos de referência* (saberes compartilhados) e *finalidades* (motivações comuns); são diferentes porque o outro só é perceptível e identificável na dessemelhança, e porque cada um desempenha um papel particular: de sujeito emissor-produtor de um ato de linguagem (*o sujeito comunicante*), de sujeito receptor-interpretante desde ato de linguagem (*o sujeito interpretante*). Assim, segundo este princípio, cada um dos parceiros está engajado num processo recíproco (mas não simétrico) de reconhecimento do outro, numa interação que o legitima como tal – o que é uma condição para que o ato de linguagem seja considerado válido. Este princípio é o fundamento do aspecto *contratual* de todo ato de comunicação, pois implica um reconhecimento e uma legitimação recíprocos dos parceiros entre si.

Em alguns fragmentos, EUe e TUd mantêm diálogo:

_Vamos a isso. (Capítulo I: p.08).

_Vá para o inferno, Gondim. Você acanhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma!

_Não pode? perguntei com assombro. E por quê?

_Foi assim que sempre se fez. A literatura é a literatura, Seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia. (Capítulo I: p.09).

Em outros, o EUc dirige-se ao TUi:

_ *Calculem.* (Capítulo I: p.07).

b) *princípio da pertinência*: segundo esse princípio, os parceiros do ato de linguagem devem poder reconhecer os universos de referência que constituem o objeto da transação linguageira. Isto é, como já destacamos no princípio precedente, eles devem poder compartilhar – mas não necessariamente adotar – os saberes implicados no ato de linguagem em questão: saberes sobre o mundo, sobre os valores psicológicos e sociais, sobre os comportamentos, etc. Este princípio exige então que os atos de linguagem sejam **apropriados**, no sentido de P. Grice (apud PAULIUKONIS, 2000) ao seu contexto, no sentido de Sperber e Wilson (apud PAULIUKONIS, 2000) e, nós acrescentamos, à sua finalidade (ver abaixo), o que confirma o aspecto contratual do dispositivo sociolinguageiro. (PAULIUKONIS, 2000).

A principio tudo correu bem, não houve entre nós nenhuma divergência.
(Capítulo I: p.08).

c) *princípio da influência*: todo sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu

pensamento. Por conseguinte, todo sujeito receptor–interpretante de um ato de linguagem sabe que é alvo de influência. Isto confere a este último a possibilidade de interagir, mas obriga os parceiros a levar em consideração a existência de restrições ao exercício da influência. A *finalidade intencional* de todo ato de linguagem se acha, pois inscrita no dispositivo sociolinguageiro. Cita-se como exemplo, o fragmento abaixo:

Afastei-me da combinação e concentrei as minhas esperanças em Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, periodista de boa índole e que escreve o que lhe mandam.
(Capítulo I: p.08).

d) ***princípio da regulação***: está estreitamente ligado ao princípio da influência, pois a toda influência pode corresponder uma contrainfluência. Tal princípio faz parte, consciente ou inconscientemente, daquilo que os parceiros sabem a respeito do ato de linguagem de que participam. Para que a troca implícita ao ato de linguagem não termine em confronto físico ou em ruptura de fala, ou seja, para que ela prossiga e chegue a uma conclusão, os parceiros procedem à “regulação” do jogo de influências. Para isso, eles recorrem a estratégias no interior de um quadro situacional que assegure uma intercompreensão mínima, sem a qual a troca não é efetiva. Este *espaço de estratégias* está inscrito, igualmente, no dispositivo sociolinguageiro.

Estive uma semana bastante animado, em conferências com os principais colaboradores, [...] (Capítulo I: p.07).

Assim, a organização dos elementos discursivos em textos dá-se textualmente por meio da organização desse material – pela troca que se estabelece entre dois parceiros; pelo reconhecimento dos universos de referência; pelos objetivos que todo sujeito visa atingir em seu parceiro por meio do ato de linguagem e, também, pelas estratégias que regulam a encenação linguageira

São Bernardo constitui uma unidade comunicativa construída a partir de estratégias linguísticas; é uma narrativa contada em primeira pessoa por Paulo Honório, narrador onisciente, que estrategicamente se atém aos fatos, como uma manobra para fugir do juízo de valor, mas carecendo da cumplicidade do leitor, com quem procura dialogar:

Acham que andei mal? (Capítulo VIII: p.37)

E o que é para Paulo Honório contar? É, na realidade, buscar uma reparação para o vazio de sua existência. Não é simplesmente enumerar uma sucessão

de fatos ou ações, como em uma narrativa tradicional de que o trecho, a seguir, é um bom exemplo:

Casimiro Lopes deu um passo; toquei-lhe no ombro e ele recuou. Mendonça compreendeu a situação, e passou a tratar-me com amabilidade excessiva.
(Capítulo V: p.26/27).

...mas promover uma encenação na qual o enunciador - ele próprio - com clara e evidente intencionalidade, consciente, revela ao leitor sua trajetória de vida em busca de estabilidade econômica, reconhecimento social e poder; trata-se de um “ato” encenado de expiação para sua existência.

[...] pensava em ganhar dinheiro. Tirei o título de eleitor, e Seu Pereira, agiota e chefe político, emprestou-me cem mil-réis a juro de cinco por cento. Paguei os cem mil-réis e obtive duzentos com o juro reduzido para três e meio por cento. Daí não baixou mais, e estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência.

De bicho na capaço (falando com pouco ensino), esperneei nas unhas do Pereira, que me levou músculo e nervo, aquele malvado. Depois vinguei-me: hipotecou-me a propriedade e tomei-lhe tudo, deixei-o de tanga. Mas isso foi muito mais tarde.
(Capítulo IV: p.13/14).

Adquire prestígio:

Tive por esse tempo a visita do Governador do Estado. (Capítulo VIII: p. 40).

Por meio da narrativa, transmite a representação de sua experiência de mundo, de certa forma, pois os fatos se sucedem por intermédio das ações do protagonista e de seus coadjuvantes. Apenas coadjuvantes. Não há espaço para antagonistas. Ele os elimina ou minimiza sua importância. Ah, mas há Madalena. Que não é protagonista, nem antagonista, também não é coadjuvante. É, por certo, o *alter ego* de Paulo Honório.

É Madalena o que ele nunca foi e jamais conseguirá ser.

_Mulher educada, afirmou João Nogueira. Instruída. (Capítulo IX: p.42).

Os fatos apresentam-se, então, numa sucessão de tempo, num espaço configurado e as ações se interligam, uma vez que estão em relação de causa e consequência, organizando a narrativa de forma contínua, lógica e coerente.

Concluiu-se a construção da casa nova. Julgo que não preciso descrevê-la. [...] ficou tudo confortável e bonito. Naturalmente deixei de dormir em rede. Comprei móveis e diversos objetos que entrei a utilizar com receio, outro que ainda não utilizo, porque não sei para que servem.

Aqui existe um salto de cinco anos, e em cinco anos o mundo dá um bando de voltas. (Capítulo VIII: p. 36/37).

Obedecendo a esses critérios, a narrativa surge aos olhos do leitor como verossímil. Os procedimentos utilizados pelo enunciador são colocados em evidência e a combinação dos elementos da narrativa leva o leitor à compreensão das possíveis significações do texto.

Para que Paulo Honório quer contar?

>Para recuperar fragmentos de sua história, que no processo brutal de busca de enriquecimento, ele perdeu.

>Para encontrar no Tu destinatário um colaborador e parceiro na caminhada de redenção.

>Para identificar-se.

>Para saber aonde ir.

>Para descobrir a verdade de sua existência,

Citam-se como exemplo:

Ninguém imaginará que, topando os obstáculos mencionados, eu haja procedido invariavelmente com segurança e percorrido, sem me deter, caminhos certos. Não senhor, não procedi nem percorri. (Capítulo VIII: p.37).

Eu não sou preguiçoso. Fui feliz nas primeiras tentativas e obriguei a fortuna a ser-me favorável nas seguintes. (Capítulo VIII: p. 38).

Em resumo, o processo de seleção do material linguístico abrange as seguintes operações discursivas: Processo de transformação e as respectivas operações e Processo de transação e os princípios correspondentes:

Processo de transformação: >operação de identificação;
>operação de qualificação;
>operação de processualização;
>operação de causação.

E ainda as operações de modalização e de relação

Processo de transação: >princípio da alteridade;

>princípio da pertinência;

>princípio da influência;

>princípio da regulação.

Mas, o romance envolve um contexto. Por essa razão, o próximo capítulo aborda a situação de enunciação da obra.

2.1.4. O CENÁRIO DE ENUNCIÇÃO:

SITUAÇÃO DE ENUNCIÇÃO DA OBRA OU A CENOGRAFIA EM SÃO BERNARDO

Primogênito de uma família de dezesseis filhos, Graciliano Ramos ocupou diferentes cargos políticos e renunciou a eles. Nasceu em Alagoas, de lá foi para Pernambuco, voltou a Alagoas. Com dezoito anos mudou-se para Palmeira dos Índios (AL). Veio para o Rio de Janeiro, voltou a Palmeira dos Índios onde foi eleito prefeito, mas renunciou ao cargo. Mudou-se para Maceió e retornou a Palmeira dos Índios em 1932. Ocorre nessa data, a fundação de uma escola na sacristia da Igreja Matriz e aí Ramos começa a escrever os primeiros capítulos de São Bernardo, romance que seria

publicado dois anos depois. Já nessa época, Graciliano transitava entre a política e as letras, pois desde menino redigia sonetos e contos e colaborava também em jornais. Essa intimidade com a palavra, aliada ao olhar político de cidadão comprometido com a triste realidade da região em que vivia, tornou-o o produtor de uma literatura regionalista que revela questões universais pertinentes ao ser humano. Além de *São Bernardo* (1934) - escreveu os seguintes romances: *Caetés* (1929), *Angústia* (1937), *Vidas Secas* (1938). Com *Infância* (1945) e *Memórias do Cárcere* (1953), Graciliano dedicou-se a redigir memórias. Reuniu crônicas em: *Viagem* (1954), *Linhas Tortas* (1962), *Viventes das Alagoas* (1962 – contos, ensaios e ficção). Dedicou-se também às crianças com os títulos *Alexandre e Outros Heróis* (1962 – conto infanto-juvenil), nome que foi dado à reunião de três obras: *A Terra dos Meninos Pelados* (1939), *Histórias de Alexandre* (1944), *História da República* (Sátira à história do Brasil, inédita até 1962) e *O Estribo de Prata* (1984).

Escreveu contos: *Histórias Incompletas* (1946) e *Insônia* (1947) e correspondências: *Cartas* (1980), *Cartas de amor a Heloísa* (1992).

Em parceria com Jorge Amado, José Lins do Rego, Aníbal Machado e Rachel de Queiroz, escreveu *Brandão Entre o Mar e o Amor* (1942), um capítulo intitulado *Mário*.

Traduziu as seguintes obras: *Memórias de um negro* (1940), de Booker T. Washington e *A Peste* (1950) de Albert Camus.

Mas, em relação à problemática enunciativa – tema central desta tese, o texto literário envolve uma situação de enunciação que é específica desse gênero discursivo. Pode-se compreender situação de enunciação de uma obra literária pelas circunstâncias

em que foi produzida, porém é pouco satisfatório delimitar-se o tempo e o lugar em que foi redigida e, ainda, quem a redigiu. Isso levaria ao processo de criação literária, mas não aos preceitos comunicativos da enunciação.

Enunciação não englobaria, assim, apenas data, local e autoria, mas, fundamentalmente, o próprio ato de comunicação. Ato enunciativo de comunicação de um gênero reconhecidamente determinado, neste trabalho, o romance literário, que promove expectativas por parte do enunciatário e antecipações por parte do enunciador (MAINGUENEAU, 1995: p.122). Essas expectativas podem cumprir-se ou não. Carece ter acesso à enunciação particular desse texto para que ela se torne verdadeira e, da mesma forma, verdadeiro esse mesmo texto. A obra literária aglutina, pelas suas peculiaridades, aquilo que se diz às próprias condições de legitimação do próprio dizer.

Vê-se, então que o enunciador do texto literário assume uma posição e a transmite por meio de seus escritos. Como enunciado, essa obra envolve o contexto uma vez que o enunciador/narrador compartilha com o enunciatário/leitor o tempo e o espaço em que inscreve a narrativa. Entende-se, assim, o que Maingueneau define por **cenografia** ou **grafia adequada à palavra**. Melhor dizendo, a **situação de enunciação da obra**.

Segundo MAINGUENEAU (op.cit.), “*O que o texto diz pressupõe um cenário de palavra determinada que ele deve validar através de sua enunciação.*”

O conceito de cenografia relaciona-se ao de Enunciação, processo que dá origem ao enunciado, logo engloba: >Um sujeito da enunciação,

>um alocutário e

>um enunciado.

A Enunciação coloca como principal atividade da linguagem, o ato de “significar”. BENVENISTE (1989: p.23) concorda que a significação não é algo que se acrescenta à linguagem, mas é sua própria natureza; significar é o ato de converter a língua em discurso, o que se faz pela presença individual de um sujeito enunciador que se apropria da língua e nela se insere.

Assim, o enunciado se constitui e se manifesta por meio de um sujeito que se constrói e se legitima na posição de Enunciador, daí a importância, neste romance, do narrador Paulo Honório que se vai construindo ao longo do texto.

Paulo Honório tenta, pela narrativa, construir-se como homem íntegro, mas ele se revela o oposto pelo discurso. Por essa razão, é fundamental observarem-se as marcas enunciativas que vão definir o verdadeiro *ethos* de Paulo Honório, uma vez que toda enunciação reflete o retrato do enunciador, logo, o discurso, o trai e o define. Se a significação precisa de *ethos* é a imagem de si projetada pelo enunciador em seu discurso, neste texto essa significação é destinada a garantir o sucesso do empreendimento.

Há exigência do ato de escrever que, neste texto, é representada pela coruja, símbolo do conhecimento “*ave noturna, animal pressago portador de elementos conotando a morte ou a tragédia. Animal claramente negativo no texto, ‘aves amaldiçoadas’, por ele mesmo e pela noite que o envolve e na qual se afirma como animal essencial.*” (OLIVEIRA NETO, 2007: p.227). A primeira dificuldade de Paulo Honório é identificar os próprios sentimentos; a outra é a de expressar-se por meio de uma língua culta que ele não domina.

A dificuldade com a arte da construção de uma obra literária não permite ao EUE expressar em linguagem escrita aquilo que lhe corrói a existência.

_Vá para o inferno, Gondim. Você acanallhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma! (Capítulo I: p.9)

Nesse parágrafo, fundem-se EU COMUNICANTE (EUc) e EU ENUNCIADOR (EUE) . Aquele e este buscam uma linguagem acessível, que seja a descrição do português do Brasil, sintaxe falada, regionalismos e até mesmo gírias, fiel à sua origem. Ao mesmo tempo em que Paulo Honório afirma sua arrogante posição.

Azevedo Gondim apagou o sorriso, engoliu em seco, apanhou os cacós da sua pequenina vaidade e replicou amuado que um artista não pode escrever como fala. (Capítulo I: p.9)

Azevedo Gondim representa, neste momento, a sociedade literária tradicional calcada na língua de Portugal.

—Não pode? perguntei com assombro. E por quê?

Azevedo Gondim respondeu que não pode porque não pode,

Foi assim que sempre se fez. A literatura é a literatura, Seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia. (Capítulo I: p.9)

Paulo Honório confirma sua posição progressista em relação à linguagem, enquanto Azevedo Gondim mantém seu ponto de vista, trazendo à memória os valores da linguagem clássica, que deveria ser preservada em textos escritos. Esse embate perpassa todo o texto narrativo e se revela por meio da linguagem.

➤ **Situação enunciativa**

Designa-se como situação de enunciação da obra literária o ponto principal de informações referentes à enunciação: os protagonistas da interação - enunciador e co-enunciador – e sua sustentação espacial e temporal.

Isso pode ser observado por meio do esquema:

EU >><TU // AQUI >><AGORA.

Entendendo cenografia, conforme foi dito, como o ponto principal de informações referentes à enunciação da obra literária, ou seja, os protagonistas da interação e sua sustentação espacial e temporal, remete-se ao processo fundador do

texto pretendido. A cenografia demarca as condições de produção do enunciador, do co-enunciador, o espaço - topografia - e o tempo - cronografia - em que se desenvolve a enunciação. Distingue-se nessa situação de enunciação da obra literária o cenário literário uma vez que é este que confere ao texto o caráter pragmático, estabelece correspondência e determina uma posição para enunciador-autor e outra para enunciatário-leitor.

Sob esse aspecto, *São Bernardo* é a própria elaboração do personagem por meio da palavra. E é também, pelas inúmeras ocorrências de expressões regionais, uma constatação de uma linguagem brasileira, utilizada por personagens brasileiros “reais”.

Graciliano Ramos redige um texto em que o personagem se constrói a cada cena, em um espaço configurado e em um tempo que demarca a tentativa de remição do personagem.

No primeiro capítulo, o personagem-narrador em primeira pessoa, Paulo Honório, se mostra determinado à escritura de um livro:

Antes de iniciar este livro... (Capítulo I: p. 07 - primeira linha do romance).

E mostra-se um socialista:

[...] *imaginei construí-lo pela divisão do trabalho.* (Capítulo I: p. 07 - primeira e segunda linhas do romance).

Estive uma semana bastante animado, em conferências com os principais colaboradores, [...] (Capítulo I: p. 07)

Já nos dois primeiros parágrafos, demarca-se o embate entre EU COMUNICANTE (EUc), autor, ser social e EU ENUNCIADOR (EUe), narrador, ser discursivo. O EUc, ser social, se revela já no primeiro parágrafo ao sugerir a *divisão do trabalho*. O EUe, ser discursivo, capitalista, proprietário de vasta extensão de terras adquiridas de forma pouco ortodoxas, mostra-se autoritário ao definir que ele próprio *traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura e pecuária, faria as despesas e poria meu nome na capa*.

Mais uma vez se manifesta a ideologia socialista do Euc:

Estive uma semana bastante animado, em conferências com os principais colaboradores; (Capítulo I: p. 07)

No mesmo período, porém, afirma-se a ambição desmedida do EUe:

*[...] e já via os volumes expostos, um milheiro vendido graças aos elogios que, agora com a morte de Costa Brito, eu meteria na esfomeada **Gazeta**, mediante lambujem. Mas o otimismo levou água na fervura, compreendi que não nos entendíamos. (Capítulo I: p. 07).*

Será possível manter-se em Paulo Honório a ideologia socialista de Graciliano Ramos?

João Nogueira queria o romance em língua de Camões, com períodos formados de trás para diante. Calculem. (Capítulo I: p.07).

Novamente é o ser social que aflora, pois noção de *língua de Camões* e de *períodos formados de trás para diante* certamente não são do conhecimento do rude Paulo Honório. Interessante nesse parágrafo notar-se o diálogo com o leitor: *Calculem*.

Mas é o mesmo personagem, já descrente com a partilha das tarefas da escrituração do romance, que encerra este capítulo explodindo, ante a dificuldade da tarefa:

É o diabo, Gondim. O mingau virou água. Três tentativas falhadas num mês! Beba conhaque, Gondim. (Capítulo I: p. 09).

Logo no primeiro período do capítulo seguinte, Paulo Honório relata que abandonara a obra para, logo em seguida, confidenciar ao leitor que retomaria o empreendimento. Mas avisa: valendo-me dos seus próprios recursos. Reproduz-se sua fala:

Abandonei a empresa, [...] e iniciei a composição de repente, valendo-me dos meus próprios recursos e sem indagar se isto me traria qualquer vantagem, direta ou indireta. (Capítulo II: p. 09).

À página 10, do mesmo capítulo, reforça seu propósito e afirma:

Tenciono contar a minha história. (Capítulo II: p. 10).

Paulo Honório reconhece sua pouca intimidade com as letras, não tem certeza de que vai ser compreendido pelos leitores:

Também pode ser que, habituado a tratar com matutos, não confie suficientemente na compreensão dos leitores. [...] digo a mim mesmo que esta pena é objeto pesado. Não estou acostumado a pensar. (Capítulo II: p.10)

Precisa da aprovação de seu enunciatário. Porém usa de cautela: o personagem-narrador se revela e se oculta a cada sentença. Busca, sim, a cumplicidade com o leitor:

As pessoas que me lerem terão, pois, a bondade de traduzir isto em linguagem literária, [...] (Capítulo II: p. 11).

E parece não admitir essa cumplicidade:

[...], se quiserem. Se não quiserem, pouco se perde. Não pretendo bancar o escritor. É tarde para mudar de profissão. (Capítulo II: p. 11).

Reforça a autocrítica:

Volto a sentar-me, releio estes períodos chinfrins. (Capítulo II: p. 10).

Teria Paulo Honório a noção de período? Consta-se a consciência da função metalinguística da linguagem na elaboração do texto e seu processo metaenunciativo.

Paulo Honório carece de conhecimento formal e constata a distância que o separa de Madalena:

Se possuísse a metade da instrução de Madalena. (Capítulo II: p. 11).

Contextualiza-se, assim, em São Bernardo especificidades e cores que demarcam o estilo, a autoria e a imagem do enunciador - o *ethos*. Esses conceitos apresentam possibilidades de observar marcas enunciativo-discursivas que revelam a presença de um sujeito historicamente situado, personagem delineada e representada pela energia da palavra, maneiras de ser sócio-cultural-políticas.

Paulo Honório constrói-se a cada fala enunciada.

O romance oferece-se como um confessionário, estabelece entre enunciador e enunciatário um diálogo, em que o primeiro - personagem-narrador - precisa da cumplicidade do outro para ouvi-lo e, quem sabe, ser convencido. E em que esse outro - leitor - se deixa envolver a fim de que possa conhecer os múltiplos *ethos* que se apresentam.

2.1.5. SUJEITOS ENUNCIADORES E CONTRATO COMUNICATIVO

Partindo-se dos pressupostos da Semiologia do Discurso - aqui tomados de forma resumida e simplificada – pode-se reconhecer o ato de linguagem, independentemente do código semiológico realizado, não como um ato simétrico de transmissão de informações entre receptor e ouvinte, mas como um “espetáculo”, ou “*mise-en-scène*” recobrando quatro sujeitos: dois parceiros situados no circuito externo do fazer social (sujeito comunicante e sujeito interpretante), que constituem o lugar situacional dos gêneros e dois protagonistas (sujeito enunciador e sujeito destinatário), inscritos no circuito interno do dizer.

Assim, o ato de linguagem apresenta um caráter interacional e um duplo processo de cálculo entre olhares avaliadores e “lances” de produção e de interpretação de sentido por meio de jogos de encenação e nesse jogo “... *cada um se legitimando e legitimando o outro através de uma espécie de olhar avaliativo, o que permite dizer que a identidade social se constrói por meio de um ‘cruzamento de olhares’*”. (CHARAUDEAU, 2006).

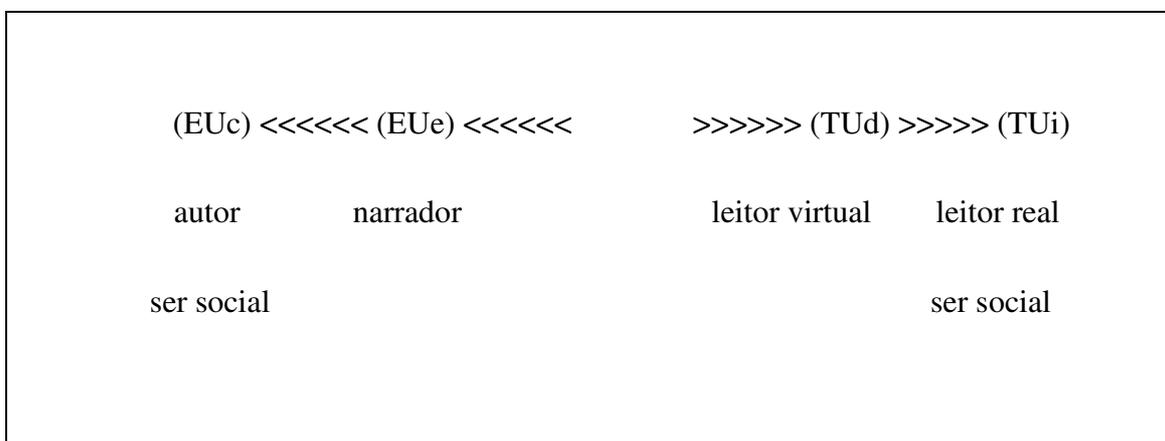
Em texto organizado no modo narrativo, gênero discursivo romance, concebe-se o ato de linguagem como interenunciativo entre sujeito comunicante (autor) e sujeito interpretante (leitor) mediados pelo texto. Assim, esse ato é concebido como um encontro dialético entre dois processos:

> o processo de produção, produzido por um EU comunicante que se dirige a um TU - destinatário;

> o processo de interpretação, produzido por um TU interpretante que constrói uma imagem EU comunicante.

O ato de linguagem torna-se, como já foi dito, um ato enunciativo entre quatro sujeitos - e não apenas dois - visto que, no universo de discurso do **eu**, há um EU que se dirige a um TU no processo de produção enquanto, no universo da interpretação, há um TU que interpreta a fala do EU e o reconstrói discursivamente. Pode-se, então afirmar que, visto do lado do processo da produção, encontra-se um sujeito Enunciador, ora em diante denominado de EUE, que é a imagem construída pelo sujeito produtor de fala ou sujeito comunicante, ora em diante denominado de EUC; o EUE é, então, o traço da intencionalidade do EUC, neste ato de produção. Há, conseqüentemente, um **tu** destinatário ideal, que será designado por TUD, e há um **tu** sujeito responsável pelo processo de interpretação, que será designado por TUI.

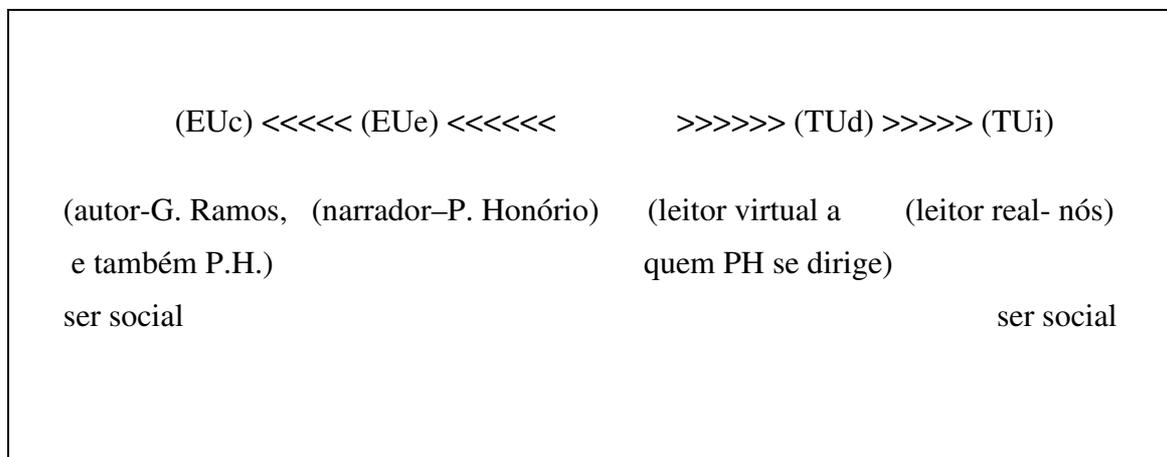
Pode-se verificar a ocorrência do ato de linguagem assim entendido por meio do esquema:



Segundo Charaudeau, as práticas de linguagem pressupõem sempre interação, mas tais práticas dependem das circunstâncias da enunciação e dos destinatários a quem o discurso é dirigido.

Dessa forma, neste estudo, levando-se em conta as condições de produção do texto ficcional, compreende-se como EUc o autor da obra, escritor renomado da literatura brasileira, Graciliano Ramos, autor de prosa ficcional e autobiográfica, de leituras tantas vezes conflitantes, que construiu um personagem em busca de penitência para seus pecados. Tem-se, facilmente reconhecível, o autor, ser social, escritor localizado no tempo e no espaço, ou seja, EUc. Há os leitores, destinatários ideais - TUd, leitores virtuais, foco do EUc. Há os leitores reais, também seres sociais, designados por TUi. Mas há também Paulo Honório - narrador em primeira pessoa - que, na tentativa de dividir sua angústia existencial com os enunciatários, se decide por redigir um texto, talvez biográfico, talvez de memórias. Quem é o sujeito que busca o perdão? É o narrador Paulo Honório, EUe, que se dirige ao leitor virtual e carece de sua cumplicidade, mas, principalmente de remissão.

Pode-se entender a ocorrência do ato de linguagem desse texto literário por meio do mesmo esquema:



Mas, Paulo Honório não é apenas narrador. É protagonista, figura central desse romance que, por meio da linguagem, busca a cumplicidade do leitor para expiar seus pecados ou faz um exame detalhado de consciência. A palavra será sua redenção.

Como exemplo, citam-se fragmentos do Capítulo II (Páginas 09 a 11):

Abandonei a empresa, mas um dia destes ouvi de novo pio de coruja - e iniciei a composição de repente, valendo-me dos meus próprios recursos e sem indagar se isto me traz qualquer vantagem, direta ou indireta. [...]

[...] Há fatos que eu não revelaria, cara a cara, a ninguém. Vou narrá-los porque a obra será publicada com pseudônimo. E se souberem que o autor sou eu, naturalmente me chamarão potoqueiro.

Continuemos. Tenciono contar a minha história. Difícil. Talvez deixe de mencionar particularidades úteis, que me pareçam acessórias e dispensáveis. Também pode ser que, habituado a tratar com matutos, não confie suficientemente na compreensão dos leitores e repita passagens insignificantes. [...]

[...] Aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, suspendo às vezes o trabalho moroso, olho a folhagem das laranjeiras que a noite enegrece, digo a mim mesmo que esta pena é um objeto pesado. Não estou acostumado a pensar. [...]

[...] Volto a sentar-me, releio estes períodos chinfrins.

_Então para que escreve?

_Sei lá! [...]

Pode-se questionar esta abordagem do texto literário, a partir de pontos de vista dos estudos da linguagem, como a Teorias da Enunciação e da Análise do Discurso; entretanto, recorre-se a essas teorias, por considerar-se o “texto”, além do universo literário, como um ato de comunicação, que pode ser tratado no campo da semiologia e nos estudos de linguagem. Como disse Roland Barthes “*essa conjugação nova da literatura e da linguística poder-se-ia chamar de semiocrítica*” (BARTHES, apud MELLO, 2003).

Dessa forma, também agiram outros teóricos como Todorov, Genette e Eco, (CHARAUDEAU, 2008) alguns estudiosos que se debruçam sobre o ato de ler e a relação que há entre a leitura e a escrita. Assim, o discurso literário pode ser visto, levando-se em conta sua estrutura comunicativa e seus aspectos linguístico-discursivos.

Serão analisados, na obra *São Bernardo*, os sujeitos do ato de linguagem que se realiza como “discurso” > lugar da encenação da significação que vai resultar em um texto que representa a materialização da encenação do ato comunicativo. O sujeito não é, nessa concepção, um indivíduo preciso, nem um ser coletivo, mas um “lugar” de abstração da produção/ interpretação do sentido, que vai depender do lugar que o sujeito ocupa - comunicante, enunciador, destinatário ou interpretante - e outras mais. Justifica-se, assim, o uso da Teoria Semiolinguística porque se acredita que ela seja capaz de explicitar os múltiplos sujeitos que aparecem no texto literário

Assim, entende-se como EUE, o personagem Paulo Honório, homem rude, ambicioso, conforme suas próprias palavras: “*minha ignorância é completa.*” (Capítulo II: p.10).

Por outro lado, nesta interação, percebe-se como TUd o leitor ideal, aquele que é capaz de compartilhar com o EUc das ocorrências do momento em que o texto é redigido, compactuando das angústias, e talvez das esperanças, que esse mesmo autor deixa transparecer em seus escritos.

E há, finalmente, o TUi que leva consigo uma expectativa que se realizará ou não ao fim do processo de leitura. Essa realização decorre dos conhecimentos prévios que aplicará ao ato de ler; decorre também de quais são os objetivos e as expectativas em relação à obra. Importa, igualmente, conhecer as estratégias de processamento do texto por ele utilizadas, compreendendo-se que haverá sempre diferentes graus de interação na leitura de textos.

Neste estudo da obra *São Bernardo*, interessa analisar o fazer discursivo proposto pelo sujeito enunciador, responsável pela construção de uma imagem de si, ao mesmo tempo em que o levantamento das marcas linguísticas mais recorrentes permitirá analisar como ocorre o processo de semiotização do discurso em duas etapas: no processo de transformação e no de transação da língua em discurso.

2.2. MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.

Os modos de organização do discurso são de ordem da linguagem, constituem os princípios de organização da matéria linguística; são, portanto, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito enunciador: enunciar, descrever, contar, argumentar.

Denominam-se, então, Modos de Organização do Discurso os procedimentos de utilização de determinadas categorias da língua a fim de dispô-las em função da intencionalidade discursiva do ato de comunicação. Dessa forma, agrupam-se esses modos em quatro, melhor dizendo, em três – como se explica logo a seguir - que assim se configuram: **modo enunciativo descritivo**, **modo enunciativo narrativo** e **modo enunciativo argumentativo**, uma vez que o modo enunciativo possui um estatuto particular na organização do discurso. Seu principal papel é revelar a posição do enunciador com relação ao enunciatário, a si mesmo e aos outros participantes do ato enunciativo. Isso tem como consequência a construção de um aparelho enunciativo. É seu papel também intervir na encenação de cada um dos outros modos. Por isso, pode-se dizer que esse modo dirige os demais, razão essa que leva a adotar-se a nomenclatura citada acima:

- Modo enunciativo descritivo,
- Modo enunciativo narrativo e
- Modo enunciativo argumentativo

Os três modos de organização contribuem igualmente para construir textos, *contar* o fato *testemunhando* uma experiência, *argumentar* *demonstrando* relações, *descrever* *identificando* e *qualificando* os seres.

No entanto, para efeitos didáticos, cada um desses modos merece uma reflexão em separado, razão para estudá-los cada um por si.

2.2.1. MODO ENUNCIATIVO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.

A organização da linguagem acontece por meio da ação de um sujeito enunciador que promove escolhas e que monitora seu texto. Assim, é fundamental refletir sobre a existência de um Modo Enunciativo de Organização do Discurso, que exprime, legitimamente, a presença efetiva de um produtor de texto, ou seja, um enunciador.

O Modo Enunciativo de Organização do Discurso difere da Situação de Comunicação, pois nessa consideram-se os *participantes* do ato de linguagem - *seres sociais*, externos à linguagem. No Modo Enunciativo, consideram-se os *protagonistas*, seres de fala, *internos* à linguagem.

Este modo difere, igualmente, de aspectos de *Modalização*, pois esta é uma *categoria de língua*, conjunto dos procedimentos rigorosamente linguísticos, que permitem tornar explícito o ponto de vista do locutor.

O Modo Enunciativo é uma *categoria de discurso* que revela a maneira pela qual o sujeito enunciador atua na encenação do ato de comunicação. Entende-se que processos de Modalização e Modo Enunciativo estejam intimamente ligados, tal como ocorre entre processos de Ação e Modo Narrativo, e processos de Qualificação e Modo Descritivo. Assim como as categorias de língua permitem a constituição do discurso, as categorias de discurso têm sua contrapartida nas categorias de língua.

O uso da palavra ENUNCIÇÃO, bem como o do verbo ENUNCIAR - uma vez que é palavra com valor polissêmico - pode acarretar incertezas quanto aos seus

significados. Pode atribuir sentido a um ato de linguagem como em “enunciar programa de governo”, sendo sinônimo de expor ou formular. Pode corresponder ao *Propósito referencial* do ato de linguagem (chamado de *enunciado*) e ao *ato de enunciação*, que difere do propósito e ao mesmo tempo o engloba.

Nos estudos de AD, o verbo **enunciar** se refere à organização das *categorias da língua*, ordenando-as para que afirmem a posição que o sujeito falante ocupa em relação ao *interlocutor*, em relação ao *que ele diz* e em relação ao *que o outro diz*.

Isso possibilita caracterizar as funções do Modo Enunciativo: alocutivo, elocutivo e delocutivo que estabelecem diferentes relações entre os protagonistas.

>Sua primeira função é de estabelecer uma *relação de influência* entre locutor e interlocutor num comportamento ALOCUTIVO.

>A segunda é de revelar o ponto de vista do locutor, num comportamento ELOCUTIVO.

>E, finalmente, a de retomar a fala de um terceiro, num comportamento DELOCUTIVO.

Apresentam-se, a seguir, considerações sobre as funções caracterizadas pelo Modo Enunciativo e o que revelam sobre o sujeito enunciadador.

A função de estabelecer uma *relação de influência* entre locutor e interlocutor num comportamento ALOCUTIVO, ou seja, a primeira função do Modo Enunciativo, refere-se ao EUE que enuncia sua posição em relação TUD no momento em

que, com seu dizer, o *implica* e lhe impõe um comportamento. Assim, o locutor age sobre o interlocutor (ponto de vista *acional*).

Em *São Bernardo*, verificam-se exemplos:

“Ora vejam. Se eu possuísse metade da instrução de Madalena, encoivarava isto brincando. Reconheço finalmente que aquela papelada tinha préstimo.”. (Capítulo II: p. 10).

Conforme declarei, Madalena possuía um excelente coração. Descobri nela manifestações de ternura que me sensibilizaram. E, como sabem, não sou homem de sensibilidades. É certo que tenho experimentado mudanças nestes dois últimos anos. Mas isso passa. (Capítulo XX: p. 95).

Lembram-se de que deixei a mesa aborrecido com D. Glória. Pois, passados minutos, Madalena me trouxe uma xícara de café e deu a entender que estava arrependida de haver provocado o incidente. (Capítulo XX: p. 95).

Independentemente de qual sejam a identidade psicossocial e o comportamento efetivo do TUD, este é instado, pelo ato de linguagem do EUE, a ter uma determinada reação (*relação de influência*).

A função em que o EUE enuncia *seu ponto de vista* sobre o mundo (Propósito referencial) num comportamento ELOCUTIVO, ou seja, a segunda função do Modo Enunciativo, resulta em uma enunciação com efeito *modalizador subjetivo e revela* o ponto de vista *interno* do sujeito falante. Assim, o Propósito referencial é situado no universo de discurso do próprio EUE, como se comprova em:

Uma fraqueza apertou-me o coração, aproximei-me, sentei-me na esteira, junto dela.

_ Mãe Margarida, procurei a senhora muito tempo. Nunca me esqueci. Foi uma felicidade encontrá-la. E carecendo de alguma coisa, é dizer. Mande buscar o que for necessário, Mãe Margarida, não se acanhe. (Capítulo X: P.53).

Neste texto em estudo, o EUE assume, em relação a si próprio, uma posição de necessidade de sentimento de indulgência pelos erros cometidos no passado, os quais tenta compensar lembrando-se de algumas - poucas - boas ações praticadas no passado.

*Ora vejam. Se **eu** possuísse metade da instrução de Madalena, encoivarava isto brincando. **Reconheço** finalmente que aquela papelada tinha préstimo.* (Capítulo II: p. 10).

_ Que justiça! Não há justiça nem há religião. (Capítulo III: p. 14).

O “ponto de vista sobre o mundo” pode ser especificado como:

- Ponto de vista do *modo de saber*, que especifica de que maneira o locutor *tem conhecimento* de um Propósito. Corresponde às modalidades de “Constatação” e de “Saber/Ignorância”.

Aqui existe um salto de cinco anos, e em cinco anos o mundo dá um bando de voltas. (Capítulo VIII: p. 37).

- Ponto de vista de *avaliação*, que especifica de que maneira o sujeito *julga* o Propósito enunciado. Corresponde às modalidades de “Opinião” e de “Apreciação”.

De resto isto vai arranjado sem nenhuma ordem, como se vê. Não importa. Na opinião dos caboclos que me servem, todo o caminho dá na venda.
(Capítulo II: p. 10)

- Ponto de vista de *motivação*, que especifica a *razão* pela qual o sujeito é levado a realizar o conteúdo do Propósito referencial. Corresponde às modalidades de “Obrigação”, “Possibilidade” e “Querer”.

Onde andaria a velha Margarida? Seria bom encontrar a velha Margarida e trazê-la para S. Bernardo. Devia estar pegando um século, pobre da negra. (Capítulo VI: p. 31).

- Ponto de vista de *engajamento*, que especifica o grau de adesão ao Propósito. Corresponde às modalidades de “Promessa”, “Aceitação/Recusa”, “Acordo/Desacordo”, “Declaração”.

_ Ele já trabalhou demais. E está tão velho!

_ Muito, perdeu a força. Põe a alavanca numa pedra pequena e chama os cavouqueiros para deslocá-la. Não vale os seis mil réis que recebia. Mas não tem dúvida: mande o que for necessário. Mande meia cuia de farinha, mande uns litros de feijão. É dinheiro perdido. (Capítulo XVII: p. 88).

- Ponto de vista de *decisão*, que especifica tanto o *estatuto* do locutor quanto o *tipo de decisão* que o ato de enunciação realiza. Corresponde à modalidade de “Proclamação”.

O meu fito na vida foi apossar-me das terras de São Bernardo, construir esta cãs, plantar algodão, plantar mamonas, levantar a serraria e o descaroçador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular. (Capítulo II: p. 11).

Finalmente, a função de estabelecer uma relação do locutor com um terceiro ou “comportamento DELOCUTIVO” ocorre quando o EUE se *apaga* de seu ato de enunciação e não implica o TUD.

Ele expressa a maneira pela qual os discursos do mundo (provenientes de um terceiro) *se impõem a ele*. Resultado em uma enunciação aparentemente objetiva

(desvinculada da subjetividade do EUE) que faz a retomada, no ato de comunicação, de textos que não pertencem ao sujeito falante (ponto de vista *externo*).

Todos acreditavam na sabedoria do Major. Com efeito, Seu Ribeiro não era inocente: decorava leis, antigas, relia jornais antigos, e, à luz da candeia de azeite, queimava as pestanas sobre livros que encerravam palavras misteriosas de pronúncia difícil. (Capítulo VII: p. 33).

Apresentam-se em duas possibilidades:

- O *Propósito se impõe por si só*. O locutor diz “como o mundo existe”

relacionando-o a seu modo e grau de asserção:

Via-se perfeitamente que andava com fome. (Capítulo VII: p. 33).

É o caso das modalidades de “Evidência”, “Probabilidade”.

Simpatizei com ele e, como necessitava um guarda-livros, trouxe-o para S. Bernardo. Dei-lhe alguma confiança e ouvi sua história, que aqui reproduzo pondo os verbos na terceira pessoa e usando quase a linguagem dele. (Capítulo VII: p. 33).

- O *Propósito é um Texto* já produzido por um outro locutor, e o EUE atuaria somente como um relator (mais ou menos objetivo). Ele relata “o que o outro diz e como o outro diz”. É o caso das diferentes formas de “Discurso relatado”.

Na verdade Seu Ribeiro infundia respeito. Se havia barulho na feira, levantava o braço e gritava:

Quem for meu me acompanhe. (Capítulo VII: p. 34).

Sabe-se, entretanto que o ato de enunciação ao descrever a “relação com um terceiro” é de fato singular, uma vez que todo ato de linguagem depende do sujeito enunciador e de seus diferentes pontos de vista. Trata-se, então, de um “jogo” protagonizado pelo sujeito enunciador, como se fosse possível a ele não ter ponto de vista, como se pudesse ocultar-se do ato de enunciação e deixar o discurso falar por si, constituindo-se o ato delocutivo mais uma estratégia discursiva de camuflagem enunciativa.

Quanto aos procedimentos de construção enunciativa, esses ocorrem por meio de duas diferentes ordens: uma Linguística e uma Discursiva. Na primeira ordem, explicitam-se as diversas formas de relação do ato enunciativo, por meio de processos de modalização do enunciado. Na segunda, ou seja, na ordem Discursiva, organiza-se o discurso nos Modos Descritivo, Narrativo, ou Argumentativo, de acordo com o projeto de fala do enunciador.

Relativamente aos procedimentos linguísticos, utilizam-se as categorias de língua que resultam da posição do sujeito enunciador no ato de enunciação e, ainda, a categoria da modalização que determina os variados tipos de relação do modo enunciativo.

Relativamente aos procedimentos discursivos, incluem-se em um (ou mais de um) Modo de Organização do Discurso: incluem-se na *encenação descritiva* se há inexistência de progressão temporal; incluem-se na *encenação narrativa*, se, ao contrário, a progressão textual faz-se pela progressão temporal e incluem-se na *encenação argumentativa*, se visa levar o enunciatário a aceitar aquilo que lhe é comunicado, a crer naquilo que lhe foi dito e a fazer aquilo que lhe foi proposto.

2.2.2. MODO DESCRITIVO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.

O modo **descritivo** corresponde a um processo de organização discursiva que consiste em ver o mundo simultaneamente conferindo existência aos seres, nomeando-os, localizando-os no espaço (às vezes, no tempo), e atribuindo-lhe características que o particularizam. Descrever está relacionado ao narrar, uma vez que as ações só adquirem sentido quando os sujeitos que as produzem possuem identidade e qualificações. Logo, o modo descritivo atribui sentido ao narrativo. Esse modo tem como função base identificar e qualificar os seres de maneira objetiva ou subjetiva. Quanto ao princípio da organização da construção descritiva, esse modo nomeia, localiza e qualifica os seres de maneira objetiva/ subjetiva. Quanto ao princípio do ato de comunicação descritiva, demarca efeitos e procedimentos.

Em São Bernardo, vê-se uma sequência descritiva de ações de um personagem:

À tardinha Azevedo Gondim entregava a redação ao Arquimedes, trancava a gaveta onde guardava os níqueis e as pratas, tomava a bicicleta e, pedalando meia hora pela estrada de rodagem que ultimamente Casimiro Lopes andava a consertar com dois ou três homens alcançava São Bernardo. Comentava os telegramas dos jornais, atacava o Governo, bebia um copo de conhaque que Maria das Dores lhe trazia e, sentindo-se necessário, comandava com submissão:

_Vamos a isso. (Capítulo I: p.8)

O fragmento a seguir, organizado também no Modo Descritivo, revela um personagem em um momento aparentemente feliz, pois percebe, pela primeira vez, o cenário delicado de São Bernardo:

Casou-nos o Padre Silvestre, na capela de São Bernardo, diante do altar de S. Pedro. Estávamos em fins de janeiro. Os paus-d'arco, floridos, salpicavam a mata de pontos amarelos; de manhã a serra cachimbava; o riacho, depois das últimas trovoadas, cantava grosso, bancando rio, e a cascata em que se despenha, antes de entrar no açude, enfeitava-sede espuma. (Capítulo XVII: p.86)

Segundo CHARAUDEAU (2008), discutem-se algumas questões sobre o Modo descritivo de Organização do Discurso. Primeiramente, a tradição escolar da produção textual não procurava distinguir entre o que era de ordem *descritiva* e o que era de ordem *narrativa*, e usava palavras como **descrever** e **contar**, sem diferenciar um modo do outro nas práticas de redação.

Para os educandos não havia oposição entre o **contar** e o **descrever**, uma vez que ambos podiam referir-se *ao que foi visto* (ordem do *descritivo*) ou *ao que foi vivido ou feito* (ordem do *narrativo*), sendo comuns enunciados como: “*Conte o seu dia de ontem.*”

Muitas vezes, ainda, os termos *descrição* (substantivo) e texto *descritivo* (adjetivo) são empregados como sinônimos. Um e outro servem para caracterizar as

passagens de um texto literário, e a escola utilizou isso como parte essencial de alguns dos exercícios de redação (“*Descrição de um dia de outono*”) ou de análise (“*Destaque os termos de **descrição** que caracterizam o personagem*”).

Não há dúvida de que, num relato, *descrição* e *narração* estão estreitamente ligadas, entretanto cada um desses modos possui sua característica. É fato que dificilmente se encontra um texto redigido num único modo de organização. Um texto é sempre *heterogêneo*, do ponto de vista de sua organização. Frequentemente esses modos se entrelaçam, mas sempre haverá a predominância de um deles e é essa predominância que permite considerá-lo como narrativo, descritivo ou, ainda, argumentativo, de acordo com a intencionalidade para o qual foi concebido.

O Modo Descritivo de Organização do Discurso, assim, pode ser analisado sob diferentes níveis:

>Sob o ponto de vista da finalidade a que se destina, em uma *Situação de comunicação* que se define em termos de *contrato*.

>Sob o ponto de vista das escolhas de *categorias de língua* que esse modo necessita.

>E, principalmente, sob o ponto de vista de *Gênero Discursivo* no qual ele se concretiza.

A *descrição*, em estudos tradicionais, opõe-se a outras categorias e, principalmente, opõe-se ao *relato*. Considera-se a *descrição* estática, atemporal e fora da sucessão dos acontecimentos. Considera-se o *relato* dinâmico, temporal, desenhando

a sucessão das ações. Sem contar que a descrição não teria estatuto autônomo: existiria apenas como um dos componentes do relato, a serviço desse relato.

Recentemente, a Semiótica moderna (R. Barthes, A. J. Greimas, G. Genette, P. Hamon, in CHARAUDEAU: 2008) entendeu que *descritivo* e *narrativo* são *procedimentos discursivos* e que ambos concorrem igualmente para construir o relato. O descritivo apresenta relação mútua com o que foi chamado de *qualificações* do relato. O narrativo apresenta relações com suas *funções*.

Ainda segundo CHARAUDEAU (2008), o termo *descritivo* define um *procedimento discursivo*, um Modo de organização do discurso, e o termo *descrição* define um *texto*, ou um fragmento de texto, que se apresenta como tal. A *descrição* é um resultado, o *Modo descritivo* é um *processo*. Possui, assim, o mesmo estatuto que o *Narrativo* e o *Argumentativo*.

Logo:

>o *Descritivo* combina-se com o Narrativo e o Argumentativo num mesmo texto;

>um texto pode organizar-se de maneira *descritiva*, em sua totalidade, ou em parte;

>o *Descritivo* é um Modo de organização que pode intervir em textos literários e em textos não literários.

Do ponto de vista do sujeito EUE, **descrever** corresponde a uma atividade de linguagem que se afina com **contar** e **argumentar**, mesmo que em termos organizacionais se oponha a essas atividades.

Contar é expor o que é da ordem das ações no tempo; **descrever** é ver o mundo com um “olhar parado” que dá vida aos seres ao *nomeá-los*, *localizá-los*, e

atribuir-lhes qualidades que os regularizam. Contudo, **descrever** está intimamente ligado a **contar**, uma vez que as ações só adquirem sentido relativamente às identidades e às qualificações de seus actantes.

No texto em estudo, o EUE encerra o capítulo XXXIV com a sequência:

Agora a vela estava apagada. Era tarde. A porta gemia. O luar entrava pela janela. O nordeste espalhava folhas secas no chão. E eu já não ouvia os berros do Gondim. (Capítulo XXXIV: p. 162)

Essa sequência descritiva, que identifica e qualifica o cenário, prepara o início do capítulo seguinte, na mesma página:

Entrei nesse ano com o pé esquerdo. (Capítulo XXXV: p. 162)

Observa-se, então, que o modo descritivo dá sentido ao narrativo.

Descrever e **argumentar** são realizações intimamente ligadas, já que a descrição também se utiliza de operações lógicas, próprias da argumentação, para classificar os seres, e esta só se realiza a respeito de seres que possuem *identidade* e *qualificação*.

Quanto aos procedimentos discursivos, o modo *descritivo* ocorre por meio de três componentes, ao mesmo tempo, autônomos e indissociáveis: *nomear, localizar-situar e qualificar*.

CHARAUDEAU (2008) lembra que esses componentes também constituem a base da identidade civil: **nome e sobrenome, data e local de nascimento, sinais particulares e foto**.

No texto em análise:

Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinquenta anos pelo São Pedro. A idade, o peso, as sobrancelhas cerradas e grisalhas, este rosto vermelho e cabeludo, têm-me rendido muita consideração. (Capítulo III: p.12)

Dar existência a um *ser* é nomeá-lo por meio de dupla orientação: *perceber uma diferença e relacionar essa diferença a uma semelhança*, ou seja, o princípio da *classificação*. Uma vez que a *percepção* e a *classificação* dependem de um sujeito é esse sujeito que constrói e estrutura a visão do mundo e faz *existir seres significantes no mundo, quando os classifica*.

Descrever consiste, então, em *identificar* os seres do mundo, entretanto essa identificação é limitada e relativizada, e mesmo subjetiva, porque é decisão do sujeito enunciador descritor.

Em S. Bernardo:

O Dr. Magalhães é pequenino, tem um nariz grande, um pince-nez e por trás do pince-nez uns olhinhos risonhos. Os beiços, delgados, apertam-se. Só se descolam para o Dr. Magalhães falar a respeito da sua pessoa. Também quando entra nesse assunto, não pára. (Capítulo XII: p. 59).

Nos seguintes exemplos, trata-se de descrição que identifica um ser no mundo a serviço da finalidade da situação de comunicação: apresentar a personagem feminina principal do romance:

Encontrei-o à noitinha no salão, que servia de gabinete de trabalho, com a filha e três visitantes: João Nogueira, uma senhora de preto, alta, velha, magra, *outra senhora moça, loura e bonita.* (Capítulo XII: p.58)

Observei então que *a mocinha loura voltava para nós, atenta, os grandes olhos azuis.*

De repente conheci que estava querendo bem à pequena. Precisamente o contrário da mulher que eu andava imaginando - mas agradava-me, com os diabos. *Miudinha, fraquinha.* (Capítulo XII: p.62)

Determinar o lugar que um ser ocupa no *espaço* e no *tempo* é **localizar-situar** e atribuir-lhe características na medida em que ele depende de sua posição espaço-temporal para a sua razão de ser.

Exemplifica-se:

Resolvi estabelecer-me aqui na *minha terra, município de Viçosa, Alagoas*, e logo planeei adquirir a *propriedade de S. Bernardo*, onde trabalhei, no eito, com salário de cinco tostões. (Capítulo IV: p.15)

Finalmente, há uma outra atividade no modo descritivo: é a que consiste em atribuir a um ser uma *qualidade* que o caracteriza e o especifica, classificando-o.

Qualificar, portanto, assim como *nomear*, é reduzir a infinidade do mundo, construindo classes e subclasses de seres. A *qualificação* atribui um sentido particular a esses seres, e isto de maneira mais ou menos objetiva porque a qualificação tem origem no olhar que o sujeito enunciador descritor tem sobre os outros seres e o mundo, revelando assim, sua subjetividade.

Paulo Honório, ao mesmo tempo em que se justifica por não dominar a arte da escrita, qualifica-se por meio de características e especificações que sabidamente ele possui:

O que é certo é que, a respeito de letras, sou versado em estatística, pecuária, agricultura, escrituração mercantil, conhecimentos inúteis neste gênero. Recorrendo a eles, arrisco-me a usar expressões técnicas, desconhecidas do público, e a ser tido por pedante.

Saindo daí, minha ignorância é completa. (Capítulo II: p.10)

Utiliza-se a qualificação como recurso descritivo, pois permite ao EUE particularizar uma personagem, um fato, uma cena, especificá-los, conferindo-lhes formas e conteúdos próprios em função da maneira como ele focaliza o mundo, por razões objetivas ou mesmo em razão de sua subjetividade.

O capim-gordura tinha virado grama, e os bois que pastavam nele eram como brinquedos de celulóide. O algodoal galgava colinas, descia, tornava a mostrar-

se mais longe, desbotado. Numa clareira da mata escura, quase negra, desmaiavam na sombra figurinhas de lenhadores. (Capítulo XXXI: p.142)

É certo que há *normas relativas aos sentidos*: olfato, tato, audição, visão, paladar e há *normas funcionais*: para que servem os objetos, qual é sua finalidade pragmática. A **qualificação** como **recurso linguístico** permite ao EUE evidenciar o seu foco entre as *visões normativas* impostas e as *visões próprias* ao sujeito.

O modo descritivo constrói uma imagem atemporal do mundo, concedendo realidade aos seres a partir do momento em que esses são nomeados, localizados e qualificados, quer por seus atos, quer por avaliações do descritor.

Galos cantaram, a lua deitou-se, o vento se cansou de gritar à toa e a luz da madrugada veio brincar com as imagens do oratório. (Capítulo XXXI: p.150)

Enquanto o narrativo organiza suas ações em uma sequência temporal de causas e efeitos, o descritivo estende-se para além do tempo narrado, por isso o presente e o imperfeito do indicativo são os tempos privilegiados desse modo. Descrever demarca lugares e épocas, maneiras de ser e de fazer das pessoas e/ou características dos objetos.

Assim, personagens, lugares e objetos descritos por Graciliano Ramos acham-se imortalizados.

[...] *esquecia constantemente a natureza do Gondim e chegava a considerá-lo uma espécie de folha de papel destinada a receber as idéias confusas que me fervilhavam na cabeça.* (Capítulo I: p.08)

*Apanhei o pensamento que lhe escorregava pelos **cabelos emaranhados**, pela **testa estreita**, pelas **maçãs enormes** e pelos **beiços grossos**.* (Capítulo V: p.26/ 27)

*Casimiro Lopes, **que não bebia água na ribeira do Navio**, acompanhou-me. Gosto dele. **É corajoso, laça, rasteja, tem faro de cão e fidelidade de cão.*** (Capítulo III: p.15)

Achei a propriedade em cacos: mato, lama e potó como os diabos. A casa-grande tinha paredes caídas, e os caminhos estavam quase intransitáveis. Mas que terra excelente! (Capítulo IV: p.16)

Por esse tempo encontrei em Maceió, chupando uma barata na Gazeta do Brito, um velho alto, magro, curvado, amarelo, de suíças, chamado Ribeiro. Via-se perfeitamente que andava com fome. (Capítulo VII: p.33).

Essencial destacar que uma descrição é algo relevante e não um mero enfeite que se acrescenta à narração. A descrição caracteriza e/ou qualifica personagens, tempos, espaços. Tais descrições desempenham papel relevante na situação narrativa e revelam, por parte do EUE sua visão de mundo.

2.2.3. MODO NARRATIVO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.

O modo **narrativo** corresponde a um processo de organização discursiva que constrói a sucessão das ações de uma história no tempo e tem por finalidade fazer relato. Quanto ao princípio da organização da lógica narrativa, trata dos actantes e dos processos. Quanto ao princípio do ato da comunicação narrativa, revela a identidade e o estatuto do narrador.

Exemplifica-se:

Então o delegado de polícia me prendeu, levei uma surra de cipó de boi, tomei cabacinho e estive de molho, pubo, três anos, nove meses e quinze dias na cadeia, onde aprendi leitura com o Joaquim sapateiro, que tinha uma bíblia miúda, dos protestantes. (Capítulo III: p. 13)

Conforme CHARAUDEAU (2008), o Modo Narrativo de Organização tem sido objeto de diferentes enfoques teóricos, desde os tradicionais estudos literários às correntes mais atuais da Semiótica e da Análise do Discurso, tal sua importância.

Tal diversidade favorece o aparecimento de classificações nem sempre conciliáveis, assim, *Narração* ora designa “exposição escrita e literária de uma

seqüência de fatos”; ora designa um “exercício escolar que procura desenvolver um assunto dado”, remetendo-se à disciplina *redação*.

Narrativa seria uma “relação oral ou escrita (de fatos verdadeiros ou imaginários)”, englobando as palavras **narrar, contar, relatar**. O termo *História* designa uma disciplina, um campo de conhecimentos, mas também “uma narrativa de ações, de acontecimentos reais ou imaginários”, remetendo à palavra **narrativa**.

A partir dos anos 60-70, Propp ao analisar os contos de fadas russos inicia estudos que despertaram uma nova reflexão sobre “análise estrutural da narrativa”, “poética”, “narratologia” ou “discurso da narrativa”. Nascia, assim, o campo da semiótica narrativa.

Diferentes abordagens teóricas debruçaram-se sobre o estudo complexo da narrativa, surgindo diferentes enfoques e nomenclaturas para esses estudos: *narrativa, história, discurso, narração e narrado, contador e contado, mimese e diegese, registros de discurso, modalidades, narrador e narratário, destinador e destinatário, etc.*

Em primeiro lugar, é importante compreender qual é a diferença que aqui se faz entre *tipo de texto* e *modo de organização do discurso*. Enquanto o tipo de texto refere-se à classificação geral dos textos em gêneros e subgêneros, os modos de organização do discurso referem-se à maneira como, linguisticamente, se dispõem os elementos gramaticais para a constituição dos relatos, das descrições e das argumentações.

Contar não é somente *descrever* uma seqüência de fatos ou acontecimentos. Contar (no sentido comum do termo) que:

Até os dezoito anos gastei muita enxada ganhando cinco tostões por doze horas de serviço. Aí pratiquei o meu primeiro ato digno de referência. (Capítulo III: p. 13)

[...] é descrever uma sequência de ações, mas que não constitui necessariamente uma narrativa.

É necessária a presença de um enunciador que conte essa história, para que ela aconteça. Esse enunciador poderá ser um contador de histórias, ou um narrador, ou ainda, uma testemunha de um fato real desde que possua uma intenção, que queira relatar uma representação de experiência do mundo a um ouvinte, a um leitor, enfim, a um enunciatário, estabelecendo uma ligação entre todos os fatos que dão significação consciente ou inconsciente à narrativa.

Pode-se dizer que, “*para que uma sequência de acontecimentos contados se transforme em narrativa, é preciso criar-lhe um contexto.*” (apud A.K. Varga, *Discours, récit, image*, Mardaga, in CHARAUDEAU, 2008).

Portanto, uma sequência de ações descrita poderá tornar-se uma sequência narrativa de um romance se estiver situada em um contexto.

Cita-se outra passagem, situada em um contexto:

Nesse tempo eu não pensava mais nela, pensava em ganhar dinheiro. Tirei o título de eleitor, e Seu Pereira, agiota e chefe político, emprestou-me cem mil-réis a

juro de cinco por cento. Paguei os cem mil-réis e obtive duzentos com o juro reduzido para três e meio por cento. Daí não baixou mais, e estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência.

De bicho na capação (falando com pouco ensino), esperneei nas unhas do Pereira, que me levou músculo e nervo, aquele malvado. Depois vinguei-me: hipotecou-me a propriedade e tomei-lhe tudo, deixei-o de tanga. Mas isso foi muito mais tarde.

(Capítulo III: p.13 e14).

Se contar não é somente enumerar uma sequência de ações, de fatos ou acontecimento, por que contar? Qual é a intenção desta realização languageira?

Contar significa também procurar respostas para o sentido da existência, e como nem sempre se encontram essas respostas, o ser humano, por meio de sua imaginação, constrói narrativas. Tais narrativas, recuperando fatos e atitudes dos próprios seres humanos, exorcizam, ou pelo menos tentam exorcizar, parte das dúvidas existenciais que os acompanham ao longo da vida.

Contar é assim, um processo languageiro e sua realização envolve pressões e oposições.

Contar é uma realização que se faz preferencialmente depois da ocorrência do fato, enquanto este aparece precisamente como passado, quer ocorra no plano real, quer ocorra no plano ficcional. Essa ação torna visível um universo, o universo contado, que prevalece sobre a realidade, e esta passa a ter presença apenas por meio desse universo. De acordo com esse estatuto, não se pode imaginar uma narrativa que reflita

objetivamente uma realidade passada. Pois, ainda que essa realidade tenha sido vivida pelo enunciador que conta, ela está dependente do olhar que esse sujeito tem sobre a mesma. Tudo está sob o crivo do discurso.

Exemplifica-se:

E fui mostrar ao ilustre hóspede a serraria, o descaroador e o estábulo. Expliquei em resumo a prensa, o dínamo, as serras, e o banheiro carrapaticida. De repente supus que a escola poderia trazer a benevolência do Governador para certos favores que eu tencionava solicitar. (Capítulo VIII: p.40).

A oposição ocorre justamente entre o universo “real” e o universo relatado e a pressão consiste em fazer parecer verdadeiro. Essa pressão se revela por meio de processos e estratégias que instituem efeitos discursivos de realidade e ficção.

E decidi proteger as Mendonça. A minha prosperidade começara depois da morte do pai delas. Naquele tempo algumas braças de massapé valiam muito para mim. Ninharia o massapé.

Senti pena das Mendonça. Mandaria no dia seguinte dar uma limpa no algodão de Bom-Sucesso, enfezado, coberto de mato. Muito por baixo, as Mendonça. O

pai era safado, mas que culpa tinham as pobres? Resolvi abrir o olho para que vizinhos sem escrúpulos não se apoderassem do que era delas. Mulheres quase nunca se defendem. Pois se qualquer daqueles patifes tentasse prejudicá-las, estava embrulhado comigo. (Capítulo VIII: p.41 e 42).

CHARAUDEAU (2008) destaca, também, o ato de narrar como o ato de construção de um universo de representações das ações dos seres humanos por meio de duplo imaginário:

➤ Acreditar na unidade do “ser”, que se representa nas narrativas inalteráveis, repetidas por todo o sempre, como por exemplo, os textos bíblicos; narrativas alegóricas, transmitidas de geração a geração, como os contos populares, as lendas, os contos de fadas, os evangelhos e certos textos fantásticos e narrativas que idealizam heróis, que constroem um protótipo, seja de uma personagem real, seja de uma criação fictícia, como uma biografia, o herói de um filme ou de um livro de aventuras, com o qual o enunciatário poderá identificar-se.

➤ Acreditar numa realidade múltipla do mundo e do ser. - Crença numa “realidade plural” do mundo e do ser, que se representa nas narrativas realistas que se opõem ao idealismo e apresenta a verdade ou, pelo menos, fatos que podem ser verdadeiros, verossímeis. É a narrativa do romance moderno, que surge como:

> narrativas de forma breve, forma das novelas, fragmentos da vida.

> narrativas romanescas, em que o narrador e o autor se mostram, se concedem intervir, aproximando-os mais do destinatário.

> outros tipos de narrativas romanescas, em que os heróis são figuras concretas que se fundem com símbolos.

> narrativas de testemunho histórico que, a partir de pesquisas e de leitura de documentos autênticos, recompõem o mais fielmente possível uma parte da realidade passada.

Nessas narrativas, o destinatário é convidado a relacionar-se com seres com os quais institui relações de sedução e/ou de oposição, (ou ambas) e que o subsidiarão a exorcizar seu “mal de ignorância”.

Com Paulo Honório, o TUD e o TUI compartilham da tentativa de que o próprio EUE se utiliza para exorcizar, não apenas o seu “mal de ignorância”, mas, principalmente o peso de sua consciência. **Contar** significa, assim, a procura por uma apreensão da unidade. Procura essa que ocorre entre o imaginário de uma realidade fragmentada e particular e o imaginário de uma idealização homogênea e universal.

As narrativas são heterogêneas e circulam entre os imaginários, seja na literatura moderna - por exemplo, S. Bernardo – seja em certos gêneros jornalísticos - por exemplo, notícias locais. No entanto, há sempre a predominância de um desses imaginários a constituir-se nas narrativas: o imaginário ficcional ou o imaginário da realidade. Quanto à ordem do narrativo, compreende-se que é uma soma. O modo narrativo é apenas um de seus componentes, assim como o modo descritivo que está a serviço da narrativa. Esta, sim, reúne os modos descritivo e narrativo com uma intencionalidade própria que é “contar”.

➤ Quanto à função, narrativo e descritivo caracterizam-se por diferentes enfoques do mundo que constroem e pelos papéis que desempenham os sujeitos descritos ou narrados.

O modo narrativo apresenta-se como um mundo a ser construído no processo de encadeamento progressivo das ações. Organiza o mundo de maneira consecutiva e constante, numa ordenação cuja harmonia é marcada por seu próprio princípio, meio e fim.

➤ Quanto aos papéis dos sujeitos, distinguem-se o do sujeito que descreve e o do sujeito que narra. O primeiro exerce os papéis de espectador, que se preocupa com detalhes, de sensato, que sabe identificar, nomear e classificar os elementos e suas propriedades, de descritor, que sabe mostrar. O segundo exerce fundamentalmente o papel de uma testemunha que está em contato direto com o fato, ainda que seja de um fato fictício, isto é, com a prova na qual se presencia como os seres se transformam sob o efeito de seus atos.

➤ Quanto ao princípio de organização, diz-se que o discurso produzido pelo modo descritivo mantém-se essencialmente em sua expressão, na sua face “descritora”. Não se submete a nenhum princípio de fechamento nem de lógica sintática.

Já o discurso produzido pelo modo narrativo ocorre em dois níveis: uma estrutura lógica sob a manifestação, espécie de espinha dorsal narrativa, e uma superfície semantizada que se baseia na estrutura lógica e, ao mesmo tempo, interage com ela, a ponto de transformá-la. Esse discurso obedece a um princípio de fechamento

e de lógica sintática que permite fazer operações de restrição ou de intensificação em torno da espinha dorsal narrativa.

Pode-se dizer, então, que o modo de organização narrativo se caracteriza por uma dupla articulação:

➤ *A construção de uma sucessão de ações* segundo uma lógica (lógica acional) que vai constituir a trama de *história* (em sentido estrito); chamar-se-á: ***organização da lógica narrativa.***

Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinquenta anos pelo São Pedro. [...]

[...] Se tentasse contar-lhes a minha meninice, precisava mentir. Julgo que rolei por aí à toa. Lembro-me de um cego que me puxava as orelhas e da velha Margarida, que vendia doce. O cego desapareceu. A velha Margarida mora aqui em São Bernardo, numa casinha limpa, e ninguém a incomoda [...].

[...] Até os dezoito anos gastei muita enxada ganhando cinco tostões por doze horas de serviço. (Capítulo III - Página 12 e13).

➤ *Realização de uma representação narrativa*, isto é daquilo que faz com que essa história, e sua organização acional, se torne um *universo narrado*, ou seja, a cenografia; chamar-se-á: ***organização do ato de comunicação narrativo.***

➤

Resolvi estabelecer-me aqui na minha terra, município de Viçosa, Alagoas, e logo planeei adquirir a propriedade de S. Bernardo, onde trabalhei, no eito, com salário de cinco tostões.

Meu antigo patrão, Salustiano Padilha, que tinha levado uma vida de economias indecentes para fazer o filho doutor, acabara morrendo do estômago e de

fome sem ver na família o título que ambicionava. Como quem não quer nada, procurei avistar-me com Padilha moço (Luís). Encontrei-o no bilhar, jogando bacará, completamente bêbado. (Capítulo IV - Página 15 e 16).

Excetuando os primeiros estruturalistas que viam na narrativa uma estrutura única, a qual se transformava em variantes, essa dupla articulação foi ressaltada por quase todos os teóricos da narrativa que lhe propuseram terminologias diversas.

Há, assim, encadeamentos de ações ou acontecimentos, capazes de uma representação e, ainda segundo G. Genette (CHARAUDEAU, 2008), “*que só se qualificam como “narrativos” porque se encontram numa representação narrativa*”. Isso significa que a sintaxe da narrativa só ocorre no próprio processo da narração.

É necessário que se valha da observação dessa dupla articulação para que se efetue o processo de análise das narrativas.

➤ *a organização da lógica narrativa* está voltada para o mundo referencial, ocorre como um modelo, um projeto que leva aos *procedimentos do ato de comunicação narrativa*.

➤ *o ato de comunicação narrativo* constrói o *universo narrado* (ou contado) propriamente dito, sob a responsabilidade de um *sujeito narrante* que se acha ligado por um *contrato de comunicação* ao destinatário da narrativa. Esse sujeito age ao mesmo tempo sobre a *configuração da organização lógico-narrativa* e sobre o modo de enunciação do *universo narrado* jogando com sua própria presença. (CHARAUDEAU, 2008).

Como todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si, neste trabalho pretende-se examinar o “dizer” de Paulo Honório como uma “maneira” que induz à construção de sua imagem, que mesmo à sua revelia, efetiva-se nas trocas verbais mais corriqueiras e pessoais.

2.2.4. MODO ARGUMENTATIVO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.

O modo **argumentativo** corresponde a um processo de organização discursiva que explica uma verdade numa focalização direcionada para influenciar o enunciatário. Quanto ao princípio da organização da lógica argumentativa, esse modo trata dos procedimentos semânticos e discursivos que conduzem ao ato de comunicação argumentativo.

São palavras de Paulo Honório:

Tenciono contar a minha história. Difícil. Talvez deixe de mencionar particularidades úteis, que me pareçam acessórias e dispensáveis. Também pode ser que, habituado a tratar com matutos, não confie suficientemente na compreensão dos leitores e repita passagens insignificantes. De resto isso vai arranjado sem nenhuma ordem, como se vê. Não importa. Na opinião dos caboclos que me servem, todo o caminho dá na venda. (Capítulo II: p.10)

O Modo Argumentativo de Organização oferece maiores dificuldades para sua elaboração do que, por exemplo, o Modo Narrativo, que estabelece uma comparação com a realidade visível, mesmo que trate de um relato ficcional. O Modo

Argumentativo, por sua vez, leva em consideração o conhecimento ou, ainda, a capacidade prática do ser humano de argumentar por meio de conceitos e abstrações gerais.

Assim como o Narrativo, o Argumentativo não tem compromisso com a verdade e, embora não se possa anular uma narrativa, pode-se afirmar que ela não corresponde à verdade ou que é meramente imaginária. Já uma argumentação pode ser refutada por um outro fundamento. Uma argumentação pode sucumbir diante de uma contestação, por exemplo.

Tem sido fascinante o estudo da argumentação desde a *retórica* - a arte de seduzir e persuadir: “arte de falar” - dos gregos, até os dias de hoje, a partir das pesquisas de Perelman, que inauguraram a nova retórica baseada em investigações da língua e da persuasão em diferentes gêneros de textos

Desde os tempos de Aristóteles, a Retórica constituía a ciência da argumentação. Se Platão rejeitava a retórica por considerá-la uma técnica de abuso de poder, Aristóteles lhe concedia lugar, admitindo os pensamentos dialéticos em que a Intuição (apreensão das singularidades) e a Razão (que engloba o geral nas singularidades) são os instrumentos que capacitam a argumentar e a dominar a arte da persuasão, ou seja, a Intuição e a Razão levam ao raciocínio dialético. Com estes instrumentos consegue-se identificar o variante e o invariante de um fato, permitindo-se analisá-lo, emitir uma opinião sobre o mesmo e prever uma perspectiva. “*O pensamento dialético parte daquilo que é aceito para fazer admitir outras teses com a ajuda de argumentos.*” (BOISSINOT: 1994).

Ter influência sobre o outro para os gregos não era inerente à razão; seria necessária uma técnica para influenciar o outro, conquistar o seu interesse e levá-lo a pensar como o enunciador.

Chaim Perelman, filósofo e jurista, retoma a tradição aristotélica e repensa uma nova retórica que se apresenta sob a forma de demonstrar, argumentar e persuadir. *A nova retórica* de Chaim Perelman põe em relevo não apenas os meios utilizados, mas também a imagem do auditório (ou público visado). *A nova retórica* recupera os objetos de estudo da retórica grega, ou seja, as técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam à sua aceitação. Ainda segundo Perelman, o texto argumentativo não se enquadra no modelo da argumentação lógica, ele é o lugar de um diálogo com o auditório, há uma relação com o outro. É necessário convencer o público visado do bom fundamento de seu valor.

No texto argumentativo, o enunciador *elege* uma tese e procura agir sobre o enunciatário, interagindo com ele e arregimentando-o à sua tese.

Argumentar não se restringe a redigir uma seqüência de proposições ligadas por conectores lógicos, pois, muitas vezes, o aspecto argumentativo de um discurso encontra-se no que está *implícito*, em *pressupostos* e *subentendidos*

Em S. Bernardo, o EUE põe em funcionamento um plano, que se subentende a partir de suas ações nomeadas:

*Travei amizade com ele e em dois meses **emprestei-lhe** dois contos de réis, que ele sapecou depressa na orelha da sota e em folias de bacalhau e aguardente, com fêmeas ratuínas, no Pão-sem-Miolo. Vi essas maluqueiras bastante satisfeito, e quando um dia, de novo quebrado, ele veio convidar para S. João na fazenda, **afrouxei** mais quinhentos mil-réis. Ao ver a letra, fingi desprendimento:*

_ Para que isso? Entre nós... Formalidades.

*Mas **gardei** o papel. (Capítulo IV: p.16)*

A argumentação volta-se à capacidade de refletir e compreender, melhor dizendo, ao raciocínio do interlocutor. O EUE argumentador expressa uma convicção e a transmite ao TUD interlocutor para persuadi-lo a modificar seu comportamento:

_ Não fale assim, menina. E a instrução, a sua pessoa, isso não vale nada?

Quer que eu lhe diga? Se chegarmos a acordo, quem faz um negócio supimpa sou eu.

(Capítulo XV: p.82)

Para que haja argumentação, é necessário que existam:

➤ Uma proposta que provoque um questionamento, em alguém, quanto à sua legitimidade;

➤ Um EUE que se engaje em relação a esse questionamento com convicção e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade, própria ou universal, quanto a essa proposta.

➤ Um TUD que, relacionado com a mesma proposta, questionamento e verdade, se torne o centro de interesse da argumentação. É o interlocutor a que se dirige o sujeito que argumenta, pretendendo persuadi-lo, aceitando ou refutando a argumentação.

A argumentação ocorre assim em relação tripartida entre um *sujeito* argumentador, uma proposta e um *sujeito* centro de interesse da argumentação. Argumentar é, portanto, uma atividade discursiva, uma vez que *seduzir* e *persuadir* se originam da utilização de *meios discursivos*.

O texto argumentativo apresenta-se sob forma *dialógica* - argumentação interlocutiva -, *escrita* ou *oratória* - argumentação monolocutiva.

O modo argumentativo permite a construção de *explicações* sobre asserções feitas acerca do mundo numa dupla perspectiva de *razão demonstrativa* e *razão persuasiva*:

➤ A *razão demonstrativa* estabelece relações de causalidade.

➤ A *razão persuasiva* estabelece a *prova* com a ajuda de *argumentos* que justifiquem as propostas.

Segundo CHARAUDEAU (2008), para que haja resultados nos procedimentos de encenação discursiva do EUE argumentante, realizam-se os *processos de argumentação*, em que se distinguem as *categorias de língua*, as *categorias de*

discurso e os *tipos de textos*, com três domínios da construção linguageira que estão em relação uns com os outros.

Verifica-se que na organização argumentativa do discurso, diferentes operações lógico-linguísticas participam de maneiras diversas no que se refere às categorias de língua e às categorias de discurso.

Dentre essas operações, cita-se a *Disjunção* que estabelece uma relação de *discriminação* entre duas proposições, mas pode também servir para expressar um modo de raciocínio de *escolha alternativa*:

[...] e iniciei a composição de repente, valendo-me dos meus próprios recursos e sem indagar se isto me traz qualquer vantagem, direta **ou** indireta. (Capítulo II: p.09).

Igualmente, cita-se a *Conjunção* que estabelece uma relação de *adição* entre duas asserções, mas pode também servir a um raciocínio implícito quando as duas asserções se inscrevem no quadro de um questionamento.

É o que se verifica em:

Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura e pecuária, faria as despesas e poria meu nome na capa. (Capítulo I: p.07).

No que diz respeito à relação entre *categorias de discurso* e *tipos de textos*, comprova-se que o Modo Argumentativo de Organização do Discurso está presente, predominantemente, em textos científicos; está presente também em textos didáticos, textos objetivos de imprensa e publicitários, ao lado de organizações descritivas e narrativas.

Também no romance literário, em que predominam os modos narrativo e descritivo de organização do discurso, neste texto em especial, verifica-se que o EUE argumenta em favor de sua tese, ou seja, ele carece da cumplicidade do TUD para comprovar sua inocência, daí a necessidade dos recursos argumentativos para tentar, ao menos, aplacar a consciência.

Ninguém imaginará que, topando os obstáculos mencionados, eu haja procedido invariavelmente com segurança e percorrido, sem me deter, caminhos certos. Não senhor, não procedi nem percorri. Tive abatimentos, desejos de recuar; contornei dificuldades: muitas curvas. Acham que andei mal? A verdade é que nunca soube quais foram meus atos bons e quais foram os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo; fiz coisas ruins que deram lucro. E como sempre tive a intenção de possuir as

terras de S. Bernardo, considerei legítimas as ações que me levaram a obtê-las.
(Capítulo VIII: p. 38)

O EUE admite que nem sempre agiu de maneira ética, e inicia o texto oferecendo concessões, isto é, argumentos favoráveis ao adversário, mas minimizados por alguma restrição. Em seguida justifica-se: “*E como sempre tive a intenção de possuir as terras de S. Bernardo, considerei legítimas as ações que me levaram a obtê-las.*”.

No texto *São Bernardo*, tudo se organiza em torno de um objetivo do narrador - apossar-se das terras e de todos ao redor – por isso nada o detém. A velocidade dos acontecimentos passados, a força dos novos tempos impõe-se e ele a tudo domina, diante de nada vacila. Sentimento de propriedade - essa a tese do texto – os fatos narrados tendem a comprovar, como se vê no trecho a seguir:

O meu fito na vida foi apossar-me das terras de São Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, plantar mamonas, levantar a serraria e o descaroçador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular. (Capítulo II: p.11)

O exemplo acima ilustra também o *ethos*, ou a imagem que o EUE constrói para si. E construção do *ethos* do sujeito enunciador é o tema do próximo capítulo.

2.3. A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DO SUJEITO ENUNCIADOR.

Para entender-se o conceito linguístico-discursivo de *ethos*, ou imagem de si no discurso, discorre-se primeiramente sobre a subjetividade na linguagem.

2.3.1. DE PLATÃO A SANTO AGOSTINHO: UM DIÁLOGO ENTRE AS IDÉIAS

Dos tempos de Platão a Santo Agostinho, de Santo Agostinho até os dias de hoje, a subjetividade constituía (e constitui) a busca da consciência de si mesmo, a consciência de ser e estar no universo. E isso só é possível se confrontar-se o conhecimento do “eu” com conhecimento do “outro”.

Para Platão, o processo de conhecimento representa a progressiva passagem das sombras e imagens turvas ao luminoso mundo das idéias e a primeira etapa inteligível é representada pelo conhecimento discursivo e mediatizador, ou princípio de conhecimento – do ponto de vista do sujeito – e princípio de cognoscibilidade – do ponto de vista do objeto. O filósofo considera que o Bem confere às coisas essência e existência, transformando em estrutura real a tessitura hipotética das idéias. A construção do conhecimento constitui, assim, no platonismo, uma conjugação de intelecto e emoção, de razão e vontade; portanto a episteme é fruto de inteligência e amor.

Santo Agostinho redigiu uma obra imensa e se revela um analista de problemas psicológicos íntimos tanto quanto de questões puramente filosóficas. O primeiro problema filosófico focalizado por Agostinho, logo após a conversão, foi o dos fundamentos do conhecimento, para o qual necessitava urgente de uma resposta racional. O homem seria, sobretudo, um ser pensante. Essa concepção de homem provinha de Platão e foi conhecida por Agostinho, pouco antes da conversão. O conhecimento seria a descoberta das coisas imutáveis ou o princípio ético segundo o qual é necessário fazer o bem e evitar o mal. Da necessidade do conhecimento decorreria sua imutabilidade e, desta, a sua eternidade.

Em sua obra “As Confissões”, o princípio da subjetividade aparece a partir do próprio título, pois filosoficamente *confissões* pressupõem declaração da própria fé e revelam a subjetividade do enunciador. Também Paulo Honório precisa confessar-se.

E *São Bernardo* é para ele um ato confessional uma vez que o *ethos* do enunciador verifica-se na maneira como ele escreve e Paulo Honório surge de cada ato que nasce dele mesmo. O enunciador compartilha com o leitor o processo de feitura da obra, ou a própria construção de seu *ethos* dominador.

[...]... mas um dia destes ouvi novo pio de coruja - e iniciei a composição de repente, valendo-me dos meus próprios recursos e sem indagar se isto me traz qualquer vantagem, direta ou indireta. (Capítulo II: p.09)

O pio da coruja, retomado no fragmento acima, já aparecera no primeiro capítulo e se relaciona com a lembrança de Madalena e com a necessidade de criar.

Na torre da igreja uma coruja piou. Estremeci, pensei em Madalena.

(Capítulo I: p.09)

E é mencionado em outros episódios:

Uma coruja pia na torre da igreja. Terá realmente piado a coruja? Será a mesma coruja que piava há dois anos? Talvez seja até o mesmo pio daquele tempo.

(Capítulo XIX: p.94)

Uma coruja gritava. E Marciano surgia de esconderijos cheios de treva, o pixaim branco de teias de aranha:

—Mais uma. É um corujão da peste, Seu Paulo. (Capítulo XXXI: p.142).

O que é para o Paulo Honório “o pio da coruja”, tantas vezes repetido nos momentos em que o EUE se volta às suas inquietações? Ave noturna, relacionada com a Lua, não consegue suportar a luz do Sol, símbolo do conhecimento racional, a coruja é a força que o impele a escrever.

2.3.2. A LINGUAGEM CRIANDO O *ETHOS* E O *ETHOS* CRIANDO A IDENTIDADE DE PAULO HONÓRIO

A palavra *ethos* é polissêmica, tanto que em HOUAISS (2009), *ethos*, substantivo masculino de dois números, significa caráter pessoal; padrão relativamente constante de disposições morais, afetivas, comportamentais e intelectivas de um indivíduo ou, ainda, sob a rubrica de teatro: temperamento predominante de uma personagem, caracterizável pela vontade, paixões e hábitos que determinam seu comportamento em um enredo dramático e, também, personalidade humana apta a exercer, na plenitude de suas faculdades morais, autocontrole racional sobre paixões, inclinações e afetos desordenados.

Para este estudo, *ethos*, ou imagem de si no discurso, pode ligar-se tanto a juízos de valor como a juízos de existência, porém o mais comum seria associá-la a julgamentos de valor. Desse modo, a imagem do E_Ue que se constrói a cada fala é a manifestação da arbitrariedade do enunciador que formula opiniões, julgamento este evidenciado em virtude de interesses subjetivos, pessoais e individuais.

Em Análise do Discurso, o termo *ethos* refere-se às modalidades linguísticas da apresentação de si no discurso. O enunciador deve legitimar o seu dizer: ele se atribui uma posição institucional e marca sua posição a um saber.

Complementa-se o conceito linguístico-discursivo de *ethos*, ou imagem de si no discurso, com os estudos sobre *identidade social* e *identidade discursiva*, ***componentes da identidade e contrato comunicativo***.

Quem é Graciliano Ramos?

Quem é Paulo Honório?

Quem é o narrador que conta ao leitor a saga de São Bernardo?

Quem é o enunciador que interage com o enunciatário mediado pelo texto?

➤ **2.3.2.1. Identidade social e identidade discursiva**

Segundo CHARAUDEAU (2007), o tema das identidades é particularmente importante para os estudos da linguagem. Primeiramente, porque a ciência da linguagem é aquela que une as demais ciências humanas como a psicologia social, a sociologia e a antropologia. Em segundo lugar, a importância é de ordem da própria linguagem que demarca a distinção entre língua e discurso, fundamentando que não há língua sem o discurso uma vez que este é o fundador daquela. E, finalmente, há o reconhecimento da existência de um sujeito que se constrói por meio de sua identidade discursiva, mas que só existe porque possui uma identidade social. É a partir desse reconhecimento que se discute a questão da identidade. Identidade é a consciência da persistência da própria personalidade e da própria existência e é, também, o conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la

Isso ocorre pela tomada de consciência, sentimento que permite ao ser humano vivenciar, experimentar ou compreender aspectos ou a totalidade de seu mundo interior e do próprio corpo - a existência do sujeito no tempo e no espaço; do próprio conhecimento sobre o mundo; de suas crenças; de seu poder fazer. Logo, conhecimento de si. E como tomar consciência de sua própria existência? Pela tomada de consciência

da existência do outro. Ao perceber que existe um outro e que este outro é diferente, compreende-se também que ele é igual. Quanto mais se toma consciência da existência de outro, mais firmemente se constrói sua própria identidade.

Nesse embate, cada um dos sujeitos se descobre semelhante e diferente. É o princípio da alteridade, natureza ou condição do que é outro, do que é distinto. Conforme Bakhtin, alteridade define o ser humano, pois o outro é imprescindível para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro (BAKHTIN, 1992: p.35/36)

Identidade X Alteridade.

A semelhança é imprescindível para que os sujeitos compartilhem causas, razões e desejos. A diferença é indispensável para que os sujeitos exerçam os papéis que lhes são destinados e, ainda que compartilhem causas, desejos e razões, e que estas sejam distintas em suas singularidades.

Conforme o princípio da alteridade, cada um dos sujeitos deste embate compromete-se a reconhecer no outro seu semelhante e seu diferente, legitimando - por meio da linguagem - a si mesmo e ao seu interlocutor. *Não há 'eu' sem 'tu', nem 'tu' sem 'eu'* são palavras de E. Benveniste (1998) ao referir-se ao aparelho enunciativo

Ao descobrir a assimetria, suscita-se no sujeito um sentimento ambíguo de atração e de rejeição. Atração por aquele que é diferente, que causa curiosidade, que necessita ser desvendado. Rejeição por aquele que é igual e que se torna intimidação.

Quem é este outro? É melhor do que eu? Em que ele é melhor do que eu? Por que ele é melhor do que eu? Compreende-se assim a contradição em que se constrói a identidade. Cada sujeito necessita do outro para reconhecer-se como tal. Ao mesmo tempo, sente-se ameaçado pela existência desse outro. É necessário haver equilíbrio entre a aceitação e a rejeição; entre a apreciação e a depreciação, pois conscientizar-se da própria existência significa conscientizar-se da existência do outro, seu diferente, mas também seu semelhante, segundo Charaudeau (idem), complementando palavras do poeta Rimbaud: “*Eu é um outro eu-mesmo semelhante e diferente.*”.

Compreende-se identidade social como a totalidade de características biológicas, psicossociais e comportamentais de um sujeito. Essa soma de características confere a esse indivíduo legitimidade para ocupar determinada posição em seu círculo de relações, ao mesmo tempo em que lhe confere poderes para exercer influência sobre seus interlocutores. A identidade social é, parcialmente, determinada pela situação comunicativa. Quando há sinceridade de propósito, ela deve legitimar o enunciador que se reconhece ao tomar a palavra: “Quem sou eu neste momento, estou neste lugar para dizer o quê?”. Quando não há sinceridade, o EUE pode dissimular, reconstruindo, por meio da linguagem, essa identidade social.

Compreende-se identidade discursiva como resultante de estratégias de construção que o sujeito social utiliza para legitimar o modo de dizer perante seus interlocutores. O EUE pode defender uma imagem de si, ou *ethos*, que lhe possibilite mostrar-se competente, sério, assumindo características de neutralidade, de distanciamento ou de engajamento. O sujeito social constrói uma identidade discursiva

por meio da tomada da palavra, pela organização de seu discurso, ou ainda pela manipulação dos saberes compartilhados de seus interlocutores. A identidade discursiva é sempre construída “em construção”. Resulta das escolhas do sujeito comunicante.

A influência discursiva realiza-se, assim, neste movimento entre identidade social e discursiva, que só pode ser considerada no centro de uma situação de comunicação. É esta situação que estabelece, pelo contrato comunicativo, a identidade social dos parceiros do jogo verbal e para analisar as estratégias próprias da identidade discursiva, é preciso levar em conta as características da identidade social do EUE em cada situação.

Para exemplificar essa teoria, cita-se um fragmento do texto de RAMOS.

Paulo Honório se reconhece inculto e essa consciência se torna clara quando, à página 10, ele se compara à Madalena:

Ora vejam. Se eu possuísse metade da instrução de Madalena, encoivarava isto brincando. Reconheço finalmente que aquela papelada tinha préstimo.
(Capítulo II: p.10).

Os componentes da identidade: Levando-se em conta que identidade tem origem na construção de traços, carece-se investigar a natureza desses traços.

Em *São Bernardo*, verificam-se traços opostos da identidade de Paulo Honório: aqueles que ele quer mostrar ao leitor e aqueles que o próprio leitor identifica a partir de marcas linguístico-discursivas.

O fazendeiro Paulo Honório possui uma identidade social: é respeitado, pois hoje, quando narra, é um homem de posses. Sabe-se também que é violento.

Algumas passagens demarcam essas características. Ao entrar na casa de Luís Padilha:

Apeei-me e entrei, batendo os pés com força, as esporas tinindo. (Capítulo IV: p.18)

Enriqueceu passando por cima de seus oponentes:

Deduzi as dívidas, os juros, o preço da casa, e entreguei-lhe sete contos e quinhentos e cinquenta mil-réis. Não tive remorsos. (Capítulo IV: p.24)

Não tem amigos. Há aqueles que privam de seu convívio por medo ou para tirar algum proveito, com se comprova a seguir:

À tardinha Azevedo Gondim entregava a redação ao Arquimedes, trancava a gaveta onde guarda os níqueis e as pratas, tomava a bicicleta e, pedalando meia hora pela estrada de rodagem que ultimamente Casimiro Lopes andava a consertar com dois

ou três homens, alcançava S. Bernardo. Comentava os telegramas dos jornais, atacava o Governo, bebia um copo de conhaque que Maria das Dores lhe trazia e, sentindo-se necessário, comandava sua submissão: (Capítulo II: p.11).

Paulo Honório envaidece-se de algumas qualidades e procura realçá-las:

O que é certo é que, a respeito de letras, sou versado em estatística, pecuária, agricultura, escrituração mercantil, conhecimentos inúteis neste gênero. Recorrendo a eles, arrisco-me a usar expressões técnicas, desconhecidas do público, e a ser tido por pedante. (Capítulo II: p.10).

Mas reconhece:

Saindo dali, a minha ignorância é completa. (Capítulo II: p.11).

E deixa escapar ao leitor o seu objetivo:

O meu fito na vida foi apossar-me das terras de São Bernardo, (Capítulo II: p.11).

Assim como se reconhecem as identidades sociais e discursivas, igualmente se revelam as diferenças e as semelhanças entre os participantes da situação comunicativa. Compreende-se, então, que é necessário estabelecer um contrato de comunicação entre eles para que essa se efetue. Da noção de “contrato comunicativo”, é o que trata o próximo segmento.

➤ **2.3.2.2. Contrato comunicativo:**

Entendendo-se o texto como uma unidade co-construída pelos sujeitos enunciador e enunciatário no ato comunicativo, constitui-se essa unidade a partir de um “contrato de comunicação”. Esse termo, advindo da linguagem jurídica, leva a supor que os sujeitos envolvidos no ato de linguagem participem das mesmas práticas sociais e possuam conhecimentos compartilhados e, portanto, estejam de acordo com as “regras” que tais práticas estabelecem. Denomina-se, assim, “*Contrato de comunicação o ritual sociolinguageiro do qual depende o conjunto das restrições que codificam as práticas sociolinguageiras, uma vez que tais práticas resultam das condições de produção e de interpretação do ato de linguagem.*” (CHARAUDEAU, 2008: p.60). Conhecer as estratégias discursivas de construção de um texto a partir do cumprimento um “contrato comunicativo” leva ao processo de interpretação desse texto.

A noção de contrato comunicativo prevê o uso de práticas discursivas comuns e permite o desvendamento das estratégias utilizadas. O significado resulta das condições linguístico-discursivo-enunciativas que são identificáveis a partir de cada um dos elementos lexicais, entre outros, que estão mais sujeitos à variação sociocultural,

regional ou estilística, a partir também da identidade dos participantes da situação comunicativa, (quem?) a finalidade do ato de comunicação (para quê?), aceitação da legitimidade da função discursiva recíproca que se desempenha ou cumpre e uma indispensável cumplicidade dos sujeitos autor/leitor na receptividade a esses papéis (como?). >Quem são os parceiros envolvidos no ato comunicativo?

Em instância discursiva são o EU enunciador (EUE) personagem principal/narrador em primeira pessoa Paulo Honório e o TU enunciatário(TUd)/leitor que se torna cúmplice ao ouvir suas confissões. Em instância social, são parceiros o autor/enunciador (EUC) Graciliano Ramos, mas também Paulo Honório, narrador/enunciador, que dá vida ao personagem e o leitor (TUi), enunciatário ideal.

>Qual é a finalidade do ato comunicativo (para quê?);

A finalidade do ato comunicativo também pode ser vista sob o aspecto da instância discursiva: enunciador (EUE) personagem principal/narrador em primeira pessoa precisa expor sua história para que possa se libertar da culpa. Sob o aspecto da instância social é autor/enunciador (EUC) que se posiciona frente aos seus enunciatários ideais para expor seu ponto de vista sobre as circunstâncias político-sociais que vive o país naquele momento e, expressar-se em língua nacional.

> o reconhecimento dos papéis discursivos desempenhados (o quê?);

Reconhecem-se os papéis discursivos do enunciador (EUE)/personagem principal/narrador em primeira pessoa e do TU enunciatário (TUd)/leitor uma vez que representam os parceiros da situação socio-lingueira.

> a cumplicidade dos sujeitos enunciador/ enunciatário na aceitação desses papéis (como?) e mediados pelo (texto literário) código escrito.

Como são aceitos os papéis discursivos do enunciador (EUE) personagem principal/narrador em primeira pessoa e do TU enunciatário(TUd)/leitor? São mediados pelo texto, uma vez que se trata de obra literária. Há uma lógica de ações que sistematizam as regras e que são aceitas. Essas regras linguístico-discursivas fundamentam-se em um saber comum partilhado. Logo a linguagem é principalmente forma de atuação entre os usuários e o texto é um mecanismo interativo argumentativo e persuasivo

Por isso, desvendar as estratégias linguístico-discursivas utilizadas por Graciliano Ramos no processo de construção textual do romance narrativo leva ao conhecimento do verdadeiro Paulo Honório.

Segundo DUCROT (1984), com base em sua teoria da argumentação na língua, não há textos inocentes, todos partilham de ideologia e, para decodificá-los, há que se reconhecerem as marcas linguísticas deixadas pelo enunciador. Entende ele, portanto, o texto como o resultado de um processo de construção ideológica por meio de elementos linguísticos e extralinguísticos.

E como se percebe o verdadeiro *ethos* de Paulo Honório?

Segundo suas próprias palavras, no capítulo três, ele se define:

Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinqüenta anos pelo São Pedro. A idade, o peso, as sobrancelhas cerradas e grisalhas, este rosto vermelho e cabeludo, têm-me rendido muita

consideração. Quando me faltavam estas qualidades, a consideração era menor.

(Capítulo III: p.12)

Apresenta-se ao enunciatário com falsa simplicidade:

Ocupado com esses empreendimentos, não alcancei a ciência do João Nogueira nem as tolices do Gondim. As pessoas que me lerem terão, pois, a bondade de traduzir isto em linguagem literária, se quiserem. Se não quiserem, pouco se perde. Não pretendo bancar escritor. É tarde para mudar de profissão. E o pequeno que ali está chorando necessita quem o encaminhe e lhe ensine as regras de bem viver.

(Capítulo II: p.11).

Mas, ao final de seu relato, já não é essa a imagem que transparece. Paulo Honório enfrentou obstáculos para ter a posse de S. Bernardo, de Madalena e de todos ao redor. Sua existência não tem sentido e aos olhos do enunciatário a imagem que se vê é:

Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes. (Capítulo XXXVI: p.161)

O EUe, diferentemente do EUc, não está preocupado com a estética literária. Este é letrado, aquele não pretende bancar o escritor.

Após terem sido lembrados os conceitos de *identidade social* e *identidade discursiva*, de *componentes da identidade* e de *contrato de comunicação*, chega-se ao estudo de *ethos* ou imagem de si no discurso:

2.3.2.3. *ETHOS*, UMA ESTRATÉGIA DO DISCURSO:

Filosoficamente, o termo *ethos* tem duas origens gregas: a mais antiga (*êthos*, com êta inicial) significa “morada, abrigo, refúgio”, isto é, uma espacialidade onde se sente seguro, protegido, onde se “desarma”. Quando se chega em “casa”, após um dia de labuta e exigências, deixam-se as “armas”, os “uniformes”, despe-se das formalidades necessárias à subsistência e, acolhidos pelos que são mais próximos, baixa-se a guarda. Tudo ao redor é previsível, os outros são previsíveis, daí a possibilidade de abandonar as “armas” – os mecanismos de ataque e defesa.

Mais tarde surge um segundo significado para a palavra *ethos*, um sentido de espacialidade interna, de “caráter e seus hábitos”, fruto de uma construção incessante e nunca acabada, pois não há homem algum que possa afirmar estar pronto, completo. Sempre se “fazendo”, em reformas, transformações e descobertas constantes. A consolidação de hábitos e disposições internas que visem ao bem comum, isto é, que tenham por objetivo algo além da simples satisfação de impulsos e desejos auto-referendados, requer um trabalho conjunto da sociedade e do indivíduo.

A identidade individual e social cria-se a partir de uma interação sistêmica, que é a base de toda educação, pois propicia o espaço necessário para que enriqueçam e transformem a sociedade na qual esse indivíduo está ou escolheu estar inserido.

“Os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório”. (AMOSSY, 2005. p.

10)

A questão do *ethos* vem da Antigüidade. Aristóteles propôs dividir os meios discursivos que influenciam o auditório em três categorias: o **logos**, de um lado, que pertence **ao domínio da razão e torna possível convencer**; o *ethos* e o *pathos*, de outro, que pertencem **ao domínio da emoção e tornam possível emocionar**. O *ethos* e o *pathos* participam dessas “demonstrações psicológicas” que não correspondem ao estado psicológico real do orador ou ao do auditório, mas “ao que o público crê que os outros têm em mente”. O *ethos* permite ao orador parecer “digno de fé”, mostrar-se fidedigno, ao fazer prova de **ponderação** (*phronésis*), de **simplicidade sincera** (*arete*), de **amabilidade** (*eunóia*). Essas categorias da retórica reapareceram recentemente com o desenvolvimento dos estudos relativos à argumentação, sobretudo a partir da obra de Perelman. A noção de *ethos* foi retomada e redefinida por pesquisadores da AD. Esclarecem-se dois pontos de sua definição que são objetos de debates: (i) como construção da imagem de si, o *ethos* liga-se à pessoa real que fala (o locutor) ou à pessoa como ser que fala (o enunciador)? (ii) A questão da imagem de si concerne apenas ao indivíduo ou pode dizer respeito a um grupo de indivíduos?

Ao retomar as ideias de Aristóteles, para quem “o discurso deve quase todo o seu poder de persuasão ao caráter moral”, BARTHES (1970: p.315) conceitua *ethos* como “traços do caráter que o orador deve mostrar ao auditório para causar boa impressão, não importando sua sinceridade” e continua seu raciocínio afirmando: “O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo”.

Diferentes estudos linguísticos, como a Pragmática e a Análise do Discurso em estudos sobre a arte de persuadir, buscam na Retórica subsídios para compreender a eficácia do discurso. Surge assim para esses estudos a noção de *ethos*.

Émile Benveniste (1974: p.82), em suas pesquisas, explicita que a enunciação – como forma de discurso – “*instaura duas figuras igualmente necessárias, uma origem e outro destino da enunciação*”, “*ela postula um alocutário*” e “*estabelece uma relação discursiva com o parceiro*”.

Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980: p.82), continuando os estudos iniciados por Benveniste, pretende incorporar “*na competência cultural dos dois parceiros da comunicação [...] a imagem que eles fazem de si mesmos, do outro e a que imaginam que o outro faz deles.*”.

Mas é Ducrot (1984), em uma pragmática semântica que utiliza modernamente o termo *ethos* na teoria polifônica da enunciação. Esse lingüista distingue locutor (L) de enunciador (E) e analisar o locutor no discurso significa compreender a aparência que as modalidades de sua fala lhe concedem. São palavras de Ducrot: “*O ethos está ligado ao locutor L como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável.*”. (1984: p.201),

Segundo Dominique Maingueneau (1995), o enunciador deve conceder-se e ao seu enunciatário direitos e deveres para legitimar seu dizer, ou seja: ele explicita no discurso sua posição institucional e efetiva sua relação com um saber. Para o estudioso, a noção de *ethos* articula-se à cena da enunciação. A partir das noções desenvolvidas por Benveniste e do conceito de *ethos* de Ducrot, vê-se em Maingueneau que “*a maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida em que o locutário se vê obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento de uma interação entre o locutor e*

seu parceiro.” (MAINGUENEAU, 1995). Sob esse aspecto, o *ethos* está ligado ao estatuto do locutor e ao processo de sua legitimação pela fala.

À noção de *ethos* desenvolvida por Maingueneau, Charaudeau (2004) acrescenta que o *ethos* discursivo mantém estreita relação com a imagem prévia que o auditório (particular ou universal) faz do orador ou com a ideia que este faz do modo como seus alocutários o veem.

➤ **O *ethos*, construído ou pré-construído?**

Há aqueles para quem o *ethos* é um “dado preexistente ao discurso”. Por outro lado, na filiação de Aristóteles, “o orador deve mostrar [seus traços de personalidade] ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão”; há os adeptos de uma concepção discursiva que inscreve o *ethos* no ato de enunciação, no próprio dizer do sujeito que fala. Essa posição é defendida pelos analistas do discurso, que situam o *ethos* na aparência do ato de linguagem, naquilo que o sujeito falante dá a ver e a entender: “É como fonte de enunciação que ele [o locutor] se vê transvertido de certos caracteres que, por tabela, tornam sua enunciação aceitável ou refutável” (DUCROT, 1984); “O *ethos* está [...] ligado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso, e não ao indivíduo ‘real’, apreendido independentemente de sua atividade oratória” (MAINGUENEAU, 1995). O *ethos*, como imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se, assim, ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre

aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor - e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem.

Para sustentar essa posição, é preciso voltar à questão da identidade do sujeito falante desdobrada em dois componentes. Em seu primeiro componente, o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor; é ela que lhe dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação. Em seu segundo componente, o sujeito constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir. O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O *ethos* é o resultado dessa dupla identidade, mas termina por se fundir em uma única. Porém, o orador procura significar o que ele quer ser para o outro: “*Eu sou o que desejo ser, sendo efetivamente o que digo que sou*”. Identidades discursiva e social fusionam-se no *ethos*.

➤ ***Ethos* e imaginário social**

Não se pode dizer que existam marcas específicas do *ethos*. Tanto pelos diversos tipos de comportamento do sujeito (tom de voz, gestos e maneiras de falar) quanto pelo conteúdo de suas propostas, ele mais transparece do que aparece. Não se pode separar o *ethos* das ideias, pois a maneira de apresentá-las tem o poder de construir imagens. Desse ponto de vista, um enunciador constrói seu *ethos* tanto por seu corpo, comportamento, voz, aparições, propostas, quanto por suas idéias cujo conteúdo é conforme a imagem de poder que se quer dar.

Em São Bernardo, o protagonista fala de si:

Para falar com franqueza, o número de anos assim positivo e a data de São Pedro são convencionais: adoto-os porque estão no livro de assentamentos de batizados da freguesia. Possuo a certidão, que menciona padrinhos, mas não menciona pai nem mãe. Provavelmente eles tinham motivo para não desejarem ser conhecidos. Não posso, portanto, festejar com exatidão o meu aniversário. (Capítulo III: p.12)

E de seus semelhantes:

Também pode ser que, habituado a tratar com matutos, não confie suficientemente na compreensão dos leitores e repita passagens insignificantes. (Capítulo II: p.10)

Às noções de *ethos* construído e pré-construído e de *ethos* e imaginário social, acrescentam-se as de credibilidade. Segundo Charaudeau (2005: p. 119), a credibilidade não ocorre a partir da identidade do sujeito, mas origina-se da construção da identidade discursiva pelo enunciador de tal forma que os seus interlocutores o considerem digno de crédito.

➤ Os *Ethé* de Credibilidade

A credibilidade é o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo *digno de crédito*. O sujeito que fala deve tentar responder à seguinte pergunta: como fazer para ser aceito? Para isso, ele próprio deve fabricar uma imagem que corresponda a essa qualidade. De maneira geral, um indivíduo pode ser julgado digno de crédito se houver condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que pensa (condição de *sinceridade* ou de *transparência*), que ele tem os meios de pôr em prática o que anuncia ou promete (condição de *desempenho*), e que o que ele anuncia é seguido de efeito (condição de *eficácia*).

Essas condições variam em importância de acordo com o que está em jogo em cada situação de comunicação. A credibilidade repousa sobre um *poder fazer*, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder.

No discurso, a credibilidade é fundamental e deve satisfazer três das condições que acabamos de evocar: condição de *sinceridade*, dizer a verdade; condição

de *desempenho*, que é feito de promessas que se promete; condição de *eficácia*, meios de fazer o que promete os resultados serão positivos.

Para responder a essas condições, o enunciador procura construir para si o *ethos* de *sério*, de *virtuoso* e de *competente*.

Observa-se em Paulo Honório esse intuito:

O meu fito na vida foi apossar-me das terras de São Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, plantar mamona, levantar a serraria e o descaroçador, introduzir nestas brenhas bovino regular. (Capítulo p.11).

No entanto, o leitor, melhor dizendo, o interpretante, percebe que essa credibilidade é falsa, já que o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo próprio sujeito falante permite identificar outra realidade.

Esse se revela ao dizer:

E como sempre tive a intenção de possuir as terras de São Bernardo, considereei legítimas as ações que me levaram a obtê-las. (p.37).

➤ **O *ethos* de “sério”**

Essa característica de seriedade pode ser construída com a ajuda de índices corporais e mímicos: certa rigidez na postura do corpo, expressão raramente sorridente na face. Índices **comportamentais** que revelam capacidade de autocontrole diante das críticas, sangue-frio diante da adversidade, não se entregar a acessos de cólera nem mostrar que essa é contida (na verdade, calculada) com objetivos táticos; índices que demonstram energia e capacidade de trabalho, onipresença em todas as linhas de frente da vida política e social, particularmente junto àqueles que sofrem. Índices **verbais**: um tom firme e comedido, sem muitos efeitos oratórios, sem “frases de efeito” que frequentemente desacreditam o sujeito, escolha de palavras e de construções simples, apropriadas; uma elocução continuamente serena.

Esse *ethos* se constrói igualmente com a ajuda de declarações a respeito de si mesmo, sobre as idéias que guiam o enunciador, como se pode ver em:

Não pretendo bancar o escritor. É tarde para mudar de profissão. E o pequeno que ali está chorando necessita quem o encaminhe e lhe ensine as regras de bem viver. (Capítulo II: p.11).

Porém o enunciador se trai, ao exclamar:

Ninguém imaginará que, topando os obstáculos mencionados, eu haja procedido invariavelmente com segurança e percorrido, sem me deter, caminhos certos.
(Capítulo VIII: p.37).

➤ **O ethos de “virtude”**

O *ethos* de *virtude* exige que o enunciador demonstre sinceridade e fidelidade, a que se deve acrescentar uma imagem de honestidade pessoal. Às vezes, esses atos são especificados em entrevistas ou em debates. Às vezes, são os colaboradores que os descrevem com essa qualidade.

A essas imagens virtuosas de fidelidade e de coragem do sujeito devem-se acrescentar as de *honestidade pessoal*. Remete à retidão e à sinceridade, na vida pública e na vida particular: dizer o que se pensa, ter uma vida transparente, não ter participado de negócios escusos e nem mostrar ambição pessoal. Essa honestidade pode igualmente exprimir-se em relação aos adversários em termos de *lealdade*: aquele que combate seu oponente sem jamais desferir golpes baixos e que, em caso de derrota, é capaz de reconhecer a validade do julgamento do outro e mesmo seus próprios erros.

Paulo Honório mostra-se *virtuoso*:

A velha Margarida mora aqui em São Bernardo, numa casinha limpa e ninguém a incomoda. Custa-me dez mil-réis por semana, quantia suficiente para compensar o bocado que me deu. Tem um século, e qualquer dia destes compro-lhe mortalha e mando enterrá-la perto do altar-mor da capela. (Capítulo III: p.13).

Mas... em contrapartida...

_ Acabado o que, meu sem-vergonha! Agora é que vai começar. Tomo-lhe tudo, seu cachorro, deixo-o de camisa e ceroula. (Capítulo IV: p.22)

➤ **O ethos de “competência”**

Essa imagem de si demanda de seu possuidor, ao mesmo tempo, saber e habilidade: ele deve ter conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem meios, poder e experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos.

Vê-se em Paulo Honório:

... sou versado em estatística, pecuária, agricultura, escrituração mercantil... arrisco-me a usar expressões técnicas, desconhecidas do público, e a ser tido por pedante. (Capítulo II: p.11).

Entretanto,

... esta pena é um objeto pesado. Não estou acostumado a pensar. (Capítulo II p.10).

E, depois de vacilar um instante, porque nem sabia começar a tarefa, redigi um capítulo. (Capítulo XXXVI: p. 164).

Tive, durante uma semana, o cuidado de procurar afinar minha sintaxe pela dela, mas não consegui evitar numerosos solecismos. Mudei de rumo. (Capítulo II XVII: p.87).

Embora Paulo Honório pretenda mostrar ao seu enunciatário qualidades de homem *sério*, *virtuoso* e *competente*, constata-se, a partir de seu comportamento linguístico, a construção do *ethos* de rudeza, brutalidade, crueldade e mesmo de insegurança.

Exemplifica-se a seguir ato de rudeza e de brutalidade:

O resultado foi eu arrumar uns cocorotes na Germana e esfaquear João Fagundes. (Capítulo III: p.13).

Seguido de ato de crueldade:

... escolhi uns rapazes [...] e quando o doutor ia para a fazenda, caí-lhe em cima, de supetão. Amarrei-o, meti-me com ele na capoeira, estraguei-lhe os couros nos espinhos dos mandacarus, quipás, alastrados e rabos –de – raposa. (Capítulo III: p.14).

Mas também de insegurança:

Pensei em meus oitenta e nove quilos, neste rosto vermelho, de sobrancelhas espessas. Cruzei descontente as mãos enormes, cabeludas, endurecidas em muitos anos de lavoura. Misturei tudo ao materialismo e ao comunismo de Madalena... e comecei a sentir ciúmes. (Capítulo XXIV: p.121).

A abordagem proposta neste trabalho fundamenta-se em um estudo de enunciação que considere que a instância do enunciador compreende a posição assumida por um ser empírico – EU comunicante –, sua imagem pré-discursiva (*ethos* prévio) e a imagem construída no próprio discurso ou o seu *ethos* propriamente dito, capaz de influenciar o leitor. Por essa razão, reconhece-se a importância das escolhas lexicais feitas pelo EUE que demarcam sua presença no texto.

A enunciação literária, segundo Maingueneau (1995: p. 153), não escapa à regra comum da enunciação, mas devido às “condições de produção” específicas, não deve ser analisada como um intercâmbio linguístico corriqueiro, pois no texto literário o “ato de dizer” e o “dito” são indissociáveis.

Eis porque, pode-se concordar com Mello que afirma: “*no texto literário há um tipo de discurso particular e a comunicação é de certo modo artificial, fundada por um sujeito fictício, em uma situação imaginada, encenada por uma linguagem indireta atribuída a sujeitos inexistentes que servem de intermediários entre o escritor e seus leitores*”. (MELLO 2003: p. 48).

No próximo capítulo, serão analisadas marcas linguísticas que constroem o sujeito Paulo Honório.

3. MARCAS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVAS PRESENTES NA ENUNCIÇÃO.

BENVENISTE (1998) identificou elementos linguísticos reveladores da presença do enunciador no interior do enunciado. Tal “ação fundadora” corroborou para que diversos lingüistas se certificassem da onipresença do enunciador na mensagem. O emprego adequado de um termo valorativo, por exemplo, é concernente à natureza particular do falante. Toda enunciação leva a marca de quem a enuncia: o objeto que se enuncia não é, pura e simplesmente, um referente; é, na verdade, um objeto percebido, avaliado, interpretado e construído na enunciação. Dessa forma, a atividade linguística é totalmente subjetiva e não representação objetiva da realidade.

Com essa certeza, afirmam-se diferentes elementos que se referem ao processo da enunciação e demarcam a imagem de si que o próprio enunciador constrói de si mesmo.

ORECCHIONNI (1997), retomando as idéias de Benveniste, propõe a observação das unidades linguísticas com valor afetivo e de conteúdo avaliativo. Ela considera que há outras formas, mais sutis, de se efetuar no enunciado a construção linguística do *ethos*, entre eles, o uso axiológico dos nomes.

Muitas são as marcas linguísticas reveladoras da subjetividade do enunciador. Optou-se, neste trabalho, por apresentar algumas dessas marcas. A língua necessita de contexto, fator determinante de sua realização. Ela pressupõe interação entre os usuários e entre estes e o mundo. Tais estudos, ao analisarem as marcas linguísticas ligadas à enunciação, revelam uma nova concepção de língua e estas marcas

são determinadas pela escolha lexical, pela ordenação sintática e pelas relações semântico-pragmáticas.

Os estudos sobre o léxico têm destacado que ele não é uma simples lista de unidades dicionarizadas com valor unicamente referencial ou denotativo, constitui, sim, um conjunto de elementos diretamente articulados em um contexto. Assim, a sintaxe reflete o modo de organização da língua, enquanto a semântica e a pragmática relacionam-se aos sentidos dos referentes e sua utilização pelos usuários; a análise desses elementos no discurso pode determinar a construção do sentido. Vários fatores, portanto, interferem no processo discursivo e sua qualidade específica realiza-se através da materialidade linguística.

A Análise do Discurso ocupa-se, por conseguinte, do extralinguístico, procurando examinar, através do linguístico, os efeitos do discurso e como nele se instauram as condições sócio-históricas de produção, uma vez que, desde os primeiros anos da década de noventa, busca-se uma perspectiva sociointeracional no tratamento da linguagem. Na Análise do Discurso, o espaço linguístico é onde se materializam “ideias” e o homem é o agente da sua prática social, sujeito histórico, porta-voz de seu próprio discurso, mas que é constituído no e pelo discurso. Tais escolhas serão detalhadas a seguir:

- Tempos verbais do mundo narrado e do mundo comentado.
- Modalizadores: Advérbios (-mente).
- Seleção lexical: > Substantivos
 - > Adjetivos avaliativos e atitudinais
 - > Expressões regionais

3.1. TEMPOS VERBAIS DOS MUNDOS COMENTADO E NARRADO

Segundo CUNHA & CINTRA (1985, p.436 a 454), os tempos do modo indicativo exprimem, geralmente, uma ação ou um estado considerados na sua realidade ou na sua certeza, seja em referência ao presente, seja ao passado ou ao futuro. As formas verbais usadas no pretérito perfeito simples, indicam uma ação que se produziu no passado. Foram empregadas para “*descrever o passado tal como aparece a um observador situado no presente e que o considera do presente.*” (palavras dos autores). As formas verbais usadas no futuro do pretérito exprimem incerteza sobre um fato passado que poderia realizar-se ou não.

Já H. Weinrich (apud KOCH, 1999), em obra denominada *Tempus*, editada em 1964, ao realizar importantes estudos sobre a função dos tempos verbais no discurso afirma que as marcas do tempo são claras nos enunciados da língua, há normas de concordância dentro do período, mas os tempos verbais nem sempre coincidem com o tempo cronológico. Conforme o estudioso, essas categorias dividem-se em dois grupos - tempos do mundo comentado e tempos do mundo narrado - que possuem empregos distintos e que não são usadas no mesmo período. As situações comunicativas também se dividem em dois grupos. A cada uma dessas situações corresponde um grupo de sistema temporal, assim ao **mundo comentado** correspondem os tempos verbais do primeiro grupo. A esse grupo, pertencem as formas verbais do modo indicativo: presente, pretérito perfeito composto, futuro do presente composto e locuções verbais formadas com esses tempos. Ao **mundo narrado** correspondem os tempos verbais do segundo grupo: formas do modo indicativo: pretérito perfeito simples, pretérito

imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito e locuções verbais formadas com esses tempos.

A instalação de um sujeito produtor e de um sujeito interpretante resulta no efeito de que se está diante de uma narrativa oral. Além disso, contribui para esse efeito, a utilização dos tempos verbais no subsistema do pretérito - característico do modo narrativo: pretérito perfeito (“*Abandonei*”, “*ouvi*”, “*inicie*”) e pretérito imperfeito (“*encoivarava isto*”, “*tinha préstimo*”, “*elas não me tentavam*”) que evidenciam acontecimentos já vividos, considerados na própria instância da narrativa.

O uso dos verbos no tempo presente do indicativo (“*acocora-se*”, “*Volto a sentar-me*”, “*releio*”) atualiza a narrativa: um evento do passado volta-se para o presente.

Ocorrem, ainda, formas verbais no futuro (“*Vou narrá-los*”, “*será publicada*”, “*me chamarão*”, “*terão*”, “*eu não revelaria*”) as quais indicam fatos certos ou prováveis, posteriores ao momento em que se fala, apresentam incerteza sobre os fatos, uma dúvida, um desejo ou, nas formas condicionadas, referem-se a fatos de realização provável. (CUNHA E CINTRA, 1985, p.447-448).

O uso do modo subjuntivo, presente e imperfeito (“*se souberem*”, “*deixe de mencionar*”, “*que me pareçam*”, “*não confie suficientemente*”, “*repita*”, “*Se eu possuísse*”, “*As pessoas que me lerem*”, “*se quiserem*”, “*Se não quiserem*”, “*quem o encaminhe e lhe ensine*”), é entendido como expressando incerteza, dúvida, eventualidade ou irrealidade do fato.

Aparecem, neste texto, formas nominais (“*valendo-me*”, “*sem indagar*”, “*privar-me*”, “*sentado, fumando, e bebendo*”, “*brincando*”, “*Recorrendo a eles*”,

“*Saindo*”).) que não determinam o tempo nem o modo, mas cujo valor temporal depende das circunstâncias em que são usadas.

Assim como os tempos verbais, as situações comunicativas também se dividem em dois grupos, e, para cada um desses grupos há predominância de um dos grupos de tempos verbais. Firma-se, então, a partir dessa constatação, a diferença entre mundo comentado e mundo narrado. Pelo emprego adequado dos tempos verbais, enunciador e enunciatário interagem, permitindo verificar-se se o texto apresentado trata de um comentário ou de uma narração.

*Não **respondi**. Madalena **contou** os fios do bordado. D. Glória **imobilizou-se**, com uma xícara na mão. **Tive** desejo de torcer o pescoço do Gondim, que, percebendo a tolice, se **encostou** à parede, raspando o queixo. **Levantei-me**, **cheguei** à janela para disfarçar o constrangimento. Como Gondim se aproximasse, **rosnei**:*

_ Você está bêbado?

*_ **Julguei** que não fosse segredo. Todo o mundo sabe. (Capítulo XVI: p. 83).*

Relatos, eventos, contos, por serem fatos que podem ser objetivamente apresentados, concedem ao interlocutor uma atitude mais moderada, portanto são expressos nos tempos que pertencem ao mundo narrado; em contrapartida, ao mundo comentado pertencem as intervenções mais claras do enunciado, tais como o diálogo, o comentário, a apreciação, ou seja, situações em que o falante está comprometido. Neste

caso, o discurso do falante é um modo de ação que estabelece uma relação de modificação com o mundo e com o seu interlocutor.

Ao utilizar os tempos verbais do mundo narrado, o enunciador possibilita ao enunciatário uma atitude mais distensa; já, ao utilizar os tempos verbais do mundo comentado, o enunciador exige de seu enunciatário um compromisso, uma reação. “*Comentar é falar comprometidamente*”, segundo palavras do pesquisador.

Importante assinalar que é possível passar do mundo narrado ao mundo comentado, ou vice-versa, principalmente quando o enunciador se utiliza dessas estratégias com intenção argumentativa, como por exemplo, narrar um fato para fundamentar um ponto de vista; ou, ainda, inserir um comentário durante um relato. Mas essas inserções exigem cautela, pois a mudança de tempos verbais dentro de um mesmo período pode ocasionar incompreensão.

As formas verbais exprimem três dimensões do sistema temporal associados à situação comunicativa:

- Quanto à atitude comunicativa, há a narrativa e a comentadora, já vistas acima.
- Quanto à perspectiva comunicativa, há tempos sem perspectiva e há os tempos com perspectiva de futuro (prospecção) ou de passado (retrospecção).
- Quanto ao relevo, há o primeiro e o segundo plano.

Quanto à perspectiva, o autor demonstra igualmente que tempos verbais não estão necessariamente ligados ao *cronus*, o mundo narrado não tem compromisso com o

tempo cronológico: a narrativa pode referir-se ao passado ou mesmo ao futuro. O presente representa o tempo zero, ou sem perspectiva do mundo comentado; o imperfeito e o perfeito simples representam o tempo zero do mundo narrado. Os outros tempos de cada grupo são tempos de prospecção ou de retrospecção em relação ao tempo zero.

Quanto ao relevo, Weinrich considera que “*tempo verbal deve ser entendido como comportamento do falante articulado nos dois grupos temporais do mundo comentado e do mundo narrado*”. Em língua portuguesa, a distinção entre imperfeito e o perfeito ocorre pela noção de relevo narrativo: o perfeito é no relato o tempo do primeiro plano; o imperfeito, o tempo do segundo plano. O perfeito demarca as unidades de ação da narrativa; o imperfeito origina o pano de fundo e aparece ainda na introdução e na conclusão.

Confirma-se tal teoria com exemplos presentes no texto de Graciliano. Formas verbais do mundo narrado aparecem uma vez que se trata de um romance, mas o EUE se utiliza do relato com função argumentativa. Essa utilização ocorre em todos os capítulos da narrativa.

Já no primeiro parágrafo aparecem as duas modalidades:

*Antes de iniciar este livro, **imaginei** construí-lo pela divisão do trabalho.*

***Dirigi-me** a alguns amigos, e quase todos eles **consentiram** de boa vontade em contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais. Padre Silvestre **ficaria** com a parte moral e as citações latinas; João Nogueira **aceitou** a pontuação, a ortografia e a*

*sintaxe; **prometi** ao Arquimedes a composição tipográfica; para a composição literária **convidei** Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, redator e diretor do **Cruzeiro**. Eu **traçaria** o plano, **introduziria** na história rudimentos de agricultura e pecuária, **faria** as despesas e **poria** meu nome na capa. (Capítulo I: p 07).*

O pretérito imperfeito, exemplificado no fragmento a seguir, retoma um fato passado e não concluído, o que revela uma ideia de continuidade, cumpre a função de descrever e/ou narrar acontecimentos passados, origina o pano de fundo.

*O muro está esverdeado pelas águas da chuva, mas naquele tempo **era** novo e cor de carne crua. Eu e Madalena ficamos do lado direito - e da nossa varanda **avistávamos** a algodoad, o prado, o descaroador com a serraria e a estrada, que se torce contornando um morro. (Capítulo XVII: p 86/87).*

Os tempos do mundo comentado designam uma atitude de engajamento, de compromisso. No texto em estudo, há, facilmente identificáveis, situações em que o EUE se utiliza dos tempos verbais do **mundo comentado** uma vez que argumenta a seu favor com o TUi e mostra, por meio dessas formas verbais, uma atitude de comprometimento, de verdade.

São muitas as passagens em que esse uso é verificado:

*Está direito: cada qual **tem** suas manias.* (Capítulo I: p. 08.)

*Vá para o inferno, Gondim. Você acanhalhou o troço. **Está** pernóstico, **está** safado, **está** idiota. **Há** lá ninguém que **fale** dessa forma!* (Capítulo I: p. 09).

Essas ocorrências do tempo presente do modo indicativo revelam a certeza do EUe. Ou, ao passar do mundo narrado ao mundo comentado por meio do uso das formas verbais do grupo II para o grupo I, o enunciador argumenta, acrescentando um comentário durante um relato, promovendo uma aproximação com o enunciatário.

Tal uso acontece nos exemplos a seguir:

*Abandonei a empresa, mas um dia destes ouvi de novo pio de coruja - e iniciei a composição de repente, valendo-me dos meus próprios recursos e sem indagar se isto me **traz** qualquer vantagem, direta ou indireta.* (Capítulo II: p. 09).

*Continuemos. **Tenciono contar** a minha história. Difícil. Talvez deixe de mencionar particularidades úteis, que me pareçam acessórias e dispensáveis. Também*

*pode ser que, habituado a tratar com matutos, não confie suficientemente na compreensão dos leitores e repita passagens insignificantes. De resto isto vai **arranjado** sem nenhuma ordem, como se vê. Não importa. Na opinião dos caboclos que me **servem**, todo o caminho **dá** na venda. (Capítulo 02: p. 10).*

*Aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, **suspendo** às vezes o trabalho moroso, **olho** a folhagem das laranjeiras que a noite **enegrece**, **digo** a mim mesmo que esta pena é um objeto pesado. Não estou **acostumado a pensar**. (Capítulo 02: p. 10.)*

***Levanto-me, chego** à janela que **deita** para a horta. Casimiro Lopes **pergunta** se me falta alguma coisa. (Capítulo 02: p. 10.)*

A utilização do futuro do presente se presta para indicar fatos certos ou prováveis, que poderão ocorrer posteriormente ao momento da fala:

*Há fatos que eu não revelaria, cara a cara, a ninguém. Vou narrá-los porque a obra **será** publicada com pseudônimo. E se souberem que o autor sou eu, naturalmente me **chamarão** potoqueiro!* (Capítulo II: p. 10.)

Formas verbais do mundo narrado conduzem toda a narrativa memorial de Paulo Honório. No entanto, o enunciador se utiliza do relato com função argumentativa, omite passagens que possam desaboná-lo, exalta atos que venham a engrandecê-lo, narra à sua maneira, delimitando por datas e lugares e, nesses momentos, usa os tempos do mundo narrado como estratégica forma de realçar os fatos.

*Sofri sede e fome, **dormi** na areia dos rios secos, **briguei** com gente que fala aos berros e **efetuei** transações comerciais de armas engatilhadas.* (Capítulo III: p 14).

Embora o texto em análise se trate de um gênero discursivo romance, portanto redigido no modo narrativo de organização do discurso, a utilização dos

tempos verbais do mundo comentado é um indício de que o TUD é atraído a participar das recordações do EUE.

Não é um simples relato ou uma narrativa, é um ato de exorcismo como se pode comprovar pelos excertos abaixo:

*Depois **vinguei-me: hipotecou--me a propriedade e tomei-lhe tudo, deixei-o de tanga. Mas isso foi muito mais tarde.** (Capítulo III: p. 13 e 14).*

*O safado do velhaco, turuna, homem de facão grande no município dele, **passou-me um esbregue. Não desanimei: escolhi uns rapazes em Cancalancó e quando o doutor ia para a fazenda, caí-lhe em cima, de supetão. Amarrei-o, meti-me com ele na capoeira, estraguei-lhe os couros nos espinhos dos mandacarus, quipás, alaistrados e rabos-de-raposa.** (Capítulo III: p. 14).*

3.2. MODALIZADORES: ADVÉRBIOS (-MENTE)

Conforme estudos de CHARAUDEAU (2006) há procedimentos da construção enunciativa, que relacionam Comportamentos Enunciativos, Especificações Enunciativas e Categorias de Língua que lhes são correspondentes.

Dentre esses procedimentos linguísticos da construção enunciativa, destacam-se as categorias modais que revelam o posicionamento do sujeito enunciador em face de si mesmo, em face de seu destinatário e em relação a um outro sujeito não presente na situação comunicativa. Referem-se às modalidades ALOCUTIVAS, ELOCUTIVAS e DELOCUTIVAS, já referidas anteriormente.

Se, como foi dito anteriormente, as marcas do tempo do mundo comentado e do mundo narrado são claras nos enunciados da língua, o mesmo raciocínio leva a inferir que o uso dos advérbios de tempo também se situa em duas vias: os que se referem ao tempo do mundo comentado, pela instância enunciativa, agora, hoje e ontem; e os que se referem ao mundo narrado, então, nesse dia, na véspera, etc. (KOCH, 1999: p. 38/ 39). Desse uso, infere-se o posicionamento do enunciador em relação ao seu próprio enunciado. O enunciador ora se aproxima, ora se distancia dos fatos narrados, segundo suas conveniências.

A utilização da categoria dos advérbios, não apenas os de tempo e de lugar como explicado acima, denota o posicionamento do EUE em relação ao TUD e revela, muitas vezes, seu comprometimento em relação aos fatos.

Tradicionalmente advérbios são considerados vocábulos que modificam o adjetivo, o verbo e o advérbio e algum de seus complementos (e, por conseguinte, deles

dependentes), a frase e as diversas fases da enunciação. Expressam as circunstâncias que cercam a significação verbal, caracterizam o acontecer verbal, mas alguns desses advérbios modificam o enunciado em sua totalidade, manifestando-se por meio deles uma apreciação do enunciador. A função que determinado advérbio desempenha no enunciado, ou mesmo no texto, revela a força emocional do enunciador. Os advérbios de enunciação são exteriores à frase e aparecem como uma intervenção do enunciador que comenta, julga, critica e aprecia o conteúdo proposicional por si produzido (KOCH & VILELA, 2001).

Ainda segundo KOCH, (1999: p. 86/87), o enunciador, ao produzir um enunciado, evidencia sua intenção e suas atitudes por meio de consecutivos atos ilocucionários de modalização, que se realizam em diferentes formas de lexicalização, ou seja, nos operadores modais que a língua oferece. Dentre esses operadores modais, citam-se os advérbios modalizadores, aqueles que terminam em - mente, nessa categoria. Rodrigues Lapa (1982: p.220/221), comparando o uso de advérbios regularmente expressivos, adjetivos que caracterizam o ato e o sujeito, com função fronteira aos advérbios e o uso efetivo dos advérbios terminados em - mente, conclui que esta última utilização expressa de forma *perfeita a natureza do ato, introduzindo agora (no ato) não apenas uma noção de tempo, mas a de modo, continuidade e movimentação* (palavras do autor).

Em todo o romance, foram registradas 105 (cento e cinco) ocorrências do uso de advérbios terminados em - mente. Em alguns - poucos - momentos, eles demarcam temporalidade, a serviço da sequência narrativa, e alguns ainda, usos desses advérbios com significação de intensificadores. Entretanto, na maioria das ocorrências,

eles revelam traços expressivos. A utilização desses advérbios afetivos denotam claramente o posicionamento do EUE em relação ao TUD e revelam, muitas vezes, sua aproximação e envolvimento ou, ao contrário, seu distanciamento em relação aos fatos.

Apresentam-se e comentam-se, a seguir, alguns fragmentos do texto de RAMOS, que revelam a força do uso dos advérbios. Para esta análise, os trinta e seis capítulos da obra foram agrupados de três em três:

➤ **1º, 2º e 3º capítulos:**

Recebeu-me **friamente** (p.07);... [...] **naturalmente** me chamarão potoqueiro. [...] não confie **suficientemente** (p.10).

*Padre Silvestre recebeu-me **friamente**. Depois da revolução de outubro, tornou-se uma fera, exige devassas rigorosas e castigos para os que não usaram lenços vermelhos.” (Capítulo I: p.07/08).*

Se o EUE tivesse optado simplesmente pelo uso do sintagma verbal “Padre Silvestre recebeu-me.”, esse uso certamente não levaria o TUD à mesma compreensão do sentido pretendido que não corresponderia à conclusão que o segmento do parágrafo revela: “*Está direito: cada qual tem as suas manias*”.

Ao contar sua história, o EUE justifica-se, pois decide enunciar-se, ainda que por meio de um pseudônimo.

*E se souberem que o autor sou eu, **naturalmente** me chamarão potoqueiro.*

(Capítulo II: p.10)

Seria muito incisiva a utilização da forma verbal: “não confie na compreensão dos leitores”; ao utilizar o advérbio **suficientemente** para modificar a significado do verbo “confiar”, o EUE modaliza o sentido, em sua relação com os possíveis TUD.

*Também pode ser que, habituado a tratar com matutos, não confie **suficientemente** na compreensão dos leitores e repita passagens insignificantes. (Capítulo II: p.10)*

*Numa sentinela, que acabou em furdunço, abrequei a Germana, cabritinha sarará **danadamente** assanhada, (Capítulo III: p.13).*

Aqui, o advérbio *danadamente* é utilizado como modalizador, mas também como intensificador significando não somente de modo danado, infernal, como de modo sensual.

➤ **4º, 5º e 6º capítulos:**

No capítulo IV, o EUE inicia os ardis para a posse de S. Bernardo e observa as fraquezas de Padilha:

Realmente transformou-se. (Capítulo IV: p.17 e 18).

*Realmente transformou-se. Nas pedras do Paraíba, com uma garrafa de cachaça, aperreava os companheiros de farra declamando sementes e adubos químicos. Tornou-se **regularmente** vaidoso, desejava aprender agronomia, e em pouco tempo a cidade inteira conheceu as plantações, as máquinas, a fábrica de farinha. (Capítulo IV: p.17 e 18).*

O EUE participa do jogo:

*Afinal prometi **vagamente**: (Capítulo IV: p.19).*

Mais uma vez, revela-se a fragilidade do adversário do EUE:

Relativamente à agricultura Luís Padilha acuou, esperando uns catálogos de máquinas, que nunca chegaram. (Capítulo IV: p.19).

O EUE desfere o golpe fatal:

*Quer resolver o caso **amigavelmente**? Faça preço na propriedade. (Capítulo IV: p.22).*

Ao modificar a forma verbal em primeira pessoa do singular com o uso do advérbio *rapidamente*, o EUE se mostra ágil. A frase: “Contei os caboclos que iam com ele, contei os meus”, não destacaria a esperteza e malícia com Paulo Honório se apercebia das situações.

*Contei **rapidamente** os caboclos que iam com ele, contei os meus. (Capítulo V: p.25)*

O que dizer da diferença entre: “Trabalhava” e “Trabalhava *danadamente*”?

Essa frase remete a um tempo em que o herói passava por dificuldades financeiras. Ele

mesmo inicia esse capítulo com os períodos: “*Naquele segundo ano houve dificuldades medonhas. Plantei mamona e algodão, mas a safra foi ruim, os preços baixos, vivi meses aperreado, vendendo macacos e fazendo das fraquezas forças para não ir ao fundo*”.

Para logo a seguir, complementar: *Trabalhava **danadamente**, dormindo pouco, levantando-me às quatro da manhã, passando dias ao sol, à chuva, de facão, pistola e cartucheira, comendo nas horas de descanso um pedaço de bacalhau assado e um punhado de farinha.*

*Trabalhava **danadamente** (Capítulo VI: p.27).*

➤ **7º, 8º e 9º capítulos:**

No sétimo capítulo, introduz-se um novo enunciador: Seu Ribeiro, que conta sua história para Paulo Honório. A partir desses relatos, o EUE avalia a possibilidade de aproveitá-lo em São Bernardo.

*Via-se **perfeitamente** que andava com fome... (Capítulo VII: p.33)*

O advérbio *perfeitamente* mostra a segurança para o EUE afirmar em seguida: “*Simpatizei com ele e, como necessitava um guarda-livros, trouxe-o para S. Bernardo*”.

Á página 37, segundo palavras do próprio enunciador: “*Aqui existe um salto de cinco anos, e em cinco anos o mundo dá um bando de voltas.*” A vida do EUE evoluiu: “*Concluiu-se a construção da casa nova.*” Além do uso de uma expressão regionalista, português do Brasil [...] *dá um bando de voltas* [...], os advérbios *Naturalmente* e *invariavelmente* modalizam a fala do enunciador, uma vez que “*Deixei de dormir em rede*” traz uma informação distinta de:

Naturalmente, deixei de dormir em rede. (Capítulo VIII: p.37)

A morte de Mendonça, anteriormente planejada e executada, rende frutos: *Depois da morte do Mendonça, derrubei a cerca, naturalmente, e levei-a para além do ponto em que estava no tempo de Salustiano Padilha. Houve reclamações.*

[...] *derrubei a cerca, naturalmente* [...] (Capítulo VIII: p.38).

➤ **10º, 11º e 12º capítulos:**

Após flagrar os empregados da fazenda discutindo política, e Padilha desenvolvendo teorias socialistas, o EUE decide expulsá-lo. É desse último a afirmação que pode redimi-lo:

*Padilha jurou por todos os santos que a escola funcionava **normalmente**...*
(Capítulo XI: p.56).

Paulo Honório decide casar-se: “*Amanheci um dia pensando em casar. Foi uma idéia que me veio sem que nenhum rabo de saia a provocasse. Não me ocupo com amores, devem ter notado, e sempre me pareceu que mulher é um bicho esquisito, difícil de governar*”. Vem daí a reflexão:

*E recomecei a elaborar **mentalmente** a mulher a que me referi...* (Capítulo XI: p.56).

➤ **13º, 14º e 15º capítulos:**

O uso do advérbio abaixo assinalado, embora seja classificado como de dúvida, denota confiança por parte do enunciador:

...e **provavelmente** não reincidiria... (Capítulo XIII: p.67).

Em contrapartida, o advérbio **efetivamente**, usado no fragmento abaixo revela maior certeza:

Efetivamente as abelhas seriam para nós uma fonte de riqueza. (Capítulo XIII: p.67).

Ao empregar **pessimamente**, o enunciador deseja persuadir as duas mulheres a aceitarem seu convite para conhecer São Bernardo:

*Estão as senhoras aqui **pessimamente** instaladas. Adeus. E se resolverem ir a S. Bernardo, avisem, para mandar o automóvel.* (Capítulo XIV: p.75).

O uso do advérbio **Efetivamente** tem função argumentativa, pois ao concordar com sua interlocutora, o personagem deseja sua adesão à proposta de casamento que lhe fará em seguida.

Efetivamente a senhora se arriscava... (Capítulo XV: p.81).

➤ 16º, 17º e 18º capítulos:

Em alguns momentos, Madalena parece concordar com o fazendeiro:

Perfeitamente. O que há é que não estamos acostumados a pensar assim. Assisti um dia destes a uma fita no cinema, e creio que aprendi mais que se visse aquilo escrito. Sem contar que se gasta menos tempo. (Capítulo XVI: p.84).

Paulo Honório se entusiasma com a possibilidade de Madalena aceitar o seu pedido de casamento:

Especialmente uma resolução como esta. Vamos marcar o dia. (Capítulo XVII: p.85).

➤ **19º, 20º e 21º capítulos:**

Paulo Honório reconhece que jamais conheceu verdadeiramente

Madalena:

*...e nunca se revelou **inteiramente**. (Capítulo XIX: p.92).*

Utilizou-se o advérbio ***Aparentemente*** no fragmento a seguir, mas o EUE completa seu pensamento com a expressão: “*Entretanto ameaço Madalena com o punho. Esquisito*”.

***Aparentemente** estou sossegado: as mãos continuam cruzadas sobre a toalha e os dedos parecem de pedra. (Capítulo XIX: p.94).*

➤ **22º, 23º e 24º capítulos:**

O personagem não se expõe;

*[...] dava ordens secas **rapidamente**... (Capítulo XXII: p.102).*

Em momento de ciúme obsessivo e de reflexão sobre as atitudes da mulher, Paulo Honório não raciocina e *Maquinalmente* assina o papel. Também Madalena age *maquinalmente*.

Maquinalmente, assinei o papel; Madalena estendeu-me outro, maquinalmente. Nisto a idéia voltou. Movia-se, porém, com tanta rapidez que não me foi possível distingui-la. (Capítulo XXIV: p.114).

➤ **25º, 26º e 27º capítulos:**

O EUE não tem provas concretas para acusar a esposa, mas:

*Ergui-me, insultava-a **mentalmente**.*

_Perua! Até com o Padilha! Como diabo tinha ela coragem de se chegar a uma lazeira como o Padilha? A questão social. (Capítulo XXV: p.123).

➤ **28º, 29º e 30º capítulos:**

Paulo Honório, quase enlouquecido de ciúmes, volta-se para si, e valida:

Que mãos enormes! As palmas eram enormes, gretadas, calosas, duras como casco de cavalo. E os dedos eram também enormes, curtos e grossos. Acariciar uma fêmea com semelhantes mãos!

*Levantei-me e aproximei-me da luz. As minhas mãos eram **realmente** enormes. Fui ao espelho. (Capítulo XXV: p.127).*

E demonstra a Madalena sua autoridade:

***Perfeitamente.** Mas é bom mostrar. Faz o favor? (Capítulo XXVI: p.127).*

➤ **31º, 32º e 33º capítulos:**

Às vezes, mostra-se isento de dissimulação:

*Apanhei-a e corri a vista, sem interesse, pela bonita letra redonda de Madalena. **Francamente**, não entendi. (Capítulo XXXI: p.143).*

Ou disfarça:

*E olhava **alternadamente** Madalena e os santos do oratório. Os santos não sabiam, Madalena não quis responder. (Capítulo XXXI: p.145).*

No exemplo seguinte, o uso do advérbio *doidamente*, ao mesmo tempo intensifica e expressa a emotividade do EUe:

*O coração dava-me coices desesperados, desejei **doidamente** convencer-me da inocência dela. (Capítulo XXXI: p.146).*

➤ **34º, 35º e 36º capítulos:**

Os prejuízos eram grandes, a fazenda já não dava lucro, por isso Paulo Honório contemplava *melancolicamente* sua propriedade:

*Um dia em que, assim de braços cruzados, contemplava **melancolicamente** o descaroador e a serraria, (Capítulo XXXV: p.163).*

E procura consolar-se:

Provavelmente sou um sujeito feliz. (Capítulo XXXVI: p.167).

Entretanto reconhece:

*—Estraguei a minha vida, estraguei-a **estupidamente**.*

A agitação diminui.

*—Estraguei a minha vida **estupidamente**.* (Capítulo XXXVI: p.170).

Finalmente conclui:

*Se Madalena me via assim, com certeza me achava **extraordinariamente feio**.* (Capítulo XXXVI: p.171).

Aos estudos dos tempos verbais e dos advérbios modalizadores no percurso enunciativo-narrativo e na construção dos possíveis *ethos* enunciadores, acrescentam-se a essa pesquisa análises sobre a seleção lexical, notadamente a utilização de substantivos e de adjetivos afetivos e avaliativos que serão tratados a seguir.

3.3. SELEÇÃO LEXICAL

3.3.1. SUBSTANTIVOS

A análise da seleção lexical leva-a em conta como um dos mecanismos de coesão textual, portanto construtora da textualidade, mais especificamente, da coerência, sob várias formas. A seleção lexical, segundo KOCH (1999: p.156),

“é recurso de grande importância. É através dela que se estabelecem as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, o paralelismo rítmico, etc. Há palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos. [...] [...] não existe escolha neutra: o que existe, apenas, é uma escolha que parece neutra, a partir da qual se podem estudar as modificações argumentativas. O recurso ao estilo neutro deve também ser considerado como um caso particular de renúncia, que se destina a aumentar a credibilidade, por contraste com um estilo argumentativo mais inflamado. Segundo Halliday, um dos fatores de coesão textual é, exatamente, a coesão lexical. Nós acrescentaríamos que, muitas vezes, não só se torna possível a manutenção dos pressupostos básicos do texto por meio de uma seleção lexical adequada, como também se estabelece a referência anafórica por intermédio de termos ou expressões de carga significativa semelhante (por ex. uso de expressões referenciais definidas)”

Cita-se como exemplo, apenas no primeiro capítulo, a denominação por meio de substantivos próprios dos “principais colaboradores” de Paulo Honório: Padre

Silvestre, João Nogueira, Arquimedes, Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, e ainda Costa Brito, Casimiro Lopes, Maria das Dores e até Camões. A velha Margarida e Madalena.

Num estudo que focaliza as marcas enunciativas, importa verificar a seleção lexical uma vez que a escolha apropriada de um substantivo evidencia o posicionamento do EUE. Os substantivos afetivos exprimem o interesse pessoal e os aspectos subjetivos do pensamento do enunciador. Os substantivos avaliativos revelam uma apreciação que tem como finalidade determinar a competência, a qualidade de um objeto, de um fato, de uma situação ou, no texto literário, de uma personagem.

Há unidades essencialmente afetivas e/ou avaliativas como os termos pejorativos ou melhorativos (ROSA, 1999), que se denominam axiológicos. As unidades axiológicas expressam juízo avaliativo, de aprovação ou desaprovação por parte do enunciador. Tais unidades estarão presentes em maior quantidade em textos com intencionalidade avaliativa.

Confirmando o intento metaenunciativo do romance, encontra-se no texto em estudo, coletados nos três primeiros capítulos, a utilização de substantivos e de sintagmas nominais como: *desenvolvimento das letras nacionais, parte moral e citações latinas*, que remetem ao universo das Letras: *livro, desenvolvimento das letras nacionais; citações latinas; pontuação, ortografia e sintaxe; composição tipográfica; composição literária; redator; plano, capa (do livro); volumes expostos; períodos; enredo palavras, capítulos dactilografados; literatura é a literatura; arranjar palavras com tinta; linguagem literária; escritor*.

No decorrer do romance, verifica-se o interrelacionamento de palavras pertencentes ao campo significativo agrário, confirmando o propósito já expresso no título São Bernardo, o nome da fazenda. São palavras de Paulo Honório: “*O meu fito na vida foi apossar-me das terras de São Bernardo, construir esta casa, plantar...*” (Capítulo II: p.11). Analisando-se os três primeiros capítulos, veem-se: *rudimentos de agricultura e pecuária; novilhas caracus que pastavam no prado; touro limosino; estábulo; paredão do açude; matutos; caboclos; folhagem das laranjeiras; horta; pecuária, agricultura, escrituração mercantil; algodão, mamonas, serraria e descaroçador, pomicultura, avicultura, rebanho bovino; enxada; fazenda; espinhos dos mandacarus, quipás, alastrados e rabos-de-raposa*. O uso desse recurso concorre para a criação da atmosfera agreste adequada à construção do *ethos* desse personagem sertanejo.

Encontram-se ainda sintagmas nominais formados por substantivos abstratos como *divisão do trabalho, boa vontade; devassas rigorosas; espécie de folha de papel; idéias confusas; vantagem, direta ou indireta*; indicadores de escolha criteriosa por parte de um enunciador que acompanha o percurso de seu texto.

Revelador no capítulo um, a utilização do substantivo abstrato *submissão* em relação a Azevedo Gondim: mais uma vez, instaura-se a pretensa autoridade de P. H. em relação a um de seus subordinados.

Muitas são as ocorrências dos substantivos abstratos, dos sintagmas nominais e das palavras pertencentes a campos significativos das Letras ou do universo rural construído por Paulo Honório. Assim como os substantivos, também os

adjetivos afetivos e avaliativos denunciam a presença e demarcam a imagem de si ou o *ethos* do EUE. É o que se destaca no próximo segmento.

3.3.2. ADJETIVOS AFETIVOS E AVALIATIVOS

Os estudos do discurso sempre colocaram em pauta a atividade dos interpretantes no ato da comunicação e, com o desenvolvimento da Pragmática e da Teoria da Enunciação, o sujeito “retoma” seu lugar no ato de linguagem. Sob esse paradigma, todas as unidades linguísticas são, de certa forma, subjetivas, uma vez que não representam as coisas, mas as substituem e interpretam, recriando-as: muitas palavras têm assim sentido metafórico, figurado ou subjacente e expressam juízos interpretativos inscritos no inconsciente linguístico da comunidade. O sujeito de uma enunciação necessita verbalizar um referente e, para isso, precisa selecionar unidades do repertório linguístico para descrevê-lo. Tem, então, duas opções: o *discurso objetivo*, que pressupõe suprimir a existência de um enunciador individual e o *discurso subjetivo*, no qual o EUE se exprime explicitamente ou se reconhece implicitamente através da valoração das afirmações.

A partir dessas considerações, pode-se afirmar que entre as unidades linguísticas há categorias que se prestam a revelar a imagem do sujeito. Entre essas, a classe dos adjetivos, com certeza, se destaca.

“*Tudo é relativo no uso dos adjetivos*”, segundo ORECCHIONNI (1997: p. 110) e, ainda segundo a autora, convém distinguir várias categorias dos adjetivos.

Podem ser objetivos e subjetivos, e estes podem ser distintos em duas categorias: afetivos e avaliativos não axiológicos e avaliativos axiológicos.

➤ OBJETIVOS

➤ ADJETIVOS

➤ SUBJETIVOS >AFETIVOS

>AVALIATIVOS NÃO AXIOLÓGICOS

> AVALIATIVOS AXIOLÓGICOS

Adjetivos **afetivos** enunciam uma propriedade do objeto que caracterizam, ao mesmo tempo em que revelam uma reação emocional do enunciador frente a este objeto e, como supõem um compromisso afetivo do enunciador, a sua presença no enunciado denota claramente um processo enunciativo subjetivo. São palavras de Paulo Honório:

*Naquele momento não supus que um caso tão **insignificante** pudesse provocar desavença entre pessoas **razoáveis**. (Capítulo XXI: p.100)*

Por sua vez, adjetivos **avaliativos não axiológicos** possuem um caráter gradual e supõem uma avaliação mais qualitativa ou mais quantitativa do objeto, a partir de uma norma interna e outra específica do usuário, por essa razão, também são considerados subjetivos. A utilização dos adjetivos avaliativos não axiológicos supõe a ideia a qual o enunciador faz da norma de apreciação para determinada categoria de objetos. Relaciona-se ao elemento de referência ou ao critério de valor que cada sujeito possui.

*As paredes tinham um metro de altura. Se eu empregasse muitos operários, as obras sairiam mais **baratas**. O paredão do açude não ia para a frente, acuava. E a pedreira, onde uns vultos **miudinhos** se moviam, era como se em seis meses de trabalho não tivesse sido **desfalcada**. (Capítulo VI: p.30/ 31)*

Os adjetivos **avaliativos axiológicos** são como os **não axiológicos**, sua utilização envolve dois princípios. O primeiro refere-se à natureza do objeto, pois só se podem comparar objetos pertencentes à mesma categoria a que se confere a característica. O segundo relaciona-se ao sujeito enunciador segundo sua própria concepção de valor determinado para este ou aquele objeto. Mas, estes adjetivos – atribuídos a um objeto nominalizado por um substantivo - acrescentam a esse objeto um juízo de valor positivo ou negativo. Logo, são duplamente subjetivos: sua utilização altera-se de acordo com a natureza do sujeito enunciador, já que refletem suas

convicções e, na medida em que evidenciam uma tomada de posição - a favor ou contra – o objeto caracterizado. (ORECCHIONI, 1997: p. 120)

Paulo Honório avalia sua obra:

*Concluiu-se a construção da casa nova. Julgo que não preciso descrevê-la. As partes principais apareceram ou aparecerão; o resto é **dispensável** e apenas pode interessar aos arquitetos, homens que provavelmente não lerão isto. Ficou tudo **confortável e bonito**. (Capítulo VIII: p.36/ 37)*

Ou faz comparações e uma provável apreciação crítica às datas cívicas:

*Acontecimentos **importantes** estão nas mesmas condições. (Capítulo III: p.12)*

Não é intuito primeiro desta Tese uma análise quantitativa dos recursos linguísticos axiológicos referentes à classe dos adjetivos. Segue-se um elenco dos usos dessa categoria como fundamento da ideia de que nesses elementos se apoia a imagem enunciativa de Paulo Honório. Neste texto, aparecem adjetivos subjetivos que revelam claramente a apreciação do EUe. Citam-se alguns exemplos:

No primeiro capítulo, p. 07, o EUE divaga, mas também desmerece o periódico local por meio do adjetivo *esfomeada*

*Estive uma semana bastante animado, em conferências com os principais colaboradores, e já via os volumes expostos, um milheiro vendido graças aos elogios que, agora com a morte de Costa Brito, eu meteria na **esfomeada** Gazeta, mediante lambujem.*

Ainda na mesma página, para justificar a frieza com que foi recebido, o EUE classifica de *rigorosas* as apurações minuciosas exigidas pelo religioso:

*Padre Silvestre recebeu-me friamente. Depois da revolução de outubro, tornou-se uma fera, exige devassas **rigorosas** e castigos para os que não usaram lenços vermelhos.*

Paulo Honório mais uma vez dá a conhecer sua autoridade: *Afastei-me da combinação*, caracteriza Gondim como periodista de boa índole e finda esse parágrafo determinando: *escreve o que lhe mandam.*

*Afastei-me da combinação e concentrei as minhas esperanças em Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, periodista **de boa índole** e que escreve o que lhe mandam.*

Instaura-se a pretensa autoridade de Paulo Honório que ainda se refere a Gondim:

*Comentava os telegramas dos jornais, atacava o Governo, bebia um copo de conhaque que Maria das Dores lhe trazia e, sentindo-se **necessário**, comandava sua submissão:*

_Vamos a isso.

Apesar da prepotência, o EUE sente a dificuldade de organizar suas emoções por meio da linguagem, por isso o usa o adjetivo *confusas* para as ideias:

*Eu, por mim, entusiasmado com o assunto, esquecia constantemente a natureza do Gondim e chegava a considerá-lo uma espécie de folha de papel destinada a receber as idéias **confusas** que me fervilhavam na cabeça.*

O resultado apresentado pelo redator não reproduz suas emoções, Paulo Honório, então, expressa sua insatisfação:

O resultado foi um desastre. Quinze dias depois do nosso primeiro encontro, o redator do Cruzeiro apresentou-me dois capítulos dactilografados, tão cheios de besteiras que me zanguiei:

*_Vá para o inferno, Gondim. Você acanalhou o troço. Está **pernóstico**, está **safado**, está **idiota**. Há lá ninguém que fale dessa forma!* (Capítulo I: p. 08/ 09)

O interlocutor, **amuado** responde que um artista não pode escrever como fala. Azevedo Gondim mantém seu ponto de vista:

*Azevedo Gondim apagou o sorriso, engoliu em seco, apanhou os cacos da sua **pequenina** vaidade.* (Capítulo I: p.09)

Azevedo Gondim insiste, trazendo à memória os valores da linguagem clássica, que deveria ser preservada em textos escritos.

_Foi assim que sempre se fez. A literatura é a literatura, Seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia. (Capítulo I: p.09)

À página 10, o EUE, segundo suas próprias palavras, prefere abster-se das contribuições alheias e insiste em uma redação própria:

*E se souberem que o autor sou eu, naturalmente me chamarão **potoqueiro**.
Tenciono contar a minha história. Difícil. Talvez deixe de mencionar particularidades **úteis**, que me pareçam **acessórias** e **dispensáveis**.*

*Também pode ser que, habituado a tratar com matutos, não confie suficientemente na compreensão dos leitores e repita passagens **insignificantes***

*Aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, suspendo às vezes o trabalho **moroso**, olho a folhagem das laranjeiras que a noite enegrece, digo a mim mesmo que esta pena é um objeto **pesado**.*

*Volto a sentar-me, releio estes períodos **chinfrens**. (Capítulo II: p.10)*

Em relação à velha Margarida, caracterizando o substantivo *quantia*, o EUE utiliza o adjetivo **suficiente** o que aplaca sua consciência:

*Custa-me dez mil-réis por semana, **quantia suficiente** para compensar o bocado que me deu. (Capítulo III: p.13)*

Citam-se ainda outros exemplos que demonstram o uso subjetivo dos adjetivos:

*Padilha moço (Luís). Encontrei-o no bilhar, jogando bacará, completamente bêbado. Está claro que o jogo é uma profissão, embora censurável, mas o homem que bebe jogando não tem juízo. Aperuei-me meia hora e percebi que o rapaz era **pexote** e estava sendo roubado descaradamente. (Capítulo IV: p.15/ 16) Luís Padilha revelou*

com a mão e com o beijo ignorância lastimável num proprietário. (Capítulo IV: p.16/17)

Um caboclo mal-encarado entrou na sala. (Capítulo VI: p.29)

Os exemplos citados focalizam a importância da escolha subjetiva dos adjetivos axiológicos para a construção de textos e para a construção da imagem de si – *ethos* – de Paulo Honório.

3.3.3. EXPRESSÕES REGIONAIS:

Redigir esta obra é uma necessidade do EUC em representar-se em uma língua nacional, com expressões regionalistas, uso de sintaxe brasileira e a aproximação da escrita às formas orais como se comprova com exemplos colhidos no texto. Em carta escrita à esposa Heloísa, o autor revela que, quando terminou de escrever o romance, tratou de “traduzi-lo” para o “brasileiro”, entenda-se a variante brasileira da língua portuguesa, uma vez que a aproximação entre língua escrita e língua falada incluía-se nas reivindicações dos autores contemporâneos de Graciliano (OLIVEIRA NETO, in RAMOS, 2007, pós-fácio: p.223/ 224).

Conforme HOUAISS (2008), Regionalismo (ou expressão regional) significa caráter de qualquer obra (música, literatura, teatro etc.) que se baseia em ou reflete ou expressa costumes ou tradições regionais; sob a rubrica da linguística designa palavra ou locução (dialetismo vocabular) ou acepção (dialetismo semântico) privativa de determinada região dentro do território onde se fala a língua; sob a rubrica da literatura: demarca o caráter do texto literário que se baseia em costumes e tradições regionais, e que tem como uma de suas características o uso de linguagens locais. Expressão regional, então, aponta para uma frase ou expressão cristalizada, cujo sentido geralmente não é literal; frase feita, expressão idiomática que pertence a ou o que é próprio de uma região.

No texto de Graciliano Ramos, é considerável a presença de regionalismos ou expressões regionais e o emprego da variante brasileira da Língua Portuguesa.

Apresentam-se e explicam-se, a seguir, algumas dessas expressões, explicações essas apoiadas em HOUAISS (2009).

Também nesta análise, os capítulos agruparam-se de três em três

1º, 2º e 3º capítulos:

[...] e já via os volumes expostos, um milheiro vendido graças aos elogios que, agora com a morte de Costa Brito, eu meteria na esfomeada Gazeta, **mediante lambujem***. Mas o otimismo levou água na fervura, [...] (p.07).

* **lambugem** (*Datação*: 1552) - substantivo feminino: ato de comer gulodices; guloseima, lambarice; resto de comida deixada nos pratos; Regionalismo: Brasil.

[...] Você **acanalhou*** o troço. [...] (p.09).

***verbo acanalhar** (*Datação*: 1879) - dar ou adquirir modos ou procedimento de canalha; tornar (-se) abjeto, desprezível; envilecer (-se), rebaixar (-se); Regionalismo: Nordeste do Brasil. Uso informal: fazer pouco de; achincalhar, apoucar, ridicularizar; Regionalismo: Nordeste do Brasil. Uso: informal: tornar (-se) muito comum, corriqueiro

[...] **O mingau virou água.** [...] (p.09).

[...] Na opinião dos caboclos que me servem, **todo o caminho dá na venda.** [...] (p.09).

[...] Tudo isso é fácil quando está terminado e **embira*-se em duas linhas,** [...] (p.10).

* **verbo embirar** - (*Datação*: 1934) Regionalismo: Nordeste do Brasil: prender, usando embira. Derivação: por extensão de sentido: atar com nó ou laçada; amarrar, prender, unir. Derivação: sentido figurado: ligar-se pelo casamento; casar-se.

[...] indivíduos que de ordinário escorregam com **uma sem-vergonheza da peste** na intimidade dos que vão trepando. [...] (p.10).

[...] levei uma **surra de cipó de boi, tomei cabacinha*** [...] (p.13).

***cabacinha** - substantivo feminino - pequena cabaça; Rubrica: angiospermas: *abobrinha-do-mato*. Rubrica: angiospermas: *Buchinha*. Rubrica: angiospermas: Regionalismo: São Paulo: *cabaceiro*. Rubrica: angiospermas: *Estefânia*. Regionalismo: Brasil: bola oca, ger. feita de cera, que se costumava encher de água ou outros líquidos e arremessar nas pessoas, por brincadeira, no entrudo.

[...] **De bicho na capaço** (falando com pouco ensino), **espernee nas unhas do Pereira**, que me levou músculo e nervo, aquele malvado. [...] (p.13).

[...] O Dr. Sampaio comprou-me uma boiada, e **na hora da onça beber água** deu-me com o cotovelo, ficou palitando os dentes. Andei, virei, mexi, procurei empenhos - e **ele duro como beira de sino**. [...] (p.14).

[...] o safado do velhaco, **turuna, homem de facão grande no município dele, passou-me um esbregue***. [...] (p.14).

***esbregue** (*Datação*: c1920) - adjetivo de dois gêneros. Regionalismo: Brasil. Uso informal: de baixa qualidade; reles, ordinário. Substantivo masculino - Regionalismo:

Brasil. Uso informal: descompostura ou repreensão enérgica; bronca, esculhambação; situação conflitiva e confusa; confusão, rolo.

[...] Amarrei-o, meti-me com ele na capoeira, **estraguei-lhe os couros nos espinhos dos mandacarus, quipás, alastrados e rabos-de-raposa.** [...] (p.14).

[...] _Vamos ver **quem tem roupa na mochila.** Agora **eu lhe mostro com quantos paus se faz uma canoa.** [...] (p.14).

[...] O doutor, que **ensinou rato a furar almotolia,** sacudiu-me a justiça e a religião. (p.14).

[...] O que há é que o senhor **vai espichar aqui trinta contos** e mais os juros de seis meses. Ou paga **ou eu mando sangrá-lo devagarinho.** (p.14).

4º, 5º e 6º capítulos:

[...] E não me venha com a sua justiça, porque se vier, **eu viro cachorro doido e o senhor morre na faca cega.** [...] (p.15).

[...] Se tornasse, **era um tiro de pé de pau** na certa, a cara esfolada para não ser reconhecido quando me encontrassem com os dentes de fora, **fazendo munganga ao sol,** [...] (p.15).

[...] Casimiro Lopes, **que não bebia água na ribeira do Navio,** acompanhou-me. [...] (p.15).

[...] Travei amizade com ele e em dois meses emprestei-lhe dois contos de réis, **que ele sapecou depressa na orelha da sota e em folias de bacalhau e aguardente, com fêmeas ratuínas**, no Pão-sem-Miolo. [...] (p.16).

[...] Á noite, enquanto a negrada sambava, num **forrobodó* empestado**, levantando poeira na sala, e a **música de zabumba** e pífanos tocava o hino nacional, Padilha andava com um lote de caboclas fazendo voltas em redor de um tacho de canjica, no pátio que os **muçambês**** invadiam. [...] (p.16).

***forrobodó** (*Datação*: 1899) - substantivo masculino. Regionalismo: Brasil. Uso informal. Rubrica: dança: baile popular, arrasta-pé, festança; confusão, tumulto, balbúrdia; briga.

****muçambê** - substantivo masculino. Rubrica: angiospermas. Regionalismo: Bahia: designação comum a algumas plantas da família das caparidáceas; erva da mesma família, nativa da América do Sul, de folhas compostas, flores alvas e racemosas, e siliques cilíndricas e lineares, que exala cheiro desagradável; jupindá; arbusto de até 2 m, nativo do Brasil, de folhas compostas, flores violáceas em racemos e siliques lanceoladas e oblongas; *mirindiba*.

[...] _ Selvagens! Rosnava agüentando **as batotas no bacará**. [...] (p.18).

[...] Não acreditou, disse **que estava no pau de arara***. [...] (p.18).

*** pau-de-arara** - substantivo masculino. Rubrica: angiospermas. Regionalismo: Pará: *moliana*; Rubrica: angiospermas: *fava-de-bolota*.

[...] Daí em diante encantou-se. Disseram-me **que tinha ensebado as canelas para S. Bernardo**. [...] (p.18).

[...] Não tenciono ver um camarada coma corda no pescoço. Esses bacharéis têm fome canina, e se eu mandar o Nogueira **tocar fogo na binga***, **você fica de saco nas costas**. [...] (p.23).

* **binga** (*Datação*: 1889) - substantivo feminino. Rubrica: anatomia zoológica. Regionalismo: Brasil: *cornio* ('apêndice ósseo'). Derivação: por metonímia. Regionalismo: Brasil: isqueiro feito com a ponta de um chifre e uma lasca de pedra, que se atrita com uma lâmina de ferro ou de aço (geralmente um pedaço de lima), provocando uma faísca que inflama a bucha de algodão; artifício, fuzil, papa-fogo. Derivação: por extensão de sentido. Regionalismo: Brasil: estojo para guardar esse isqueiro; Regionalismo: Nordeste do Brasil: *cornimboque*. Regionalismo: Pernambuco: espécie de copo feito de chifre. Regionalismo: Brasil: lampião de querosene. Regionalismo: Brasil: espécie de cascalho. Regionalismo: Nordeste do Brasil. Uso: informal: matéria fecal; titica, bosta, merda. Derivação: por extensão de sentido. Regionalismo: Nordeste do Brasil. Uso: informal: coisa imprestável ou desagradável. Regionalismo: Bahia. Uso: informal: pênis de criança ou pênis pouco desenvolvido. Substantivo masculino: Regionalismo: Norte do Brasil. Uso pejorativo: marido traído; corno. Substantivo de dois gêneros. Regionalismo: Brasil: pessoa reles. Rubrica: ornitologia. Regionalismo: Brasil: *beija-flor*.

[...] o Mendonça **vai passando as unhas nos babados...** [...] (p.23).

[...] **Finca-pé***. [...] (p.23).

* **finca-pé** (*Datação*: 1544) - substantivo masculino. Firmeza que se faz sobre o pé, assentando-o fortemente. Derivação: sentido figurado: determinação, firmeza de atitude, opinião etc.; empenho, porfia, obstinação. Derivação: sentido figurado: que ampara, protege; apoio. Rubrica: termo de marinha: haste de madeira robusta, que se põe no fundo das embarcações miúdas a remo, para os remadores firmarem os pés

[...] No outro dia, cedo, **ele meteu o rabo na ratoeira** e assinou a escritura. [...] (p.24).

7º, 8º e 9º capítulos:

[...] Também acontecia que uma sujeitinha começava a chorar e acabava confessando **que estava pejada***. [...] (p.34).

* **verbo pejar** (*Datação*: sXV) - pôr obstáculos; estorvar, impedir; ocupar certo espaço ou volume; encher, carregar; ter pejo; envergonhar (-se); ficar ressentido; agastar-se; ter receio; hesitar; tornar (-se) prenhe; engravidar. Regionalismo: Brasil: parar (o engenho) de moer.

[...] Aqui existe um salto de cinco anos, e em cinco anos **o mundo dá um bando de voltas**. [...] (p.34).

[...] Mas se virem que estão de sorte, **metam o pau**: [...] (p.34).

[...] Muito ingênuo, **emprenha pelos ouvidos, inteligência de peru novo, besta como aruá***. [...] (p.49).

* **aruá** *Datação*: 1889 - adjetivo de dois gêneros. Regionalismo: Sul do Brasil: espantadiço, arisco (diz-se de cavalo, boi etc.); bravio, indócil; de má índole, de maus instintos (diz-se de animais e pessoas). Substantivo masculino. Regionalismo: Sul do Brasil: indivíduo brigão; valentão.

[...] O Pereira jogou no Padre e **levou a taboca***. [...] (p.50).

* **taboca** (*Datação*: 1648) substantivo feminino. Rubrica: angiospermas: *taquara* ('designação comum'). Derivação: por metonímia. Rubrica: pirotecnia. Regionalismo: Nordeste do Brasil: gomo de bambu que é usado, cheio de pólvora, como foguete caseiro; pistolão. Regionalismo: Bahia: pequena venda (mercearia ou afim) de miudezas. Derivação: sentido figurado: logro, ludíbrio, peça. Rubrica: entomologia: *jejá* (*Camponotus abdominalis*). Rubrica: ictiologia: *castanha* (*Umbrina coroides*).

[...] Tenho **marombado***, **espiado maré**, porque o chefe era ele. Mas **se foi ao barro, acabou-se. Está aqui enrascado numa conta de cabelos** [...] (p.50/ 51).

* ²**marombado** – adjetivo. Regionalismo: Ceará. Uso: pejorativo: que mente; falso; que conta bravatas ou alardeia coragem, sem ser corajoso.

10º, 11º e 12º capítulos:

[...] O resultado é a paga encolher e **essa cambada viver com a barriga tinindo**. [...] (p. 51).

[...] No sertão passava horas calado, e quando estava satisfeito, **abojava**. [...] (p. 51).

[...] **E quem dá o que tem a pedir vem** [...] (p. 53).

[...] Marciano, mulato esbodegado, regalou-se, **entronchando***-se e mostrando as gengivas banguelas: [...] (p. 54).

***verbo entronchar** - (*Datação*: 1858) - tornar-se, ficar tronchudo, repolhudo.

Regionalismo: Nordeste do Brasil: fazer ficar troncho, torto.

[...] _ Trabalhando em quê? Em que é que você trabalha, parasita, preguiçoso, **lambaio***? [...] (p. 55).

* **lambaio** - substantivo masculino. Regionalismo: Brasil: vassoura feita de panos velhos ou estopa colocados na ponta de uma vara, com que se lavam os fornos de uma padaria, vassoura de embira, geralmente vermelha, com que se limpa a espuma da borda dos tachos ferventes de melaço, nos engenhos de bangüê; vassoura de aniagem para lavar tachos e alguidares; servente ou criado de ínfima categoria; adjetivo.

Regionalismo: Brasil: desqualificado, porco, lambão

[...] _ Em minha terra não, acabei, já rouco. Puxem! Das cancelas para dentro ninguém **mija fora do caco**. [...] (p. 55).

[...] Peguem as suas **burundangas*** e danem-se. [...] (p. 55).

* **burundangas** ou **bruzundanga** (*Datação*: 1922) - substantivo feminino.

Regionalismo: Brasil: coisa de pouca serventia ou inútil; insignificância, ninharia; amontoado de coisas inúteis ou de escassa serventia; falta de ordem; confusão, barafunda; linguagem confusa, difícil de entender; algaravia; coisa malfeita, mal realizada. Rubrica: etnografia. Regionalismo: Amazônia: garrafada de feitiçaria; mezinha.

[...] **Amunhecaram***, e baixei a pancada. [...] (p. 55).

*verbo **amunhecar**. Regionalismo: Nordeste do Brasil. Uso informal: fraquejar das mãos (cavalo, mula etc.); cair. Derivação: por extensão de sentido: evitar a luta; amedrontar-se, acovardar-se. Derivação: por extensão de sentido: suspender tarefa ou atividade que exige esforço físico, por cansaço. Derivação: por extensão de sentido: perder a força, o vigor, a energia que antes possuía; entibiar-se, alquebrar-se.

[...] _ **Juízo de galinha**. Embarcando em canoa furada! Tontos. [...] (p. 55).

[...] Mas se me constar que vocês **andam com saltos de pulga**, [...] (p. 56).

[...] mas **não éramos peixe nem carne** - queixumes, nariz torcido, modos de enjoo. [...] (p. 57).

[...] Depois aludi à crise e dei a entender que **não continuava a sangrar**. [...] (p. 57).

[...] Mas Brito tem **barriga de ema**: [...] (p. 57).

[...] _ **Quem pariu mateu que o balance**. [...] (p. 58).

[...] Necessitando pensar, pensei que **é esquisito este costume de viverem os machos apartados das fêmeas**. [...] (p. 59).

[...] **Muito dente roendo o tesouro**. [...] (p. 63).

[...] Percorri a cidade, **bestando***, [...] (p. 64).

* verbo **bestar** - (*Datação*: 1899) - Regionalismo: Brasil. Uso informal: dizer besteiras, tolices, asneiras; burrar, burrear; praticar inconveniências; burrar, burrear; andar sem destino; errar; estar ocioso (por vontade própria ou não).

[...] Não havia fregueses: apenas **meio golado**. [...] (p. 64).

13º, 14º e 15º capítulos:

[...] _ Então, **seu filho de uma égua**, esses artigos... [...] (p. 66).

[...] Em resposta **passei-lhe os gadanhos no cachaço** e dei-lhe um bando de chicotadas.
[...] (p. 67).

[...] **que me seringou** liberdade de imprensa e outros disparates. [...] (p. 67).

[...]D. Glória retificou a espinha, ergueu a voz e **desfez o ar apoucado**: [...] (p. 69).

[...] _ Pois uma menina como aquela **encafuar*-se num buraco**, Seu... [...] (p. 69).

***verbo encafuar** (*Datação*: 1858) - entrar ou fazer entrar em cafuá (p.ex., numa caverna); encafurnar. Derivação: por analogia: tornar (-se) oculto; esconder (-se), encobrir (-se); encafurnar.

[...]D. Glória baixou a voz para confessar que as **professoras de primeira entrância** tinham apenas cento e oitenta mil-réis. [...] (p. 70).

[...] Pelo menos o Gondim e Padre Silvestre estiveram lá examinando a **molecoreba*** e acharam tudo em ordem. [...] (p. 71).

***molecoreba** - substantivo feminino. Regionalismo: Nordeste do Brasil, Goiás: *molecada* ('bando de moleques')

[...] Essa conversa, é claro, não saiu de **cabo a rabo** como está no papel. [...] (p. 71).

[...] E **embuchei***, afobado. [...] (p. 74).

***verbo embuchar** - encher o bucho; encher o estômago; satisfazer a fome; saciar, fartar; sufocar-se por não conseguir engolir a comida. Regionalismo: Brasil: ficar calado

por não saber ou não poder replicar; embatucar; andar aborrecido, mal-humorado, descontente;

[...] _ Felicito-a pela sua prudência. Efetivamente a senhora se arriscava **a ficar sem mel nem cabaço**. [...] (p. 81).

[...] _ O que vou dizer é difícil. Deve compreender... Enfim, para não estarmos com prólogos, **arreio a trouxa e falo com o coração na mão**. [...] (p. 81).

16º, 17º e 18º capítulos:

[...] Tive desejo de torcer o pescoço do Gondim, que, percebendo a tolice, se encostou à parede, **raspando o queixo**. [...] (p.83).

[...] Azevedo Gondim, aferrando-se a uma ideia, **gira em redor dela como um peru**. [...] (p.83).

[...] _ **E não se enche o quengo com estopadas**, acrescentei. **Vocês engolem muita bucha**, Gondim. [...] (p.84).

[...] _ D. Glória, comunico-lhe que eu e sua sobrinha dentro de uma semana estaremos **embirados***. Para usar linguagem mais correta, vamos casar. A senhora, está claro, acompanha a gente. Onde comem dois comem três. E a casa é grande, tem uma porção de **caritós**. [...] (p.86).

* **verbo embirar** - (*Datação*: 1934) Regionalismo: Nordeste do Brasil: prender, usando embira. Derivação: por extensão de sentido: atar com nó ou laçada; amarrar, prender, unir. Derivação: sentido figurado: ligar-se pelo casamento; casar-se.

19º, 20º e 21º capítulos:

[...] E aquilo que eu **azuni** a D. Glória... [...] (p.96).

[...] Eu sou mesmo um **sujeito meio azuretado**. [...] (p.96).

[...] _Ninharia, filha. Está você aí se **afogando em pouca água**. [...] (p.100).

[...] Era o que faltava. Grande acontecimento, três ou quatro **muxicões*** num **cabra**. [...] (p.101).

***muxicão** - substantivo masculino. Regionalismo: Norte do Brasil, Nordeste do Brasil.

Uso informal: empurrão, safanão, acompanhado de puxões e beliscões

22º, 23º e 24º capítulos:

[...] É uma **peste** recorrer a isso. [...] (p.103).

[...] Detesto picuinhas. Comigo é **trás zás, nó cego**. Subterfúgios, não. [...] (p.103).

[...] _Diabo! **Vocês comeram uma cachorra insossa**. [...] (p.106).

[...] _Pode ser que você tenha razão. Eu discordo. Mas enfim **cada qual tem lá o seu modo de matar pulgas**. [...] (p.107).

25º, 26º e 27º capítulos:

[...] Provavelmente **empestaram** as capitais. (p.123).

[...] mas no gênero mulher é uma rede, não **deita água a pinto**. [...] (p.123).

[...] Era possível que os caboclos do eito estivessem **mangando*** de mim. [...] (p.124).

***verbo mangar** (*Datação*: 1789) - escarnecer fingindo seriedade; caçoar; expor (alguém) ao ridículo, ao desdém, por meio de atitudes ou palavras maliciosas ou irônicas; debochar, mofar, troçar; falar mentira; iludir, enganar. Regionalismo: Sul do Brasil: ser lerdo na execução de qualquer coisa; demorar, remanchar

[...] Justamente quando acabava de dar-lhe o troco, tinha-me **encangado*** a Madalena.

Canga** infeliz! [...] (p.128/130).

***verbo encangar** (*Datação*: 1713): colocar a canga em; prender, subjugar, cangar.

****canga** (*Datação*: sXIV) - substantivo feminino: peça de madeira usada para prender junta de bois a carro ou arado; jugo. Derivação: por analogia: pau assentado nos ombros de carregadores e usada para transportar objetos pesados. Derivação: por analogia (da acepção 1): instrumento de suplício chinês, que consiste em um quadrado de madeira, com um orifício central para conter o pescoço; ganga. Derivação: sentido figurado: domínio, opressão, jugo.

[...] Jaqueira era um sujeito **empambado***, [...] (p.131).

***empambado** - adjetivo - Regionalismo: Norte do Brasil: sem cor; empalamado, pálido.

[...] "Dona Madalena, Seu Paulo **embirra*** com o socialismo. É melhor a senhora deixar de novidades. Essas conversas não servem". [...] (p.134).

***verbo embirrar** (*Datação*: c1543) - insistir com obstinação ou enfado; teimar; nutrir antipatia, ter aversão; implicar; ficar ou parecer birrento

[...] **Papagaio come milho, periquito leva a fama.** O periquito sou eu. [...] (p.134).

[...] No meio das canseiras a morte chega, o diabo carrega a gente, **os amigos entortam o focinho** na hora do enterro, depois esquecem até os pirões que filaram. [...] (p.136).

[...] **Cavalo amarrado também come.** [...] (p.137).

28º, 29º e 30º capítulos:

[...] Ah! Sendo assim, eu **picado para lingüiça** não pagava o que devia. [...] (p.139).

31º, 32º e 33º capítulos:

[...] Passamos uns meses descansando, você cura a **macacoa** do estômago, engorda e se distrai. [...] (p.148).

***macacoa** (*Ortoépiã*: ô) substantivo feminino. Regionalismo: Brasil. Uso: informal: doença sem importância, espécie de enxaqueca e gripe ou resfriado sem gravidade; indisposição.

[...] _Que **diabo de chamego** é este? [...] (p.151).

[...] O que houve foi que, na atrapalhação dos primeiros dias, confundiu-se com uma chusma de **azucrinações*** diferentes umas das outras. [...] (p.153).

*Este vocábulo não consta no dicionário Houaiss. Encontra-se o verbo **azucrinar** -

Regionalismo: Brasil: tornar (-se) aperreado, apoquentado; importunar (-se), aborrecer (-se), maçar (-se).

[...] Agora o que não tem jeito é escafeder-se como quem vai tangido. Isso não. Ao deus-dará, com **uma no cano, outra no fecho**, não. Prepare-se, arranje os seus **picuás***. [...] (p.154).

* **picuás** (*Datação*: 1899) - *picuás* substantivo masculino plural. Regionalismo: Brasil: trastes, trens, tarecos

[...] Falava como quem **bebeu água de chocalho**. [...] (p.154).

34º, 35º e 36º capítulos:

[...] Cortar o arame da cerca, mandar o delegado de polícia tomar a faca de **um cabra***, na feira, e sapecar-lhe o zinco. [...] (p.154).

* **cabra** (*Datação*: 1278) - substantivo de dois gêneros. Regionalismo: Brasil. mestiço indefinido, de negro, índio ou branco, de pele morena clara; indivíduo determinado; sujeito, cara; indivíduo forte, valente; capanga, jagunço;

[...] E, em manhãs de inverno, tangendo os cargueiros, dando estalos com o **buranhém***, de alpercatas, chapéu de **ouricuri****, alguns níqueis na capanga, [...] (p.168).

* **buranhém** (*Datação*: 1587) - substantivo masculino. Rubrica: angiospermas. Regionalismo: Brasil: árvore de até 25 m (*Pradosia lactescens*), da fam. das sapotáceas, nativa do Brasil (AL a MG e SP), com casca de que se extrai tintura e substância com diversos usos medicinais, madeira amarelada, escura, compacta e elástica, flores em fascículos e bagas comestíveis; maminha-de-porca. Derivação: por metonímia.

Regionalismo: Brasil: a madeira dessa árvore, usada em carpintaria e marcenaria.

Rubrica: angiospermas. Regionalismo: Brasil: *monésia* (*Pradosia kuhlmannii*).

Regionalismo: Nordeste do Brasil: cabo de chicote de tanger animais. Regionalismo:

Nordeste do Brasil: chicote de couro torcido; relho.

** **ouricuri** (Datação: 1857) substantivo masculino. Rubrica: angiospermas: palmeira de até 10 m (*Syagrus coronata*), nativa do Brasil (PI, PE a MG), de estipe com cicatrizes dos pecíolos em espiral e de cuja medula se produz farinha, folhas penatífidas, que servem como cobertura e para extração de fibras us. em chapéus, e frutos globosos, de tom ocre-escuro, comestíveis, usada como ração, para extrair cera e o óleo da semente, que cura feridas produzidas por arraias

[...] A **molecoreba*** de Mestre Caetano arrasta-se por aí, lambuzada, faminta. [...]

***molecoreba**_ substantivo feminino. Regionalismo: Nordeste do Brasil: Goiás: *molecada* ('bando de moleques').

[...] E os moradores que me restam são uns **cambembes*** como ele. [...] (p.170).

* **cambembe** (Datação: 1913) - adjetivo de dois gêneros. Regionalismo: Brasil: *cambaio* ('que tem pernas tortas'). Derivação: sentido figurado: que revela falta de destreza ou de habilidade; desajeitado, desastrado. Derivação: sentido figurado: sem valor ou importância. Substantivo de dois gêneros: Regionalismo: Pernambuco: indivíduo livre que trabalhava ao lado dos escravos em serviços da lavoura. Regionalismo: Alagoas: habitante pobre de uma área rural.

Ao utilizar-se de expressões regionais, ao mesmo tempo em que utiliza uma linguagem rica, limpa, correta, exata, primorosa em seus aspectos morfológico-sintático-semânticos, o EUE revela tensão entre natureza e linguagem. É o homem a quem a vida rude tornou rude, senhor de terras reacionário, autoritário, mas marcadamente enraizado naquele chão.

A profusão de termos regionalistas ilustra o projeto do romance:

“... o ato de escrever é exigido não pela técnica, não pelo livro, mas por um elemento exterior e mais profundo. A escrita, enquanto técnica, é relegada para plano inferior, ao passo que a cena passa a ser ocupada por uma motivação intransmissível. O impulso para a escrita é determinado por um elemento exterior, numa atmosfera noturna, onde o homem perde um pouco as fronteiras do cotidiano e do racional e se torna mais permeável aos signos da natureza. Paulo Honório, então, já não faz cálculos ligados à escrita, mas é antes a força da pulsão que o arrasta para a escrita.” (OLIVEIRA NETO, 2007).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, em que se verificou a construção metaenunciativa e a construção dos possíveis *ethos* de Paulo Honório, personagem principal e narrador em primeira pessoa do romance *São Bernardo*, avalia-se a importância da investigação linguística para produção/interpretação de sentido baseadas em teorias que tratam do processamento do discurso.

A fundamentação teórica ofereceu suporte para as investigações. Estudaram-se as marcas da enunciação e seu papel na metaenunciação do discurso literário. A contribuição teórica da Análise do Discurso de cunho interacional foi decisiva para comprovar a importância da verificação linguística na produção e na recepção de sentido de textos. Aprender e relembrar os conceitos inovadores de M. Bakhtin sobre a Enunciação, o princípio dialógico da linguagem e a presença de diferentes vozes no interior do texto direcionaram o olhar para a multiplicidade de vozes presentes neste texto literário e tornaram possível compreender a construção das imagens de si – ou *ethos* – com que se constrói o personagem Paulo Honório.

Teorias recentes como a semiolinguística proporcionaram à aluna pesquisadora meios para a investigação da construção do texto literário. Os conceitos de Patrick Charaudeau sobre sujeitos enunciadore, identidade social e identidade discursiva e a noção de contrato comunicativo permitiram desvendar os múltiplos desdobramentos desse personagem que, ao fim da vida, decide buscar sentido para sua existência.

A construção de um texto verbal ocorre por meio do processo de discursivização, ou seja, pelo processo da passagem da língua ao discurso. Lembrem-se, então, as palavras do Poeta: “*Penetra surdamente no reino das palavras [...] os poemas [...] estão em estado de dicionário. Trouxeste a chave?*”. É necessário que o enunciador selecione o material linguístico – operação de semiotização – e o ordene segundo seu projeto de fala – organização dos elementos linguísticos em enunciativo narrativo, se sua intenção discursiva é narrar; enunciativo descritivo, se carece descrever personagens, cenários ou fatos que ilustrem o contar e, ainda, enunciativo argumentativo se busca adesão do enunciatário ao seu ponto de vista. Para atingir esse resultado, foram importantes os aprofundamentos sobre os modos como se organizam os projetos de fala do EUc e EUe, ou modos de organização do discurso.

A noção de cenografia, ou situação de enunciação da obra, desenvolvida por Maingueneau, contribuiu para compreender-se a adequação da palavra à intenção da construção textual. Compreenderam-se, por meio dessa noção, a utilização de tempos verbais, modalizadores e escolhas lexicais utilizados pelos EUc e EUe para efetivação deste texto.

Em capítulo dedicado aos estudos do *ethos*, importou relembrar conceitos sobre subjetividade, ou a busca da consciência de si pelo conhecimento da existência de si mesmo e do outro. Os conceitos de *ethos*, desde a visão clássica dos gregos até os estudos contemporâneos de Maingueneau e de Amossy, possibilitaram compreender como se constrói na linguagem e pela linguagem as diferentes imagens de si que o enunciador apresenta ao longo de trinta e seis capítulos. *São Bernardo* é para o

enunciador um confessionário, espaço em que ele se permite reconhecer *a inutilidade de sua vida*.

Dentre as estratégias linguístico-discursivas que o enunciador presente neste texto literário utiliza para ora revelar-se, ora ocultar-se no percurso do romance, destacam-se o uso dos tempos verbais no percurso narrativo, visto que o *corpus* escolhido trata-se do gênero discursivo romance. Esses estudos, baseados sobretudo em Weinrich (apud KOCH, 1992), mostraram-se adequados, uma vez que as pesquisas sobre os tempos verbais do mundo narrado respaldaram as sequências narrativas e os tempos do mundo comentado deram suporte às argumentações em que o enunciador buscava a adesão do enunciatário às suas teses, por apresentarem fatos, ideias, razões ou provas que comprovam uma afirmação,

A seguir, ainda verificando o posicionamento do sujeito enunciador quanto às modalidades elocutivas, alocutivas e delocutivas, fez-se um exame apurado, qualitativo e quantitativo, nos advérbios terminados em -mente por entender-se a importância que possuem ao modalizarem a fala do enunciador. Entendeu-se como relevante a pesquisa que se realizou sobre o uso de substantivos e de adjetivos afetivos e avaliativos, pois no processo de investigação linguístico-discursiva sobre índices de subjetividade, analisarem-se essas categorias revelou-se um caminho eficiente na busca por esses índices. Considera-se que, por meio das escolhas linguísticas do enunciador foi possível reconhecer a imagem que o enunciador faz de si, ou *ethos*, e também reconhecer a construção metadiscursiva deste texto literário. No início dos estudos, ainda em busca pelas teorias que embasam esta pesquisa, a autora conduziu os trabalhos sob orientação segura. No decorrer do processo de aplicação das teorias, análise e

classificação dos índices que demarcam a imagem dos enunciadores, a impressão que se tem é a de que o próprio texto conduz a pesquisa. Isso se confirma pela necessidade de investigarem-se o interrelacionamento dos campos lexicais e as expressões brasileiras, tão caras na construção metaenunciativa de *São Bernardo*.

O último segmento de investigações dedicou-se, assim, aos regionalismos. A presença de expressões regionais ou regionalismos demonstrou, por parte do EUC e também do EUE, o desejo de exprimir-se em uma linguagem essencialmente nacional, a par do uso apurado dos aspectos morfossintáticos da língua de Camões. Essas expressões regionais foram pesquisadas e catalogadas. O texto literário em estudo trata ao mesmo tempo de uma temática universal porque discute relações de poder, mas as ações transcorrem em cenário nacional e o uso de expressões regionalistas conferiu-lhe uma feição de brasilidade.

Para confirmar a escolha dessa teoria, citaram-se exemplos coletados no texto literário em estudo.

Comprovou-se o objetivo geral por intermédio da investigação das marcas linguísticas, já que essas comprovaram a presença do enunciador no texto e o próprio fazer literário. Igualmente, procurou-se legar a alunos e professores meios que lhes permitam analisar textos, dentro de um recorte enunciativo, e utilizar esses recursos em produções textuais. Comprovou-se o objetivo específico de focalizar as marcas linguísticas da enunciação e seu papel na identificação do *ethos* e na construção do texto, registrando, assim, uma tipologia dessas marcas linguísticas.

A metodologia adotada compreendeu a leitura de textos teóricos que fundamentaram a análise do texto literário. Foram feitas leituras e releituras de todo o

texto de Graciliano Ramos, com o olhar voltado para a análise linguística, focalizando os processos enunciativos; levantaram-se e classificaram-se os índices de subjetividade, devidamente contextualizados.

Como se exemplificou, Graciliano Ramos utiliza-se de recursos lingüísticos que comprovam a presença do enunciador no texto. A leitura do romance revela a importância das escolhas lingüísticas mostrando o que são e como permitem identificar o *ethos* enunciador.

Foi o que se pretendeu ao longo deste trabalho: comprovar a construção do *ethos* em São Bernardo. Após análise cuidadosa, comprovou-se a importância das escolhas para a construção do *ethos*. Tais escolhas atuam na construção textual em que se elabora e se fundamenta a definição do sujeito enunciador; logo têm presença marcante neste texto em que se revela a imagem de si do enunciador e - por que não o dizer? - também a do enunciatário.

Acredita-se que os resultados obtidos contribuirão para um melhor entendimento do processo de interpretação textual. Tal consciência permitirá que o meio acadêmico, ao se dedicar à elaboração de material didático para a capacitação da leitura, procure realizá-la de forma clara, desenvolvendo a consciência crítica sobre alguns fatores que podem interferir no processo cognitivo do aluno – por exemplo, a má interpretação –, auxiliando efetivamente na formação de futuros e precisos leitores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. Images de soi dans le discours. Lausanne, Paris: Delachaux et Niestlé

S.A., 1999. Tradução livre da doutoranda.

AMOSSY, Ruth. (Org.) Imagens de si no discurso – a construção do ethos. São Paulo:

Contexto, 2005.

ANGELIN, Regina Celia Cabral. Polifonia e implícito como recursos argumentativos

em textos midiáticos. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino e GAVAZZI,

Sigrid (Org.). Texto e Discurso – Mídia, Literatura e Ensino. Rio de Janeiro:

Editora Lucerna, 2003: p. 15 a 23.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes.

_____. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Ed. São

Paulo.

BARROS, Diana Luz Pessoa de, FIORIN, José Luiz. Dialogismo, polifonia,

intertextualidade em torno de Bakhtin. São Paulo: EDUSP, 1994.

BARTHES, Roland. O Rumor da Língua. Lisboa: Edições 70, 1987.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 28. ed. São Paulo:

Companhia Editora Nacional, 1983.

BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística geral. V1. São Paulo: Pontes, 1974.

- BARTHES, Roland. S/Z. Coimbra: Edições 70. Grupo Almedina 1970: p.315
- BOISSINOT, 1994 – apud tradução resumida por Mônica Alvarez Gomes das Neves. p.2.1.2.1).
- BRAIT, Beth. (Org.) Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- CARNEIRO, Agostinho Dias. Interpretação e Linguística. In: PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves. Língua e Linguagem em Questão. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997: p.133.
- CARRETER, Fernando Lázaro e LARA, Cecília de. Manual de explicação de textos. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica. 1957.
- CHARAUDEAU, Patrick. Langage et Discours: éléments de sémiolinguistique. (théorie et pratique). Paris: Hachette, 1983.
- _____. Discurso e discursos. Anais do I Congresso Internacional da Faculdade de Letras da UFRJ: Discurso e Ideologia. Revista Letra. N. 3 Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick. & MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. Linguagem e discurso. Modos de Organização. São Paulo: Contexto. 2008.
- _____. Grammaire du sens et de l'expression. Paris: Hachette, 1992.

- _____. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias. O discurso da mídia. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996: p. 5-46.
- _____. Discurso Político. São Paulo: Contexto: 2006.
- _____. Uma Análise Semiolinguística do Texto. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino, GAVAZZI, Sigrid. Da Língua ao Discurso – reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna 2005: p.11-30.
- CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. Dicionário de Símbolos. 4 ed. Tradução de Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim e Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1985.
- DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Campinas, São Paulo: Pontes, 1984.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira – Lexikon Informática, 2000.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. 10 ed. São Paulo: Contexto – Repensando a Língua Portuguesa, 2001.
- _____. Linguagem e ideologia. 7 ed. São Paulo: Ática - Série Princípios, 2001.
- _____. Introdução ao Pensamento de Bakhtin. São Paulo: Ática, 2006.

HOUAISS. Antônio. Dicionário Eletrônico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. La enunciacion de la subjetividad en el lenguaje. 3. ed. Buenos Aires: Edicial (version castellana de Gladys Anfora y Emma Gregores), 1997.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1992.

KOCH, Ingedore G. Villaça & VILELA, Mário. Gramática da Língua Portuguesa. Coimbra: Almedina, 2001.

_____. A inter-ação pela linguagem. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. Argumentação e linguagem. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LAFETÁ, Luiz Antônio Pósfacio à 29ed. In RAMOS, Graciliano. São Bernardo. Rio de Janeiro: Record, 1978.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma Teoria da Análise do Discurso: A Semiologia. In MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia, MELLO, Renato. Análise do discurso – Fundamentos e Práticas. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001. p. 39-62.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. 2 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1993.

_____. O contexto da obra literária. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Coleção leitura e crítica).

- _____. Pragmática para o discurso literário. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Coleção leitura e crítica).
- _____. Análise de textos de comunicação. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- _____. Termos-chave da análise do discurso. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- MELLO, Renato. Os múltiplos sujeitos no discurso literário. In MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia, MELLO, Renato. Análise do Discurso em Perspectivas. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2003: p. 33-50.
- MORA, José Ferrater. Diccionario de filosofia. 4 ed. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- NASCENTES, Antenor. Dicionário etimológico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.
- OLIVEIRA NETO, Godofredo de. Posfácio à 85ª Ed. In RAMOS, Graciliano. São Bernardo. Edição revista. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Contribuição ao estudo de modo argumentativo de organização do discurso: análise de um texto jornalístico. In: CARNEIRO, Agostinho Dias. O discurso da mídia. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. p. 135-141.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Processos de discursivização: da língua ao discurso caracterizações genéricas e específicas do texto argumentativo *in* Veredas – Revista de estudos linguísticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

PLATÃO. Diálogos. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PLATÃO & FIORIN. Lições de Texto: Leitura e Redação. São Paulo: Ática, 2001.

PLATÃO & FIORIN. Para entender o texto: Leitura e Redação. 17 ed. São Paulo: Ática, 2007.

QUEIROZ, Rachel. Revista Caras. São Paulo: Editora Abril, ano 16, nº23.

RAMOS, Graciliano. São Bernardo. Pós-fácio de Luiz Antônio Lafetá. 29ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.

_____. São Bernardo. Pós-fácio de Godofredo de Oliveira Neto. 85 ed. Edição revista. Rio de Janeiro: Record, 2007.

RODRIGUES LAPA. Estilística da Língua Portuguesa. 4ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1982.

ROSA, Paulo Cesar Costa da. Pejorativos e melhorativos no “JB” e na “FOLHA”.

Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, J. Oliveira, S.J. & PINA, A. Ambrósio, S.J. Tradução. Santo Agostinho. Confissões. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VALENTE, André. A linguagem nossa de cada dia. Rio de Janeiro: Leviatã, 1994

6. RESUMO

Identificar marcas linguístico-discursivas presentes na enunciação, sua função no discurso literário e a construção do *ethos* dos sujeitos enunciadore em “São Bernardo”, com foco narrativo em primeira pessoa, é o grande desafio deste trabalho. Por meio das teorias desenvolvidas sobre imagem de si no discurso, ou seja, construção do *ethos*, afirma-se que a representação do locutor se depreende não somente pelo que enuncia, mas também pelas modalidades de sua enunciação, pelas posturas que adota, pelo estilo. Analisa-se a noção de *ethos* para além retórica que designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer influência sobre seu alocutário. Em AD, *ethos* refere-se às modalidades linguísticas da apresentação de si no discurso. O enunciador deve legitimar seu dizer: atribuir-se uma posição institucional e marcar posição a um saber. Oportunidade ímpar analisar-se a construção dos possíveis *ethos* de Paulo Honório sob esse enfoque.

PALAVRAS-CHAVE: marcas linguístico-discursivas; construção; *ethos*.

7. RESUMÉ

Identifier des marques linguistique-discursives présents dans l'énonciation, sa fonction dans le discours littéraire et la construction de *l'ethos* des sujets énonciateurs en "São Bernardo", avec focalization narratif en première personne, c'est le grand défi de ce travail. Pour moyen des théories développés sur l'image du soi dans le discours, donc le construction de *l'ethos*, on dit que la représentation du locuteur ne se fait que par ce qu'il énonce, mais aussi pour les modalités de son énonciation, pour les attitudes qu'il adopte, pour sa manière. On analyse la notion de *l'ethos* au-delà de la rethorique qui désigne l'image de soi que le locuteur construit dans son discours pour faire l'influence sur son allocuteur. Dans AD, *l'ethos* se réfère aux modalités linguistique de présentation de soi dans le discours. L'énonciateur doit légitimer son dire: s'attribuer une position institutionnel et marquer une position pour un savoir. Opportunité unique d'analyser la construction des possibles *ethos* de Paulo Honório sous ce foyer.

MOTS-CLÉS: des marques linguistique-discursives; la construction; *l'ethos*.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)